

ALEXANDRE TORREZAM

**HAJA O QUE HOVER:  
BERNARDES PRESIDENTE E A IMPRENSA  
PROTAGONISTA DO PROCESSO ELEITORAL**

Universidade Metodista de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
São Bernardo do Campo, 2008.

ALEXANDRE TORREZAM

**HAJA O QUE HOVER:  
BERNARDES PRESIDENTE E A IMPRENSA  
PROTAGONISTA DO PROCESSO ELEITORAL**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adolpho C. F. Queiroz

Universidade Metodista de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
São Bernardo do Campo, 2008.

# FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação Haja o que houver: Bernardes presidente e a imprensa protagonista do processo eleitoral, elaborada por Alexandre Torrezam, foi defendida no dia quatro de Abril de 2008, tendo sido:

- Reprovada
- Aprovada, mas deve incorporar nos exemplares definitivos modificações sugeridas pela banca examinadora, até 60 (sessenta) dias a contar da data da defesa.
- Aprovada
- Aprovada com louvor

Banca Examinadora:

---

---

---

Área de concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Comunicação Massiva

Projeto Temático: Marketing Político

Para minha esposa, que adora estudar.

Para minha filha, que adora histórias.

Os protagonistas dificilmente resistirão à tentação de recorrer a outros meios, mais efetivos, que não a elegância lógica e o poder persuasivo de seus argumentos. Em vez disso, farão o possível para tornar os argumentos do adversário incoerentes, de preferência inaudíveis ou, melhor ainda, jamais vocalizados, pela desqualificação daqueles que, se pudessem, os vocalizariam.

*Zygmunt Bauman – Amor Líquido*

Agradeço a Deus que me ampara no meu trajeto, à minha família meu eterno refúgio, à Débora pelo incentivo, apoio, co-orientação, amparo, paciência e mais paciência, à minha filha, por ser surpreendente quando mais necessário e a toda família Possato por me dar abrigo e um lar longe do meu. Amo vocês.

Agradeço ao Professor Adolpho, pela chance, confiança e serenidade. Obrigado doutor!

Obrigado a todos os professores que tive o privilégio de conhecer na Umesp, que sem exceção, fizeram com que me sentisse e me tornasse parte de algo grandioso.

Agradeço também Lincoln Franco, Nívea Bona e Ana Regina Rego que compartilharam inseguranças e anseios e que além do meu carinho, conquistaram meu respeito; a minha segunda família que me acolhe em momentos ótimos e nem tão ótimos assim: Eduardo Bonilha, Cristiano Barbosa, Celso Pereira e Flávio Pizzinato e todos que nos cercam.

E pela dedicação em prol da pesquisa agradeço ao Arquivo Público Mineiro particularmente na pessoa de Elma Amaral, à Hemeroteca de Belo Horizonte, ao Arquivo Público de São Paulo, à Biblioteca Nacional na pessoa de Tarso Tavares e a Capes pelo incentivo através dos recursos disponibilizados para que esta pesquisa se tornasse possível.

Obrigado a todos!

## LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Tabela 1: Prognósticos publicados no <i>Diário de Minas</i> .....	58
Tabela 2: Notícias Veiculadas em Dezembro de 1921 .....	140
Tabela 3: Notícias Veiculadas em Janeiro de 1922 .....	141
Tabela 4: Notícias Veiculadas em Fevereiro de 1922 .....	142
Tabela 5: Cronologia dos Eventos .....	146
Ilustração 1: Anúncio dos candidatos do Partido Republicano .....	59
Ilustração 2: Foto publicada em 6 de janeiro de 1922 .....	60
Ilustração 3: Anúncios do livreto de Ximeno Villeroy .....	88
Ilustração 4: Anúncios da chapa dissidente.....	107
Gráfico 1: Gráfico comparativo das notícias favoráveis aos candidatos da convenção veiculadas nos jornais analisados.....	143
Gráfico 2: Gráfico comparativo das notícias favoráveis aos candidatos da dissidência veiculadas nos jornais analisados.....	143
Gráfico 3: Gráfico comparativo das notícias desfavoráveis aos candidatos da convenção veiculadas nos jornais analisados.....	144
Gráfico 4: Gráfico comparativo das notícias desfavoráveis aos candidatos da dissidência veiculadas nos jornais analisados.....	144
Gráfico 5: Gráfico comparativo das notícias de caráter neutro veiculadas nos jornais analisados.....	145
Gráfico 6: Gráfico com a totalização das notícias veiculadas pelos jornais .....	145

## SUMÁRIO

RESUMO .....	11
RESUMEN .....	12
ABSTRACT .....	13
CAPÍTULO I – Marketing Político: Uma abordagem teórica .....	24
1. Marketing de Produto x Marketing Político .....	24
2. Codificação .....	28
3. Controle Ideológico .....	30
4. Contrapropaganda .....	31
5. Difusão.....	32
CAPÍTULO II – A campanha de Arthur Bernardes .....	33
1. Contextualização política e eleitoral .....	33
1.1. As forças políticas do período.....	33
1.2. O Exército .....	33
1.3. A política do café-com-leite.....	35
1.4. A campanha de 1922 à presidência .....	38
2. Os Meios de Comunicação .....	42
2.1. Comunicação e Campanhas Políticas .....	43
2.2. Cinema e Telégrafo .....	45
2.3. A Imprensa.....	49
CAPÍTULO III – A imprensa como protagonista do processo eleitoral.....	51
1. Diário de Minas.....	51
1.1. Adequações da redação.....	53
1.2. Ataques a Nilo Peçanha .....	53
1.3. Ataques a correligionários dissidentes.....	55
1.4. A importância do voto... aos candidatos da convenção.....	57
1.5. Prévia eleitoral.....	58
1.6. Propaganda eleitoral .....	59
1.7. O apoio de correligionários e coordenadores de campanha.....	59
1.8. As cartas falsas e o Club Militar .....	61

1.9. A intervenção do ilustre conselheiro Ruy Barbosa .....	63
1.10. Considerações.....	63
2. Correio da Manhã.....	64
2.1. O matutino carioca e as cartas de Bernardes.....	65
2.2. “Rolinha” e “Seu Mé”.....	67
2.3. O trato para com a Reação Republicana .....	67
2.4. Apoiadores da causa dissidente.....	69
2.5. A importância do voto... para os candidatos dissidentes .....	70
2.6. A propaganda dissidente .....	71
2.7. Bernardes e seus desafetos.....	74
2.8. O tesouro mineiro e a campanha bernardista .....	77
2.9. O pronunciamento de Ruy Barbosa.....	77
2.10. Os ataques a Epitácio Pessoa e Washington Luis .....	78
2.11. Raul Soares, coordenador de campanha de Bernardes .....	80
2.12. As cartas publicadas pelo <i>Correio da Manhã</i> e o Club Militar .....	80
2.13. Arthur Bernardes: sempre notícia.....	86
2.14. Propaganda dissidente.....	88
2.15. Considerações.....	90
3. O Estado de S. Paulo .....	90
3.1. Os pronunciamentos de deputados e senadores .....	93
3.2. Mal-entendidos.....	96
3.3. O fundamental apoio dos correligionários.....	97
3.4. Propagandistas da convenção.....	100
3.5. A face da “neutralidade” do <i>Estado de S. Paulo</i> .....	103
3.6. Ameaças de golpe de estado?.....	103
3.7. A vez do candidato dissidente.....	104
3.8. A propaganda dissidente .....	107
3.9. As investidas contra a dissidência .....	108
3.10. Washington Luis, um presidente atuante da causa bernardista.....	112
3.11. A presidência da república e a questão das candidaturas .....	113
3.12. Os centros e as propagandas eleitorais .....	115
3.13. As cartas atribuídas a Bernardes e as Forças Armadas.....	116
3.14. Uma nova análise das cartas .....	121
3.15. O Exército: desentendimentos dentro da corporação .....	121

3.16. As declarações de Ruy Barbosa .....	122
3.17. O movimento propagandista dissidente.....	124
3.18. A Aliança Republicana .....	127
3.19. Maurício de Lacerda, um dos coordenadores de Nilo .....	128
3.20. A estreita relação de Edmundo Bittencourt e Nilo Peçanha .....	130
3.21. A imprensa na imprensa.....	132
3.22. Os ataques ao estado de São Paulo .....	133
3.23. O processo eleitoral .....	134
3.24. Considerações.....	137
4. Tabelas e gráficos.....	138
4.1. Tabelas e gráficos comparativos dos jornais.....	138
4.2. Tabela cronológica .....	146
CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS .....	152
ANEXO 1 - Biografia de Arthur Bernardes .....	- 1 -
ANEXO 2 - Ai, Seu Mé .....	- 11 -
ANEXO 3 – Primeira carta publicada pelo <i>Correio da Manhã</i> , atribuída a Arthur Bernardes .....	- 12 -
ANEXO 4 – Segunda carta publicada pelo <i>Correio da Manhã</i> , atribuída a Arthur Bernardes .....	- 13 -
ANEXO 5 – Club do Mé.....	- 14 -
ANEXO 6 – Goiabada .....	- 15 -
ANEXO 7 – Relação de Documentos.....	- 16 -

## RESUMO

Tendo em vista a importância do marketing político e eleitoral nos dias de hoje, esta pesquisa traz elementos que indicam a sua utilização na campanha presidencial de 1922 pelo então candidato Arthur Bernardes e pelo seu oponente Nilo Peçanha.

O objetivo é traçar um paralelo entre a campanha eleitoral desenvolvida na época e os estudos atuais de marketing político através da imprensa brasileira.

Com a pesquisa descritiva que utilizou como metodologia a pesquisa histórica, bibliográfica e documental pôde-se afirmar que mesmo há quase um século, ferramentas de propaganda ideológicas eram largamente utilizadas pelos candidatos e pela imprensa que os apoiava.

**Palavras-chaves:** Comunicação, marketing político, Arthur Bernardes.

## **RESUMEN**

Teniendo en vista la importancia del marketing político y electoral en los días de hoy, esta pesquisa trae elementos que indican su uso en la campaña presidencial de 1922, por el entonces candidato Arthur Bernardes y por su opositor Nilo Peçanha.

El objetivo es hacer una comparación entre la campaña electoral desarrollada en la época y los actuales estudios de marketing político a través de la prensa brasileña.

Con la pesquisa descriptiva, que usó como metodología la pesquisa histórica, bibliográfica y documental, puede asegurarse que a pesar de hacer casi un siglo, herramientas de propagandas ideológicas eran muy usadas por los candidatos y por la prensa que los apoyaba.

**Palabras claves:** Comunicación, marketing político, Arthur Bernardes

## **ABSTRACT**

In view of electoral and politician marketing's importance nowadays, this research brings elements that indicate its use in the presidential campaign of 1922 for the candidate Arthur Bernardes and his opponent Nilo Peçanha.

The objective is to trace a parallel between the electoral campaign, which was developed at that current time, and the studies of politician marketing through the Brazilian media.

With the descriptive research that used as methodology the historical, bibliographical, documentary research could be affirmed that even with almost a century; ideological tools of marketing were a lot used by the candidates and the media that supported them.

**Keywords:** Communication, politician marketing, Arthur Bernardes

## INTRODUÇÃO

A década de vinte está entre um dos períodos mais significativos para o Brasil sob o ponto de vista político, econômico e cultural. A grande recessão, a primeira Semana de Arte Moderna, o início das transmissões de rádio, a crise do café, entre outros acontecimentos, tornaram este período um dos mais marcantes da história.

Diante da efervescência cultural e comunicacional, de crises econômicas e inflação em alta, os bastidores da política se movimentavam para eleições majoritárias nacionais.

Vínhamos de um governo federal que conseguiu desagradar a quase todos. As classes mais baixas achavam o presidente do país, Epitácio Pessoa, arrogante enquanto os militares há tempos mostravam certo descontentamento e inquietação com seu governo.

A política do “café-com-leite” para a sucessão presidencial mostrava que ainda era a regra eleitoral vigente. Mineiros e paulistas procuravam um nome para a sucessão de Epitácio Pessoa quando chega do auto-exílio o Marechal Hermes da Fonseca como pretense candidato, o qual é visto como um opositor à coligação São Paulo-Minas. Neste quadro de eleição antecipada, pois se tratava de janeiro de 1921, a coligação decide às pressas pelo nome de Arthur da Silva Bernardes, o atual governador de Minas, para a candidatura à presidência.

Depois de uma movimentada campanha, em 1º de março de 1922 o mineiro Arthur da Silva Bernardes é eleito presidente do Brasil, cargo que toma posse em 15 de novembro de 1922.

Arthur da Silva Bernardes, ou Arthur Bernardes, como ficou conhecido, nasceu em Viçosa, Minas Gerais em 8 de agosto de 1875 e morreu no Rio de Janeiro em 23 de março de 1955. Advogado, iniciou sua carreira como vereador em sua cidade natal tendo sido em seguida eleito ao cargo de deputado estadual, deputado federal, secretário das finanças e governador de Minas Gerais.

Como presidente da República, governou quase todo seu mandato sob estado de sítio.

Esta dissertação tem como foco o período pré-eleitoral de Arthur Bernardes, mais precisamente sobre as coberturas dos jornais da época e suas estratégias de persuasão e controle ideológico. Serão salientadas as notícias que trazem informações eleitorais e de personagens eleitorais e políticos do período, que possuam ligação evidente com os candidatos ao pleito, com o objetivo de investigar a utilização da comunicação política no período, de modo a identificar as ações e estratégias de comunicação na condução da campanha presidencial em questão.

Quais estratégias, formas e conteúdos de comunicação utilizados para a vitória de Arthur Bernardes nas eleições presidenciais brasileiras em 1922 podem ser identificados como ações de marketing político e eleitoral como conhecemos hoje?

Sabe-se que períodos de campanhas traçam momentos decisivos e fundamentais nas eleições e isso ocorre principalmente em disputas majoritárias. Não foi diferente nas eleições presidenciais de 1922.

Presume-se destes movimentos a utilização em larga escala dos meios de comunicação disponíveis. Considerando que a primeira emissora de rádio brasileira<sup>1</sup> ainda viria ser inaugurada, os jornais dos principais estados brasileiros da época (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) tiveram importância fundamental como ferramenta de disseminação de idéias e arregimentação de militantes e eleitores tanto para o candidato Arthur Bernardes quanto para o seu concorrente Nilo Peçanha.

Não só de ações jornalísticas transcorreu a candidatura de Arthur Bernardes. Dentre ações suas e de seus próximos, destacam-se possíveis “facilitações” promovidas pelo então presidente Epitácio Pessoa, que utilizou a censura aos meios de comunicação e ao funcionalismo público e militar, para manter a candidatura de Arthur Bernardes depois dos escândalos promovidos por supostas cartas enviadas ao exército que lhes eram atribuídas.

Nomes influentes da política do período se prontificavam a serem agentes de disseminação de idéias, através de comícios e conferências, utilização da máquina pública e dos meios de comunicação como meios de promoção e controles ideológicos foram utilizados como meios para atingir o objetivo almejado: a eleição de Arthur Bernardes como Presidente da República.

Para comprovar as ações comunicacionais, foi realizado um levantamento dos instrumentos da campanha eleitoral de Arthur Bernardes para presidência da República buscando identificar possíveis ações de codificação de informações, controle ideológico, contra propaganda e difusão de mensagens na campanha. Investigaram-se evidências que demonstrassem a troca de favores entre poderosos que caracterizavam (e ainda caracterizam) as campanhas eleitorais por todo o Brasil.

Este estudo é, portanto, uma pesquisa descritiva que procura registrar com fidelidade os acontecimentos e estabelecer uma relação entre as ferramentas e estratégias utilizadas pelos candidatos e as ferramentas e estratégias reconhecidas pelos teóricos atuais como Marketing Político.

---

<sup>1</sup> Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, propriedade do escritor e cientista Roquete Pinto e do cientista Henrique Morize. Foi ao ar pela primeira vez em 20 de abril de 1923 (PETERS, 2004, p.1).

Segundo Rudio (1999, p.71) “estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam”.

Andrade (2001, p.124) acrescenta que

nestes tipos de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Para garantir a fidedignidade de seus resultados, a pesquisa descritiva tem a exigência de ser elaborada corretamente como toda pesquisa para que se possam identificar as semelhanças e diferenças entre determinados fenômenos.

Para iniciar a pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico visando: retratar o pensamento científico predominante sobre o Marketing Político e estratégias políticas. Além disso, este levantamento forneceu subsídios para a compreensão das particularidades do processo eleitoral brasileiro principalmente em eleições majoritárias como as presidenciais.

Além de servir para a construção do referencial teórico para análise dos dados a serem coletados, a pesquisa bibliográfica foi empregada para a obtenção de dados sobre a biografia do personagem Arthur Bernardes, objetivando conhecer sua trajetória pessoal, pública e política até chegar à presidência da República.

Para esta pesquisa nos servimos de livros, artigos, revistas e sites relacionados ao marketing político, à história do Brasil e também, mais especificamente à biografia de Arthur Bernardes.

Visto isso, foi possível, analisarmos e identificarmos as estratégias utilizadas durante sua campanha à presidência coletando as informações com o objetivo de fazer uma ligação dos mecanismos comunicacionais utilizados em 1921 e as ações do marketing político existentes atualmente, pois segundo Rudio (1999, p. 48) “alguns consideram que, se não for possível estabelecer um vínculo determinado com alguma teoria, falta consistência e a pesquisa se torna ociosa, pois, dizem, a finalidade desta é verificar, validar ou ampliar os conhecimentos contidos numa teoria”.

A pesquisa bibliográfica foi feita com o objetivo de identificar, localizar fontes e compilar informações.

Segundo Marconi & Lakatos (1999, p.73) a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, não se caracterizando desta forma como uma repetição do que já foi

feito, mas sim oferecendo um novo exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, pois este tipo de pesquisa utiliza-se de material já elaborado.

A vantagem em se realizar a pesquisa bibliográfica neste estudo é que ela nos oferece a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela em que [o pesquisador] poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 1999, p.65).

Outra característica da pesquisa bibliográfica é que ela pode ser tanto um trabalho independente como se constituir no passo inicial para uma outra pesquisa.

Para tanto, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica ofereceu subsídios para a realização desta pesquisa descritiva, a qual, segundo Rudio (1999, p.71), “está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Buscando obter informações fidedignas e comprováveis, esta dissertação contou com uma pesquisa documental, que segundo Gil (1999, p.66) é bastante semelhante da pesquisa bibliográfica como técnica, porém a diferença entre ambas está na natureza das fontes. “Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” o que nos abre possibilidades de interpretação dos documentos pesquisados.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p.67) “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências e outras características” o que nos leva a outra técnica norteadora deste trabalho, a pesquisa histórica que, segundo Richardson (1999, p. 245) “se preocupa, particularmente, com o registro escrito dos acontecimentos”.

Seguindo as diretrizes contidas na obra de Richardson (1999) sobre a pesquisa histórica, foi possível traçar os limites que atingiriam a análise dos documentos e registros sobre o tema. Tais limites estão presentes na escolha da perspectiva de análise e dos jornais que fizeram parte deste estudo e do seu recorte de tempo.

Com o conhecimento adquirido na pesquisa bibliográfica, notou-se que o jornal *Correio da Manhã* teve um papel fundamental na campanha à Presidência de 1922, com isso, era necessária a análise das notícias veiculadas no jornal para comprovar tal participação do matutino carioca na campanha eleitoral.

Para isso, juntamente com pesquisadores da Biblioteca Nacional, em 31 de janeiro de 2007, foram formalmente solicitadas a análise e seleção das matérias veiculadas no *Correio*

*da Manhã* que foi concluída em 1º de março de 2007<sup>2</sup>. Após extensas interações com os pesquisadores da Biblioteca Nacional, as cópias dos jornais referentes à consulta solicitada chegaram no dia 4 de setembro de 2007.

No período de 14 a 17 de maio de 2007, foi efetuada a análise presencial dos documentos que fazem parte do Fundo Arthur Bernardes no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesta análise, foi possível ter a dimensão das possibilidades de abordagens que a principal fonte de documentos desta pesquisa proporcionava.

A opção pela análise focada na cobertura jornalística do período se deu após a análise de quase 3.000 documentos constantes no acervo. Entre estes documentos, estavam cartas, alguns panfletos políticos, inúmeros telegramas e recortes de jornais de várias partes do Brasil e do mundo, de diversos períodos da vida de Arthur Bernardes.

Todos os documentos eram originados da coleção particular do político, de seus familiares e da Casa Arthur Bernardes, em Viçosa (MG), o acervo era composto, em sua grande maioria, de correspondências, cartas e telegramas, recebidas por ele (exceto algumas cópias de respostas a correspondências que Bernardes arquivava com esmero).

Apesar da organização e conservação do acervo, desde sua origem, com o próprio Bernardes mantendo um registro bastante apurado de suas respostas às correspondências, poucos documentos tinham origem específicas na sua campanha presidencial. A presença de panfletos, cartazes, caricaturas e outros elementos impressos utilizados em sua campanha presidencial e que se esperava ser encontrados em tão vasto acervo, ficou restrita à sua plataforma de governo e poucos “santinhos” produzidos por Bernardes e seus correligionários.

Tal limitação de documentos específicos utilizados na campanha presidencial de Bernardes levou à reestruturação da pesquisa. Esta reestruturação gerou duas possibilidades de abordagens do objeto de estudo:

1 - A reconstrução do período da campanha através das correspondências trocadas entre Arthur Bernardes e seus correligionários ou

2 - A análise de jornais do período, que através de suas colunas, acompanhavam todos os movimentos políticos e eleitorais do período.

A primeira opção demandaria um maior tempo de pesquisa, visto que era necessário encontrar as cartas e telegramas enviados por Bernardes que correspondiam às respostas

---

<sup>2</sup> No dia 15 de março, os funcionários da Secretaria da Cultura do Estado do Rio de Janeiro entraram em greve e retornaram, por apenas alguns dias no final de agosto, quando foi possível a solicitação das cópias e sua execução pelos funcionários da Biblioteca Nacional.

documentadas que ele recebera e que estavam disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Além do tempo, eram necessárias inúmeras viagens aos acervos (quando existentes) dos políticos que se comunicavam com Bernardes, o que tornaria inviável dado o tempo disponível para a conclusão da pesquisa.

A escolha da segunda opção foi natural visto que se tratavam de documentos autênticos, ou seja, os documentos eram as próprias edições do jornal o que minimizara um dos problemas da pesquisa histórica que é, segundo Richardson (1999, p.250), a falta de autenticidade dos documentos e a falta de precisão dos dados. Além disso, os jornais estavam disponíveis com mais facilidade, sem a necessidade de inúmeras e incontáveis incursões a diversas partes do país em busca de tais evidências.

Definida a abordagem, era necessário definir também quais jornais seriam selecionados. Buscando uma heterogeneidade nas origens das informações e seguindo outra indicação de Richardson (1999, p.251) em que o autor afirma que “quanto maior a proximidade, em tempo e espaço, do autor com o acontecimento referido, mais valor terá o documento como fonte”. Como constatado na pesquisa exploratória, o *Correio da Manhã* era uma análise necessária em qualquer pesquisa relacionada à candidatura de Bernardes à presidência, pois se tratava do órgão de imprensa que mais exercia o papel opositor à sua campanha no país e por esse motivo, a pesquisa seria prejudicada caso não houvesse nenhuma fonte que contrastasse com a visão do jornal carioca. A opção para essa função seria um jornal “bernardista”. O *Diário de Minas* tornou-se a opção mais certa para tal função visto que se tratava de um jornal mineiro, conterrâneo ao candidato, um jornal declaradamente situacionista e tido como órgão do Partido Republicano Mineiro e a coleção de edições que retratava o período pesquisado estava completa na Hemeroteca da Cidade de Belo Horizonte.

O jornal *O Estado de São Paulo*, apesar de não constar nos registros bibliográficos e documentais da campanha verificados na pesquisa exploratória, foi escolhido como o terceiro meio de comunicação para análise justamente por este motivo: não era declaradamente “bernardista” como o *Diário de Minas* nem opositorista como o *Correio da Manhã*, além disso, era de outro estado completando assim, um panorama bastante diversificado da imprensa brasileira no período.

O período selecionado para a análise das edições dos jornais compreende todos os números que veicularam, dos três jornais escolhidos, nos últimos 90 dias de campanha presidencial: de 1º de dezembro de 1921 a 28 de fevereiro de 1922. Tal recorte é considerado representativo, pois é, comparativamente, ao dobro de tempo permitido hoje, para campanhas políticas nas eleições nacionais majoritárias (ou não) que, segundo o Tribunal Superior

Eleitoral, é de 45 dias antes do dia da eleição. Além disso, o jornal, como o mais importante meio de comunicação existente no período, era responsável por disseminar grande parte da informação pelo país.

Após a seleção do período, nos dias 17 e 18 de agosto em pesquisa nos microfilmes que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, foram selecionadas as edições e solicitadas as cópias do jornal *O Estado de São Paulo* que chegaram um mês depois.

Para a seleção das notícias veiculadas nos jornais, foram estabelecidos vários critérios que uniformizassem a coleta de dados.

Inicialmente, procurou-se limitar a pesquisa às capas dos jornais, contudo, verificou-se que apenas o *Diário de Minas* dedicava sua primeira página aos assuntos eleitorais. Os outros dois jornais selecionados reservavam tal espaço para notícias internacionais, tendo no período, veiculado apenas algumas notícias nacionais e eleitorais. A grande maioria das notícias relacionadas à sucessão presidencial não eram dispostas na primeira página.

Os critérios estabelecidos foram os seguintes:

- As notícias poderiam estar em qualquer página e ser de qualquer gênero (coluna, nota, reportagem, artigo);
- As notícias deveriam ter manifestações claras e preferencialmente nominais aos envolvidos nas eleições e
- As notícias selecionadas deveriam ter o conteúdo manifesto informando sobre pelo menos um ou a combinação de mais de um assunto entre os listados abaixo:
  - Fatos diretamente relacionados com as eleições como alistamento, conferências, comícios e manifestações populares;
  - Personagens principais das eleições: Arthur Bernardes, Urbano dos Santos, Nilo Peçanha e J. J. Seabra;
  - Personagens secundários das eleições que tiveram contribuições relevantes no período eleitoral como o presidente Epitácio Pessoa, o diretor do *Correio da Manhã* Edmundo Bittencourt, assessores e coordenadores de campanha de ambos os candidatos e personagens que se tornaram relevantes nos episódios que regeram a campanha como o caso das cartas falsas;
  - Transcrição de cartas e telegramas com manifestações de cunho eleitoral e
  - Anúncios de campanha política.

Algumas notícias foram descartadas, tais como:

- Notícias sobre administração pública sem qualquer ligação com o período eleitoral eram descartadas mesmo quando dizia respeito a um dos personagens como o presidente Epitácio Pessoa e o governador das Minas Gerais Arthur Bernardes.

- Notícias que não manifestavam claramente o sujeito ou fato a que se referia, com exceção quando na utilização de apelidos ou similares, constatados na pesquisa bibliográfica ou documental.

A seleção de notícias com conteúdo estritamente manifesto, proporciona ao fato, conforme ressaltado por Richardson (1999, p. 249) uma análise e “opinião precisa sobre a sua exatidão”.

Alguns motivos justificam tomar como objeto de pesquisa a campanha à presidência de Arthur Bernardes.

Um desses motivos é que Arthur Bernardes teve uma campanha eleitoral bastante atribulada, envolta a escândalos e acusações de ambas as partes, como o episódio das cartas que lhe foram atribuídas e que difamavam o exército e as forças armadas. Apesar de impopular conseguiu se eleger com uma diferença de apenas 150 mil votos e graças ao apoio e à escolha dos simpatizantes da política do café-com-leite. Seu governo foi igualmente atribulado e escandaloso, dedicado a neutralizar forças políticas que haviam se oposto à sua candidatura.

Este período eleitoral da história brasileira é conhecido como fraudulento por ser regido por leis eleitorais que permitiam toda sorte de alterações nos resultados dos pleitos.

Além disso, o estudo de sua campanha política é complementar ao trabalho de pesquisa sobre a utilização do marketing político como ferramenta eleitoral (coordenado pelo professor Adolpho Queiroz) que visa catalogar informações sobre as campanhas eleitorais de todos os presidentes do Brasil. Este trabalho visa colaborar na construção de pesquisas que resgatem a trajetória e o desenvolvimento do marketing político e suas implicações para a história do sistema eleitoral brasileiro visto que, os estudos em marketing político, têm-se intensificado cada vez mais nos países latino americanos e encontra-se hoje em um grande momento de evolução. No Brasil, por exemplo, o marketing político utilizado por grandes personagens da história do país tem chamado a atenção de pesquisadores da comunicação e de diversas outras áreas do saber e se transformado em objeto de estudo para dissertações e teses sob diversos tipos de análises e interpretações.

Esta pesquisa é composta por três capítulos: o “Capítulo I – Marketing Político: Uma abordagem teórica”, “Capítulo II – A campanha de Arthur Bernardes” e “Capítulo III – A imprensa como protagonista do processo eleitoral”.

O primeiro capítulo, Marketing Político: Uma abordagem teórica trará a revisão bibliográfica que servirá de suporte de análise aos elementos coletados, tanto com a pesquisa bibliográfica, quanto com a pesquisa documental executada.

O intuito é estabelecer parâmetros de análise dos mecanismos e suportes utilizados pelo candidato, pelos aliados e também pelos adversários na campanha presidencial de 1922.

Este capítulo é dividido em cinco partes:

1. Marketing de Produto x Marketing Político
2. Codificação
3. Controle Ideológico
4. Contrapropaganda
5. Difusão

O segundo capítulo, A campanha de Arthur Bernardes, será dedicado à contextualização histórica pelo aspecto social, político e dos meios de comunicação, o que servirá para o reconhecimento das tensões que atuavam no período. Será dividido em duas partes:

1. Contextualização política e eleitoral
2. Os meios de comunicação

Na primeira parte do segundo capítulo, serão descritas as forças sociais, políticas e eleitorais do período que podem justificar os meios utilizados pelos candidatos e seus aliados, com o objetivo de vencer as eleições. Além disso, esta parte descreverá os meandros das nomeações dos candidatos e o caso das cartas atribuídas a Bernardes, episódios que se transformaram em diversos tipos de argumentos nos discursos dos candidatos e de seus aliados.

A segunda parte do segundo capítulo traz a contextualização dos meios e tecnologias de comunicação do período.

No terceiro capítulo, A imprensa como protagonista do processo eleitoral, traz a análise e conclusão sobre a cobertura dos jornais da época: o *Diário de Minas*, *Correio da Manhã* e o *Estado de São Paulo*.

No final desta dissertação, estão anexos arquivos que ilustram ou complementam as informações contidas no texto como letras de música, transcrições de cartas e reprodução de documentos obtidos nas fontes de pesquisa. No DVD que acompanha esta dissertação, estão todas as imagens adquiridas nos arquivos e bibliotecas visitados e que fizeram parte da pesquisa exploratória, todas as imagens dos jornais analisados e outras imagens de jornais que não fizeram parte desta análise por terem pouca representatividade ou números

descontinuados como *A Capital*, *A Gazeta de Minas*, *A Gazeta do Porto Novo*, *Evolucionista*, *A Gazeta Leopoldina*, *Carnaval*, *Calafate*, *O Arrepiado* e *O Arauto*, trechos dos vídeos mencionados no texto e o arquivo eletrônico completo desta dissertação.

## **CAPÍTULO I – Marketing Político: Uma abordagem teórica**

### **1. Marketing de Produto x Marketing Político**

Uma ciência em expansão, o Marketing Político vai além de um conjunto de técnicas de persuasão, “é um sistema-meio, com regras e métodos próprios de produção, e, como tal, se propõe servir à esfera mais ampla que o abriga, no caso, a esfera maior, o próprio sistema político” (TORQUATO, 2006, p.7).

Trata-se de um estudo relativamente novo, porém paradoxal, pois utiliza métodos consagrados e em certos casos até seculares. Segundo Burke (1994), os monarcas europeus foram os “inventores” do marketing político e afirma que Luiz XIV, rei que governou a França de 1638 a 1715, estava sempre envolto a inúmeros profissionais como biógrafos, artistas, artesãos, cientistas, poetas e historiadores que tratavam da manutenção de sua imagem perante seus súditos e a monarquia.

Longe de se tratar de um conjunto de técnicas ultrapassadas, o marketing político é um estudo que se renova, adquire novos contrastes e ferramentas, além de não ignorar técnicas que de tempos em tempos se mostram eficientes, como salienta Queiroz (2006, p.14) afirmando que

se os eleitores brasileiros se surpreenderam com o marqueteiro Duda Mendonça vestindo Lula com ternos Armani e gravatas italianas, nas eleições de 2002, é porque desconhecem a vaidade de Prudente de Moraes, que, mais modesto, recorreu ao seu alfaiate no Rio de Janeiro, no final do século XIX, encomendando-lhe jaquetões novos para se apresentar ao público eleitor.

E sobre o mesmo período, Romanini (2006, p.99) afirma que a propaganda política era fenômeno dominante desde a divulgação, no Rio de Janeiro, do Manifesto Republicano em 1870 que acirrou a disputa em torno do sistema de governo que vigoraria no país.

Visto que suas origens são antigas o que lhe confere mais maturidade e complexidade, o que se pretende neste estudo não é estabelecer um início prático ou teórico do marketing político mas sim, identificar os objetivos que orientam suas ferramentas.

O marketing é um conjunto de ferramentas utilizadas para criar, lançar, promover com sucesso produtos e serviços, incluindo ainda, ações de pós-venda e satisfação dos clientes.

Marketing político é uma denominação da aplicação de conceitos de marketing para uma área específica (política), utiliza-se de ferramentas semelhantes, com o objetivo de obter o voto do eleitor para determinado candidato. Tratam-se dos mesmos conceitos, contudo, aplicados em campos bastante distintos.

De acordo com Gary Mauser (apud FIGUEIREDO, 2002, p.14) existem três similaridades entre marketing político e marketing de produtos:

- a. Em ambos os casos existe um conjunto de organizações (empresas e partidos políticos);
- b. Consumidores e eleitores possuem o mesmo papel nos dois domínios e
- c. Os canais de comunicação e persuasão disponíveis para candidatos nas democracias modernas são basicamente os mesmos: contato pessoal e comunicação de massa.

Ressaltadas as semelhanças, em seguida Figueiredo (2002, p.14) afirma que as mesmas convivem com diferenças acentuadas. “A principal delas é que o ‘produto’ do marketing político pensa, fala e tem história de vida” e que os produtos, geralmente, estão à disposição de uma parcela de consumidores em potencial enquanto que numa eleição o candidato “deve se vender para a maior parcela possível do eleitorado”.

Para efetuar sua função, o marketing político transcende a propaganda política, abordando vários conceitos e instrumentos que incluem comportamento e postura do candidato, estratégia eleitoral, avaliações, previsão e planejamento de campanha, orçamento, recursos humanos na campanha e plataforma de ação parlamentar (MANHANELLI, 1988).

Numa esquematização mais precisa e sintética, Figueiredo (2002, p.14) estabelece uma seqüência de procedimentos para o candidato atingir a maior votação possível:

análise do clima de opinião, do quadro político e dos adversários; planejamento e realização das pesquisas; análise das pesquisas e elaboração da estratégia, com a definição dos melhores meios de comunicação para se atingir os fins desejáveis; e novas pesquisas para aferir a eficácia do caminho escolhido e, se necessário, corrigir os rumos anteriormente traçados.

Embora os conceitos de marketing para garantir votos a um candidato sejam semelhantes aos conceitos empregados comercialmente em estratégias de vendas de bens e serviços, além das diferenças fundamentais já apontadas neste texto, “o eleitor sabe que é cidadão ao exercer o direito de votar e que é consumidor ao exercer a atividade de compra, embora [...] possa não conseguir expressar em palavras a distinção entre os dois conceitos”. (LINS DA SILVA, 2002, p.20).

Essa dificuldade de distinção entre os conceitos de marketing e marketing político, que erroneamente leva a confundir candidato com um produto concebido em agências publicitárias, aliada a uma superexposição dos “marketeiros” na mídia apontada por Lins da Silva (2002, p.10) e Figueiredo (2002, p.14), acabam por gerar dúvidas em pleitos orquestrados por estes profissionais.

Muito mais corrosivo para o sistema eleitoral do que ações de marketing foram as fraudes que permearam o processo eleitoral brasileiro durante toda sua história. Ações como eleição a bico de pena, o “voto de cabresto”, o “eleitor-fósforo”<sup>3</sup> certamente comprometeram muito mais a lisura e transparência do processo eleitoral do que o marketing político é capaz com seus instrumentos de persuasão.

Citando uma descrição do fósforo feita pelo então deputado Francisco Belisário Soares de Souza, Nicolau (2004, p.12) escreve:

O invisível, o fósforo, representa um papel notável nas nossas eleições, e mais ainda nas grandes cidades do que nas freguesias rurais. Um bom fósforo vota três, quatro, cinco e mais vezes em várias freguesias, quando são próximas. Os cabalistas sabem que F. qualificado, *ou seja, que possuía todos os requisitos exigidos para ser um eleitor* [grifo nosso] morreu, mudou de freguesia, está enfermo; em suma não vai votar: o fósforo se apresenta. É mui vulgar que não acudindo à chamada um cidadão qualificado, não menos de dois fósforos se apresentem para substituí-lo [...]

Deixando de lado as discussões e a crença de que o marketing político invalida a qualquer tentativa de se estabelecer uma democracia verdadeiramente representativa, ou de que pode fazer ou desfazer uma eleição (LINS DA SILVA, 2002, p.9) temos que “o que o marketing pode fazer – e faz - é ajudar os candidatos a levarem sua mensagem ao eleitorado de forma mais clara e objetiva, direcionando as ações do candidato à satisfação dos anseios, necessidades e desejos do eleitor” (MANHANELLI, 1992, p.26).

Uma das ferramentas mais importantes do marketing político para a disseminação das suas ações ao seu público de interesse é a propaganda. Em sua maioria, o planejamento das ações de marketing político tem em vista o período em que o candidato estará exposto nos meios de comunicação. Tempo disponível na TV, no rádio e veiculação de matérias jornalísticas no meio impresso são contadas como ferramentas fundamentais para ação e ocasional reação do candidato. Diante destas necessidades, torna-se imprescindível o controle do que é e de como são veiculadas as informações sobre um candidato ou homem público que pretende continuar na carreira política.

Estudiosos como Lins da Silva (2002, p.41 e p.71) afirmam que a propaganda política não possui poder para mudar a opinião do eleitor que é simpatizante de um candidato X a

---

<sup>3</sup> Bico de pena era o nome dado à adulteração das atas feita pela mesa eleitoral que também apurava os votos. Voto de cabresto utilizado no início da República era o nome dado ao voto onde o coronel (fazendeiro) obrigava os eleitores do seu “curral eleitoral” a votarem no candidato apoiado por ele. Eleitor-fósforo era o nome dado aos eleitores que se dispunham a votar inúmeras vezes, em nome de outros, inclusive eleitores enfermos e até mortos, num período onde não havia identificação obrigatória do eleitor no momento da votação, como conhecemos hoje.

ponto de votar em candidato Y sem que haja uma pré-disposição do mesmo à mudança, diferentemente da propaganda comercial, que pode levar o consumidor à ao menos experimentar um produto distinto do que ele está habituado.

Lins da Silva (2002, p.41) ainda cita um estudo feito por Lazarsfeld, em relação ao poder dos meios de comunicação de massa sobre o voto dos eleitores, nas as eleições para governador de New Jersey em 1938, 1940, 1944 e em especial em 1948 (eleições presidenciais) quando monitorou o comportamento dos cidadãos da cidade de Elmira, no estado de Nova York.

O estudo concluiu que “rádio, cinema e jornais – os principais meios de comunicação da época – exerceram influência pequena ou mesmo nula sobre a decisão de voto das pessoas por ele examinadas”.

Segundo Picolin (2001, p.25) “a propaganda política não cria opiniões, mas trabalha sobre as predisposições existentes entre os elementos que estão sujeitos aos seus impactos [...] mas ela serve, sem dúvida, de elemento de ativação social para os temas debatidos pela propaganda política”.

Seguindo este raciocínio, apesar de atestarem a ineficiência da propaganda política determinada pelo número de votos que ela conquista para os candidatos, os estudos mostram, por outro lado, a inegável influência que a propaganda política exerce sobre o eleitorado, ao menos no aspecto social, em que há a incitação ao pensamento e debate sobre a sucessão de cargos públicos levando à inevitável participação política e social mais ativa. E isso está longe de ser um dado a ser ignorado, visto que políticos de sucesso na profissão devem possuir uma história de boas conquistas para a sociedade. Nos dias atuais, considerando nível de evolução e alcance que se encontram os meios de comunicação, torna-se impensável o sucesso político de um indivíduo sem um suporte que o auxilie na sua apresentação.

Através da propaganda política, imagens e conceitos são criados, idéias são transmitidas e opiniões são formadas, o que pode ser caracterizado também como propaganda ideológica, definida como a disseminação de informações que têm como objetivo estabelecer em toda uma sociedade, um conceito ou juízo, sobre alguém ou determinado assunto, prevendo a assimilação consciente e até mesmo inconsciente do receptor.

Segundo Garcia (1982, p.12) “Por toda parte e em todos os momentos são propagadas idéias que interferem nas opiniões das pessoas sem que elas se apercebam disso. Desse modo, são levadas a agir de uma ou outra forma que lhes é imposta, mas que parece por elas escolhida livremente”.

A propaganda ideológica foi fundamental para a instituição de regimes de governo e manutenção do poder em vários períodos históricos no Brasil e no mundo, por diversos tipos de grupos e líderes, sempre que foi necessária a obtenção do apoio popular consciente ou inconsciente. “Uns para manter o *status quo* e garantir seu poder, outros para transformar a sociedade, todos procuraram envolver as massas na consecução de determinados objetivos e realização de certos interesses”. (GARCIA, 1982 p.18).

Um dos principais momentos da propaganda ideológica no Brasil, segundo Torquato (2002, p.12), foi no período em que Getúlio lançava a estratégia de centralizar o Estado Novo.

Para ‘vender’ o ideário<sup>4</sup>, o Governo Provisório de 1930 fundou, em 2 de julho de 1931, o Departamento Oficial de Propaganda, transformado em 1934, em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, depois, em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes, que depois de uma visita à Itália, onde foi recebido por Mussolini, implantou aqui as técnicas de propaganda do ditador e da maquinaria psíquica engendrada por Goebbels, na Alemanha.

Torquato (2002, p.12) ainda revela que foi neste período e com a utilização das técnicas trazidas por Fontes aplicadas através do DIP, que se criou o mito do “Pai dos Pobres”, e a Hora do Brasil que tinha uma hora de duração para a transmissão em cadeia aos ouvintes de oito emissoras, dos recados sobre o Estado Novo.

Estudando com mais profundidade o fenômeno da propaganda ideológica, Garcia (1982) estabelece os fatores que tornam a disseminação eficaz de ideologias para um grande grupo de indivíduos: a codificação, o controle ideológico, a contra-propaganda e a difusão.

## 2. Codificação

Os indivíduos de uma sociedade interagem econômica e politicamente, formando uma rede heterogênea com diferentes níveis de classes sociais, distintas experiências de vida e compreensão dos fenômenos que o cercam. Alguns indivíduos conseguem analisar e compreender certos fenômenos, outros nem sequer os notam, outros ainda percebem o fenômeno, porém não dispensam muita atenção pois não compreendem que apesar da relação não ser explícita, estes fenômenos interferem diretamente em suas vidas.

---

<sup>4</sup> Trata-se de um conjunto de medidas criadas com o intuito, segundo Getúlio, de “abolir os intermediários entre o povo e o Governo”, mais informações em Torquato (2002, p.12).

Esta diversidade de níveis de compreensão torna-se um problema a ser superado quando há a necessidade de comunicar-se com todos estes indivíduos ou grupos de indivíduos com uma mesma mensagem.

Neste quadro, a propaganda tem a função de fazer com que a ideologia a ser transmitida tenha suas idéias adequadas “às condições e à capacidade dos receptores de tal forma que tenham sua atenção despertada para as mensagens e consigam entender seu significado” (GARCIA, 1982, p.44).

A Codificação é o processo de simplificação de idéias complexas transformando-as em informações que possam ser transmitidas com clareza e principalmente compreendidas por determinados receptores.

Garcia (1992, p.45) explica que a simplificação de idéias complexas pode ser aplicada de diversas formas para diversos suportes. O autor indica as formas mais comuns de codificação utilizadas pela propaganda:

Declarações, programas e manifestos: constituem formas de simplificação que fazem a sintetização de toda uma ideologia destacando apenas seus pontos principais. Ex.: O “Credo” que contém os princípios defendidos pela Igreja Católica, “Manifesto Comunista” que demonstra as conclusões principais do pensamento socialista formulado por Marx e Engels.

Palavras de Ordem: expressões curtas que implicitamente retratam uma ou algumas idéias de uma determinada ideologia. Ex.: “Mais pão, menos canhão”, “Diretas já”.

Slogan: semelhante à palavra de ordem, o slogan sintetiza idéias através do “apelo aos sentimentos como amor, ódio, indignação ou entusiasmo daqueles a quem se dirige” (GARCIA, 1992, p.46). Ex.: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Símbolo: trata-se da forma mais simples de expressão. São formados por sinais gráficos, gestos, expressões ou até movimentos repetidos por quem adota uma determinada corrente. Sintetiza toda uma ideologia em um único sinal de forma ampla e rápida e pode ser impresso em vários meios como jornais, panfletos, bandeiras, paredes e muros, roupas. Ex.: “V” de Vitória utilizada pelos aliados na segunda guerra, a suástica nazista.

A associação é outra forma de codificação utilizada para retratar idéias mais complexas. Algo complexo associado a uma idéia familiar ao receptor torna-se mais acessível. Muito utilizado no Estado Novo, em que a propaganda procurava associar Getúlio a um líder de uma família, em que só cabia a ele as decisões e responsabilidades. Ex.: “Getúlio, pai dos pobres”, “A nação é uma grande família”.

E por último, Garcia (1992, p.49) cita a ilustração como uma forma conhecida de codificação. “A existência de favelas serve para ilustrar a idéia de que o governo deve investir antes na solução do problema habitacional que na construção de obras suntuárias”.

### **3. Controle Ideológico**

Entendendo que uma ideologia, para sobreviver e se propagar, necessita de receptores que acreditem e a defendam para assim a difundirem e se os receptores, por sua vez, perceberem através de observações diretas no meio que vive ou por informações de outros, pessoalmente ou pelos meios de comunicação, que determinada ideologia não atende realmente suas necessidades, estes poderão, eventualmente formular outra ideologia, mais adequada às suas necessidades, mas que iriam agir em sentido distinto ao pretendido pelo emissor.

Por esta razão, os grupos emissores procuram evitar que os receptores possam perceber sua realidade por outra perspectiva além da que lhes é proposta. Para isso, os emissores procuram manter, um ambiente favorável à sua ideologia. Qualquer forma de controle que tenha como objetivo evitar que determinados grupos e indivíduos tenham condições de perceber sua realidade e desenvolver seu senso crítico, é chamado de Controle Ideológico.

“A remodelação do ambiente físico permite torná-lo mais adequado às idéias difundidas pela propaganda. Procuram, assim, fazer com que as pessoas que observam o meio sintam que as imagens percebidas confirmam as idéias apresentadas”. (GARCIA, 1982, p.52).

Como um grande exemplo da preocupação da manutenção da imagem, temos Getúlio Vargas. O retrato da sua personalidade forte e de seu carisma estava estampado através da sua fotografia, fixada obrigatoriamente em todas as escolas, repartições públicas, fábricas, bares, restaurantes e vagões de trem. Moedas foram cunhadas, selos foram impressos, placas comemorativas e de inauguração foram fabricadas reproduzindo seu rosto. Bustos de bronze e seu nome em inúmeras ruas pelo país, mantinham sua imagem impregnada por todos os lugares e ambientes durante todo o tempo.

Estas ações tornavam praticamente impossível não notá-lo, dada a exposição que era provocada. Porém nem sempre de percepções diretas é que vive uma ideologia. Determinado por vários fatores, inúmeras pessoas se informam sobre seu ambiente através dos meios de comunicação que por sua vez, são controlados pela classe economicamente dominante, devido aos seus altos custos administrativos e técnicos. As informações veiculadas nestes meios, com

raras exceções, obedecem à ideologia dos grupos que a dominam, deixando o cidadão comum, à mercê da ideologia que lhe é imposta, que não retrata, necessariamente, sua necessidade.

Uma outra forma de controle ideológico largamente utilizada em órgãos governamentais é a censura oficial, em que é limitada a veiculação de informações sempre com o intuito de proteger do desgaste e das críticas populares a imagem dos governos.

Ainda assim, contrariando todas as expectativas dos emissores, ainda existem pessoas capazes de perceber sua realidade e contestar as tentativas de imposição ideológica no seu meio. É o caso de líderes operários, estudantes, religiosos, artistas e intelectuais. Estes indivíduos, em geral, tornam-se líderes que procuram conscientizar os demais.

Ameaças, prisões, torturas e o exílio, foram formas encontradas pelas classes dominantes para neutralizar estes “focos de consciência” entre os receptores além de perseguições, denúncias e acusações.

A pressão psicológica é outra forma de controle ideológico. Em algumas situações como temor, cansaço físico e mental, tensão nervosa, envolvimento emocional, os indivíduos tendem a ter o seu senso crítico diminuído, estando assim, mais passivo e submisso à recepção de mensagens da propaganda, que

utiliza inúmeras formas de pressão para neutralizar o senso crítico dos receptores e lograr convencê-los. O recurso mais empregado é a organização de grandes concentrações de massas. Nessas ocasiões, as marchas, as músicas e cânticos ampliados por alto-falantes, as luzes, o lançamento de folhetos e papéis, o ritmo dos tambores, as bandeiras, estandartes, os discursos inflamados, tudo reflete sobre os presentes. Envolvem as pessoas com tal intensidade que, quase hipnotizadas, tornam-se mais sugestionáveis às mensagens que recebe (GARCIA, 1982, p.57).

Outro meio bastante eficaz para evitar que a população tome consciência de suas condições de vida é bombardeá-los através dos meios de comunicação com notícias suficientemente atrativas, que desviem dos problemas econômicos e sociais e que saturarão a audiência com informações que apelam para emoções, cobrindo todo espaço e tempo necessários para outras idéias. Crimes cruéis e campeonatos esportivos são ótimos exemplos de informações que apelam para a emoção do receptor.

#### **4. Contrapropaganda**

O emprego de técnicas que visam a amenizar ou anular o efeito persuasivo de mensagens opostas às ideologias defendidas é denominado Contrapropaganda.

Em geral, utilizada quando o emissor não consegue o monopólio das informações no ambiente do receptor através do controle ideológico, atua de forma a contradizer idéias adversárias na tentativa de evidenciar falhas e expor fraquezas. Desmoralizar as idéias adversárias, ou até mesmo, o emissor adversário, é outra forma de contrapropaganda que tem como objetivo principal, colocar em dúvida a mensagem que o emissor adversário prega.

Outra forma de atuação da contrapropaganda é sobre o temor dos receptores, ressaltando os pontos negativos ou graves prejuízos (que nem sempre são reais) caso determinada ideologia prevaleça.

Charges, apelidos, sátiras são utilizados como meios de ridicularizar o adversário, com o intuito de manter suas declarações no descrédito. Slogans também são ridicularizados, para que se perca seu efeito persuasivo e de impacto.

## **5. Difusão**

Entende-se por Difusão, toda e qualquer técnica que seja utilizada para a transmissão de idéias e ideais, por qualquer meio de comunicação, desde a palavra falada empregada desde a antiguidade até mecanismos tecnológicos utilizados como meio de comunicação.

A palavra falada possuía adeptos como Hitler e Lênin, que acreditavam que discursos possuíam poderes revolucionários. “Os discursos políticos, pregações religiosas, declarações de líderes e homens de governo têm sido, em grande parte, os maiores responsáveis pela propagação das ideologias em todos os recantos do mundo” (GARCIA, 1982, p.64).

Satélites permitem que discursos viagem através de continentes quase que no instante em que são proferidos, a imprensa que por meio de jornais e revistas, fornecem ao leitor subsídios para a compreensão da realidade que vive, além dos livros, cartazes, cédulas e panfletos.

A TV, o rádio, o cinema, o teatro. Todos formam uma rede de disseminação de informações; a Internet praticamente dissolveu as barreiras de distância facilitando a transmissão de conhecimento ao redor do mundo de maneira quase instantânea.

Além destes reconhecidos meios de difusão, destaca-se também o rumor, em geral como informação falsa, “circula de pessoa a pessoa, podendo atingir grande parte de uma população” (GARCIA, 1982, p.77) e seu início é praticamente anônimo, dada a dificuldade da descoberta da fonte da informação.

## **CAPÍTULO II – A campanha de Arthur Bernardes**

### **1. Contextualização política e eleitoral**

#### **1.1. As forças políticas do período**

A política, como se sabe, tem como um dos seus principais fundamentos, o ato da sociabilidade, parceria e do trato das relações humanas. As relações políticas são regidas pelas possibilidades que as partes vislumbram nos parceiros e aliados. Quanto maior o contingente de aliados, maiores serão as possibilidades de vitórias e conquistas. Identificar os grupos correntes dominantes do meio e tornar estes grupos aliados ou simpatizantes é parte fundamental na ampliação dos horizontes políticos.

Dada a distância temporal entre os dias atuais e o recorte de tempo contemplado por esta dissertação, se faz necessária a sua contextualização que possibilite o reconhecimento das forças políticas e hegemônicas atuantes no período.

Nesta contextualização, identificaremos e trataremos de duas grandes influencias nacionais nas questões políticas e econômicas, dentro do período estudado: o Exército e a política do café-com-leite.

#### **1.2. O Exército**

O Exército, através de sua atuação na política e na sociedade brasileira, tinha o poder de influenciar opiniões e até causar revoluções como os diversos exemplos históricos nacionais nos revelam.

A própria República Velha<sup>5</sup> que teve início e fim em ações essencialmente militares, é entremeadada por ações militares. Estas ações, entre si, possuem distinções que nos revelam períodos de mudanças e transformações teórico-filosóficas a que o próprio Exército passou.

Segundo Trevisan (1986) a República “nasce de uma atitude do Exército” pois os oficiais que combateram na Guerra do Paraguai “voltaram para casa ‘contaminados’ pelo

---

<sup>5</sup> A República Velha, que corresponde ao período que tem início na Proclamação da República, em novembro de 1889, até a revolução em outubro de 1930, é contemplada na pesquisa que tem foco nas eleições de 1922. Porém, como salienta Trevisan (1986, p.13) o estabelecimento de períodos de tempo precisos, são problemáticas pois as mudanças nas relações humanas “interpenetram” os períodos históricos, e em história “a forma de os homens se relacionarem social e economicamente tem um significado mais profundo que uma eventual mudança política”.

sistema de governo que viram na região do rio da Prata”. Este grupo de oficiais do Exército, “mais os fazendeiros com outras idéias e letrados civis são os que fazem a República”.

Contudo, estes oficiais se mantêm por pouco tempo no poder e isto se dá, principalmente pela orientação positivista dos militares da época.

Desde os fins do Império, os oficiais eram em sua imensa maioria positivistas. A escola da Praia Vermelha, a Academia Militar do tempo, formava oficiais em moldes totalmente positivistas: ensinava letras clássicas e poesias. Formavam-se sociedades literárias, dramáticas. As seções de discussão entre os oficiais tinham, por exemplo, como tema: ‘será possível a Paz Universal?’. Os oficiais saídos da Escola exigiam o título de ‘Doutor’ [...] estes oficiais, absolutamente distantes das casernas, eram na verdade bacharéis fardados competindo com bacharéis sem farda [...] [Esses oficiais] em nada ameaçavam a estrutura econômica, social, não pensam em golpes espetaculares em cercos ao poder (TREVISAN, 1986, p.57 e 58).

Mas esta formação militar mudaria logo, pois urgia a necessidade de militares mais atuantes na defesa do país e com inclinações ideológicas que permitissem às Forças Armadas um contingente mais combativo. Para suprir esta necessidade, são formados os tarimbeiros<sup>6</sup>, oficiais que não cursavam a escola como os outros militares e por isso, possuíam perspectivas distintas.

O Exército evolui e, graças à admiração do Ministro Rio Branco pelo Exército alemão, em 1906, 1908, 1910 e 1911 são enviados oficiais brasileiros para a Europa com o intuito de treinarem com o Exército alemão que se preparava para a Primeira Guerra Mundial. Ao retornarem, esses oficiais que agora tinham uma perspectiva extremamente diferente dos demais em relação aos compromissos do Exército, trouxeram para as Forças Armadas brasileiras suas experiências com as tropas alemãs. Os jovens adeptos a essas novas técnicas fundam a Defesa Nacional para difundir os novos ensinamentos e fazer com que o Exército abandone, lentamente, mas definitivamente, a missão positivista.

Os “turcos”, como eram conhecidos estes jovens, promoveram uma verdadeira revolução no modo de atuação do Exército. A Guarda Nacional, que era comandada por nobres e fazendeiros que conseguiram comprar suas patentes e por conseqüência o controle do Exército, foi extinta em 1918, o que significou o início de um grande avanço para as Forças Armadas, pois tinham um novo objetivo a cumprir e uma conquista para a Defesa Nacional, que agora possuíam “o total controle militar interno, desarmando as elites oligárquicas locais” (TREVISAN, 1986, p.59).

---

<sup>6</sup> Soldados chamados tarimbeiros dormiam nos quartéis, nas tarimbas que eram camas fixadas à parede por meio de correntes.

Essas alterações nas diretrizes do Exército não ficaram apenas nas conquistas militares. Uma profunda alteração ideológica era promovida pelos "jovens turcos". O Exército não se ocupava mais apenas com proteção de fronteiras e, segundo Trevisan (1986, p.59) agora "todos os aspectos da vida do país importam, desde a preparação militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderúrgica". Alterou-se a idéia de defesa para algo que abrangesse recursos humanos, técnicos e econômicos.

Nas turmas formadas por estes novos ideais, encontraremos, segundo Trevisan (1986, p.60), inúmeros personagens que influenciaram o processo histórico brasileiro: "Estes chamados 'tenentes' eram jovens oficiais às vezes ainda na Escola, que ansiavam, lutavam por mudanças da 'ordem das coisas'". Estes jovens rebelavam-se contra todos "altos oficiais" acusando-os de incapazes e na sua grande maioria, corruptos. Toda essa revolta, atinge também as conexões estabelecidas entre os oficiais do exército e políticos, que segundo estes jovens, eram os responsáveis pelo atraso do país.

Em 1922 Epitácio Pessoa, no fim do seu mandato de presidente do Brasil, desentendeu-se com o Marechal Hermes da Fonseca e, para fazer valer sua autoridade, o advertiu e em seguida mandou prendê-lo. Esta atitude gerou a primeira manifestação organizada por estes novos oficiais: o episódio dos 18 do Forte de Copacabana que aconteceu no Rio de Janeiro em 5 de julho 1924, onde

saíram às ruas, seriam dezoito, 28 ou ainda menos – o número é impreciso-, para enfrentar tropas que lhes eram infinitamente superiores. Caíram [quase] todos sob a metralha das forças fiéis ao governo [...] Fora um gesto romântico, heróico, corajoso, abnegado e inútil (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.161).

Apesar do insucesso da missão, foi a primeira grande ação armada e podemos dizer que se trata do início do movimento que estaria presente na Revolução de 30, em que os militares novamente assumiram o comando do país e, ao contrário dos companheiros que instituíram a república, pretendiam ficar muito mais tempo no poder.

A outra força altamente influente nas questões políticas do país era formada pelos simpatizantes e pelos políticos avessos à denominada República do café-com-leite. Aliados e contrários à política do café-com-leite, protagonizaram inúmeros episódios de conflitos da história política do país.

### **1.3. A política do café-com-leite**

No governo de Hermes da Fonseca, uma grande disputa política envolvia os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São Paulo buscava aprovar diretrizes de proteção permanente da produção de café, visto que era o setor da agricultura que se mostrava o mais dinâmico da economia brasileira, além disso, o café era o “carro chefe” da chamada agroexportação brasileira.

Já o estado do Rio Grande do Sul, estava apresentando grande destaque no governo de Hermes da Fonseca graças à ascensão política de Pinheiro de Machado, e tornou-se um entrave nos objetivos econômicos paulistas, o maior produtor de café, pois o estado gaúcho, queria um maior incentivo às políticas econômicas agrícolas que visassem o mercado interno como gado de corte e outras lavouras além do café e aproveitando o período político favorável, também “estava procurando intervir no estado de São Paulo para consolidar o poder” (PERISSINOTO, 1994, p.219).

Essa atitude do Rio Grande do Sul aproximou os outros dois estados e fez com que eles se aliassem criando o “Pacto de Ouro Fino”. O “Pacto de Ouro Fino” (ou política do café-com-leite, como viria a ser conhecido) firmado entre os governadores de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão e o representante oficial de São Paulo, Cincinato Braga, rezava que mineiros e paulistas estavam comprometidos a sempre agirem juntos, não aceitando pactos ou cargos que porventura o Rio Grande do Sul pudesse oferecer. A intenção era juntar forças para impedir o acesso do indicado gaúcho Pinheiro Machado à presidência.

Dessa união saiu a primeira indicação e o primeiro presidente do pacto São Paulo-Minas que viria a substituir Hermes da Fonseca: o mineiro Wenceslau Brás.

Sucedendo Wenceslau Brás, veio a indicação de um paulista, sob a bênção do pacto, de um paulista Rodrigues Alves, que morreu antes de assumir e foi substituído pelo seu vice, o mineiro Delfim Moreira.

Na sucessão de Delfim Moreira, os dois estados que controlavam a política do país não entraram em um acordo e Rio Grande do Sul indicou o paraibano Epiácio Pessoa, que foi aceito, pois estava alinhado à política agroexportadora do pacto entre São Paulo e Minas Gerais.

Essa situação de intercalação entre mineiros e paulistas relegavam os outros estados do país à marginalidade política, pois as prioridades econômicas e principalmente agrícolas, eram dadas às necessidades dos estados dominantes: São Paulo e Minas Gerais e, Rio Grande do Sul, o maior opositor do núcleo agroexportador do país, busca quebrar a seqüência estabelecida pela política do café-com-leite e não apóia a candidatura do sucessor de Epiácio

Pessoa à presidência, o mineiro Arthur Bernardes e como opositor, Borges de Medeiros então governador do estado gaúcho, decide apoiar a candidatura dissidente de Nilo Peçanha.

Depois de uma atribulada campanha, Bernardes foi eleito e, como temia Borges de Medeiros, seu governo efetivou a proteção permanente do café, que basicamente consistia na intervenção do governo nas safras excedentes para que as lavouras de café não dessem prejuízo.

Sucedendo Bernardes, Washington Luis foi eleito e empossado, e como presidente, foi um dos responsáveis pelo fim do “Pacto de Ouro Fino” por dois grandes motivos sendo que

o primeiro deles foi a retaliação, por parte de São Paulo, a Minas quando este estado foi acusado de inflacionar a sua população com vistas a aumentar a sua representação no Congresso. A retaliação veio por parte de Washington Luis, já presidente, retaliação esta que causou a Minas a perda de 14 cadeiras no Congresso para a oposição pró-paulista [...] a tensão se agravou com a perda de todas as presidências de comissões e pela imposição de sanções econômicas federais, coisa que Minas nunca sofrera [...] (PERISSINOTO, 1994, p.223).

Ainda segundo Perissinoto (1994, p.223), a Revolução de 30 foi provocada pela inflexibilidade de Washington Luis que não abria mão da candidatura de Prestes. Minas, que não concordava com a candidatura e tinha alguns assuntos com São Paulo que achavam mal resolvidos, aliou-se ao Rio Grande do sul e “embora relutante, optou pela guerra civil”.

O fim da hegemonia da política do café-com-leite coincidiu com o fim da República Velha. Júlio Prestes foi eleito graças ao apoio paulista, contudo, nunca tomou posse pois foi impedido pelos mesmos militares aliados à Minas e ao Rio Grande do Sul, que derrubaram o governo de Washington Luis e entregaram o poder nas mãos de Getúlio Vargas.

A reconstrução do cenário político do período em que a dissertação é focada se faz necessária para que sejam compreensíveis a dimensão e abrangência destas forças que poderiam justificar atitudes e estratégias de campanha dos candidatos que almejaram chegar à Presidência da República no ano de 1922.

Analisando o quadro político da época, podemos afirmar que no período em que vigorou o “Pacto de Ouro Fino”, não seria eleito nenhum presidente que não estivesse de acordo com a política protecionista do café e da agroexportação defendida pelos estados de Minas e São Paulo. Podemos afirmar também que pacto só se mantinha porque existiam interesses mútuos entre os dois estados e que, quando o equilíbrio foi desfeito no governo de Washington Luis, o pacto deixou de existir.

Ainda, baseados na exposição das forças políticas do período, é inegável que, qualquer candidato que pleiteasse o mais alto cargo da república, não deveria nem sonhar com ele se sua relação com o Exército não fosse impecável pois caso contrário, mesmo que fosse eleito, dificilmente assumiria o cargo. Hipótese comprovada no caso de Júlio Prestes que mesmo eleito pelo povo, não chegou ao poder.

#### **1.4. A campanha de 1922 à presidência**

Como visto, as principais forças políticas do período de campanha de Arthur Bernardes à presidência do Brasil eram o Exército e as personalidades simpatizantes com a política do café-com-leite.

Contudo, vários eram os setores insatisfeitos com esta política. Uma lista encabeçada pelo Rio Grande do Sul com seu mais leal defensor, o presidente do estado Borges de Medeiros, era seguido por setores mais jovens das forças armadas que se sentiam desprestigiados, pelas camadas urbanas brasileiras que estavam descontentes com as políticas essencialmente agrícolas, por políticos de estados menores e até o próprio Epiácio Pessoa que estavam irritados com o comando centralizado no eixo São Paulo–Minas e todos esperavam uma oportunidade para rompê-lo. “Os interesses financeiros que se ocultavam por trás da Itabira<sup>7</sup> juntaram-se a estes setores insatisfeitos” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.158) e decidiram, unindo as oligarquias de Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul na chapa Reação Republicana, articular a candidatura do político carioca Nilo Peçanha às eleições presidenciais de 1922.

Os principais objetivos da Reação Republicana eram acabar com a hegemonia São Paulo-Minas na política nacional e assim determinar políticas que também contemplassem o crescente setor industrial do país e as lavouras que tinham como destino o mercado interno<sup>8</sup> visto que, a dependência econômica do país à exportação do café, fazia com que todos os esforços políticos e econômicos do país se voltassem em sua proteção, em detrimento de outras culturas e da indústria nacional.

Essa candidatura era também uma resposta à resolução tomada pela cúpula do partido republicano mineiro e paulista na Convenção de 8 de Julho de 1921, que contava com os

---

<sup>7</sup> Para entender mais sobre o episódio da Itabira Iron, ver em anexo 1 p.4.

<sup>8</sup> Um dos principais produtores de lavouras com culturas destinadas ao mercado interno era o estado do Rio Grande do Sul.

aliados de outros estados e declararam Arthur Bernardes como seu candidato à sucessão do cargo de presidente do Brasil.

Na Convenção, somente o nome do candidato à presidência foi definido. O seu vice, sairia da solução do impasse que ocorria entre a Bahia, que queria seu presidente J. J. Seabra e Pernambuco que por sua vez, apoiava seu presidente José Bezerra ao cargo. Não havendo consenso entre as partes, o Partido Republicano decidiu por um terceiro nome: Urbano dos Santos, presidente do Maranhão.

É necessário salientar que os três candidatos vinham do norte do país e isso não era por mero acaso. O Partido Republicano fazia questão que o vice viesse de algum estado da região, pois era muito bem vindo o apoio dos eleitores do norte e nordeste do país à causa Republicana. Por outro lado, indicando um terceiro nome, o Partido Republicano ganhou dois fortes opositores às suas nomeações: J. J. Seabra e José Bezerra, sendo o primeiro, vice de Nilo Peçanha na chapa da Reação Republicana.

A campanha à presidência foi acirrada. “A virulência dos discursos dos propagandistas da Reação Republicana era correspondida com violência da imprensa oposicionista. O embate desceu aos ataques pessoais. A terrível arma da caricatura foi largamente manobrada” (SILVA, 1984, p.30).

Iniciando sua campanha no dia 15 de outubro no Rio de Janeiro, Bernardes desembarcou na cidade para discutir sua plataforma de governo e deparou-se com uma gigantesca charge que misturava sua cabeça com o corpo de uma rolinha, estampada na primeira página de um vespertino. Rolinha foi um apelido vexatório que os adversários haviam criado para Bernardes. Na ocasião de 15 de outubro, foram filmadas as primeiras imagens de campanha que se tem notícia no país. As imagens mostram uma multidão de pessoas acompanhando a comitiva de Bernardes. Como não havia som, não é possível identificar no filme<sup>9</sup> se a multidão aclamava a favor ou contra o candidato.

Segundo Cifrantiga (2007, p.1) e Koifman (2002, [s.n.]), uma marchinha<sup>10</sup> foi composta por seus opositores Freire Júnior e Careca (Luís Nunes Sampaio) e se tornou um grande sucesso no carnaval de 1922, dando o apelido de Seu Mé ao candidato Arthur Bernardes.

Por outro lado, segundo Koifman (2002, [s.n.]) a Reação Republicana sentiu-se “provocada quando *A Tribuna* expôs um cartaz no qual aparecia o nome completo do seu candidato: Nilo Procópio Peçanha” e contando com o apoio popular, arrancaram o cartaz.

---

<sup>9</sup> Ver trechos no DVD Anexo, diretório “Filmes”

<sup>10</sup> Ver em Anexo 2 a letra na íntegra e no DVD anexo, diretório “Musicas”, arquivo “seu\_me.mp3”

Conforme História do Brasil (1974, p.158), “o próprio Nilo surpreendeu-se com a violência da campanha. Mas iria surpreender-se ainda mais”.

Até então, nada havia acontecido que manchasse o relacionamento de Arthur Bernardes com os militares. Este apoio era importantíssimo, visto que as forças armadas já haviam dado exemplos da utilização de mecanismos próprios para tomar o controle da nação se necessário lhes parecesse.

Apesar de todos os artifícios utilizados pela Reação Republicana e seus simpatizantes, o grande abalo à candidatura de Arthur Bernardes veio quando o Correio da Manhã publicou cartas<sup>11</sup> que eram atribuídas a Arthur Bernardes. Estas cartas eram “ostensivamente injuriosas aos brios das classes armadas, suscitando, assim, a revivescência no país de gravíssima crise militar” (AMORA, 1964, p.48).

A intenção destas cartas era claramente minar as bases de apoio à campanha de Arthur Bernardes. “O Exército era chamado de ‘canalha’ e seu maior líder [Hermes da Fonseca] ‘um sargento sem compostura’” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.158).

No dia em que a segunda carta foi publicada, o Exército publicou uma nota ameaçadora que exigia a renúncia do candidato. Nesta carta, o candidato Nilo Peçanha era chamado de “moleque capaz de tudo” e Bernardes confessava desvio de verbas na presidência de Minas Gerais.

A revolta dos militares encontrou apoio da população carioca. Uma semana depois da publicação das cartas, Bernardes viajou ao Rio de Janeiro “para ler sua plataforma de governo. Foi recebido com uma chuva de tomates e ovos podres. Segundo Melo Franco (apud SILVA, 1984, p.30) que relatou estar presente nesta cerimônia, Arthur Bernardes, um “homem desconhecido até há pouco, de quem por isso mesmo nada se poderia dizer de bem nem de mal, e recebido na cidade como se fosse um bandido público, um traidor da pátria, um réprobo [...]” e completa: “Nunca mais esqueci aquele selvagem espetáculo”.

Bernardes, inquirido na ocasião sobre a autoria das cartas, “respondeu apontando os erros de gramática no texto e dizendo: ‘Meu pai, português severo, nunca me permitiria coisas desse tipo’” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.160).

Enquanto Arthur Bernardes negava a autoria das cartas, a população e os militares se dividiam entre os que o apoiavam e acreditavam na sua alegação e os que eram favoráveis a sua renúncia e o ameaçavam com promessas de golpe de estado caso ele saísse vitorioso nas eleições.

---

<sup>11</sup> Ver em Anexo 3 e Anexo 4 a transcrição das cartas feita por A. Ximeno de Velleroy (apud AMORA, 1964, p.50-51).

Neste quadro de grande rejeição, cogitou-se nos corredores dos partidos republicanos mineiro e paulista, a renúncia da candidatura de Arthur Bernardes. Epitácio, em carta aos políticos mais influentes entre os partidários do candidato, em que solicita esforços destes no esclarecimento de acusações feitas pelos seus adversários contra o então presidente e que o partido não conte com a constante intervenção federal na manutenção de sua segurança pública em caso de manifestações populares intensas.

Durante estes acontecimentos, Epitácio Pessoa chega a afirmar que Arthur Bernardes não se agüentaria 24 horas no Catete (apud AMORA, 1964, p.57).

Contudo, mesmo diante deste panorama desolador, Bernardes não se mostrava disposto a desistir.

Uma comissão de honra foi montada (e erroneamente aceita por Arthur Bernardes, pois, esta era formada em sua maioria de inimigos do candidato) e contava com a colaboração de especialistas em grafologia para averiguar a autenticidade das cartas. O laudo publicado em 28 de dezembro de 1921, como não poderia deixar de ser, considerando os interesses dos componentes da comissão, atestava a autenticidade das cartas.

Contudo, este episódio estava longe de acabar. Um mês antes das eleições, em 4 de fevereiro de 1922, o então senador Ruy Barbosa, respeitado por todas as camadas sociais e políticas do país como sendo influente conselheiro, parte em defesa de Bernardes sobre as cartas.

Ruy Barbosa, que até então era uma força neutra na disputa, era tomado como aliado por ambos os candidatos à presidência, pois dado o seu prestígio político, seu apoio significava a bênção de um dos homens mais influentes na política do país. Quando Ruy se manifestou em favor de Bernardes no episódio das cartas, seus aliados viram ali uma chance de acabar de vez com o assunto que quase consumiu a campanha dos candidatos da convenção. Sua declaração que “afirmava ter havido evidente falsificação” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.160), foi reproduzida pela maioria dos jornais dentro do Brasil e por jornais de alguns países da Europa como França e Espanha. Seus opositores por sua vez, procuravam razões que levaram tão solene pensador a defender uma causa morta como a candidatura de Bernardes.

Mas o assunto não acabaria ali como ansiavam Bernardes e aliados, pois

a 6 de fevereiro, o perito Locard, grafólogo francês, consultado por Edmundo Bittencourt – diretor do *Correio da Manhã*, assegurava trata-se de cartas autênticas. Enquanto no Brasil disputavam-se as eleições, outros peritos – o italiano Ottolenghi e o suíço Bischoff – declaravam falsas as cartas. As

dúvidas desfizeram-se a 24 de maio de 1922. Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda foram a cartório para confessar a falsificação, dando abundantes provas de que falavam a verdade. Inimigos de Bernardes e admiradores de Hermes, afirmavam que pensaram criar uma situação tal que permitisse ao marechal candidatar-se novamente à presidência. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.160).

Esta revelação veio tardiamente, pois no dia 1º de março de 1922, Arthur da Silva Bernardes se tornou o 12º Presidente do Brasil e foi eleito com 466.877 votos, equivalentes a 56% dos votos válidos. A representatividade do eleitorado não chegou a 3% da população total do país. Seu adversário, Nilo Peçanha, recebeu 317.714 votos. (KOIFMAN, 2002, [s.n] e SILVA, 1984, p.32).

A vitória de Arthur Bernardes expressa nos votos apurados teve menos impacto, do que a revelação da falsificação das cartas, que fez com que a oposição, que até então tramava para impedir a posse do novo presidente, recuasse e pensasse em promover um acordo de compromisso com o novo presidente. Bernardes, inflexível, era solenemente proclamado presidente da república no dia 7 de junho de 1922.

## **2. Os Meios de Comunicação**

Nos dias atuais, a tecnologia tornou-se presença fundamental à maioria das atribuições da vida cotidiana. Nos meios de comunicação, a interferência da tecnologia é ainda mais sensível: a TV está caminhando para padrões de imagens e sons inimagináveis à maioria dos cidadãos comuns; raramente alguém “disca” (ao pé da letra) um número de telefone; o correio é também eletrônico e o “virtual”, hoje, é muito mais palpável do que quando a palavra foi criada.

Hoje, a um custo bastante acessível, temos a oportunidade de interagirmos com pessoas em qualquer parte do planeta e ainda, não estamos presos à apenas um suporte, podemos escolher quais suportes utilizar entre inúmeras opções como cartas, telegramas, faxes e telefones convencionais, telefones celulares, correio eletrônico (e-mails), web sites, programas de mensagens instantâneas e telefonemas através do computador.

A grande maioria da população mundial é “alcançável”. Potencialmente, não há um ser humano na face da terra que não possa receber uma mensagem de uma das tantas possibilidades de comunicação.

Tudo é rápido, em um dia de ligações pelo telefone, por exemplo, é possível comunicar-se com um número considerável de pessoas e solucionar inúmeros assuntos que,

pessoalmente, seriam impossíveis de resolver em apenas um dia e optando por essa forma, provavelmente se tornariam inviáveis financeiramente.

Mas não é de hoje que as tecnologias dão o tom da velocidade da troca de informações. Mesmo antes de “bits” e “bytes” tomarem conta do nosso cotidiano, as pessoas já desfrutavam das facilidades que equipamentos elétricos e eletrônicos podem trazer aos interessados em encurtar distâncias.

Nesta parte da dissertação retrataremos algumas características da campanha presidencial de 1922, em que houve o embate eleitoral entre Arthur Bernardes e Nilo Peçanha. Busca-se evidenciar alguns aspectos do período, encontrados na seleção de documentos das fontes de pesquisa já citadas como: Fundo Arthur Bernardes do Arquivo Público Mineiro, Hemeroteca Pública de Belo Horizonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca Nacional, além do suporte bibliográfico sobre o período. Os aspectos que são focados neste texto são os meios e suportes de comunicação utilizados para a evolução e coordenação da disputa política entre os oponentes, através de uma contextualização destes no período, pelo âmbito social, político, econômico e tecnológico.

## **2.1. Comunicação e Campanhas Políticas**

Nos dias atuais, vários pesquisadores e estudiosos procuram compreender e se aprofundar na relação da comunicação com a política.

Santa Rita (2002, p.225) considera que alguns aspectos são necessários para se vencer uma eleição, como ser o candidato certo na hora certa,

ter uma boa estrutura organizacional, contar com profissionais competentes nas várias áreas de atuação. E, por fim, ter a capacidade de mostrar isso tudo nos eventos e na propaganda, principalmente no rádio e na TV de modo a sensibilizar e convencer o eleitor [...] (SANTA RITA, 2002, p.226).

Segundo Tavares (2005, p.13) “comunicação e política são conceitos muito dependentes hoje em dia, no sentido de que a última relaciona-se profundamente com a comunicação” e continua afirmando que “a idéia de comunicação política é tão velha quanto a própria política”.

Através do que podemos denominar “ferramentas comunicacionais” como retórica propaganda e marketing, o candidato procura o convencimento do seu eleitorado, numa abordagem direta, através de discursos para seu público de interesse, ou indireta, através de

líderes de classes ou comunidades, que possuem o poder de disseminação destas idéias para e pelos seus seguidores.

Além de Queiroz (2006) e Tavares (2005), outros estudiosos procuram evidenciar a relação da comunicação como fundamento necessário para se conduzir uma disputa política. Tchakhotine (1967), Garcia (1982) e Domenach (1963) dissertam sobre a interação das diversas vertentes e abordagens da comunicação com a política a ponto de estabelecerem características peculiares desta relação.

Indicando o processo constante de maturidade de tal relação, Figueiredo (2002, p.147) propõe uma metodologia de estudo de propaganda eleitoral, em que procura estabelecer os critérios para análise de uma campanha eleitoral através de suas estratégias e propaganda, oferecendo uma grande coleção de informações relacionadas às campanhas eleitorais de 1996 para a prefeitura das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Do estudo destes autores, toma-se o aspecto que norteará esta dissertação: o fato de que as realizações das pretensões vitoriosas dos candidatos estão condicionadas à sua capacidade de convencimento do eleitor, quer seja utilizando suas habilidades em discursos e técnicas retóricas, propaganda ideológica como proposta por Garcia (1982), leis de propaganda política conforme estabelece Domenach (1963, p.20) ou, numa denominação mais abrangente, o marketing, que, segundo a afirmação de Gaudêncio Torquato (2006, p.7), “não se restringe ao eixo da comunicação [...] Abriga, além da vasta rede de comunicação, outros vetores como a pesquisa, o discurso, a articulação social e política e a mobilização das massas”.

O marketing político por sua vez tornou-se um aliado indispensável nas campanhas políticas. O avanço das tecnologias e o advento da Internet aumentaram a velocidade de disseminação de informações (boas e más, verdadeiras e falsas). A TV alcançou níveis de qualidade que suscitou uma reforma eleitoral que estabelecesse limites de produção. A mídia impressa e virtual (através da Internet) transformou o simples cidadão em informantes que utilizando seus modernos celulares, colaboram com as redações fornecendo imagens e até vídeos sobre qualquer evento ou notícia no momento do acontecimento. Com a constante evolução dos modos de comunicação, pode-se através das ferramentas do marketing político obter um maior controle do que é tornado público sobre o candidato de modo a neutralizar (ou ao menos amenizar) seus aspectos mais frágeis e destacar suas características positivas.

Todas as teorias citadas inclusive as que envolvem o marketing político e suas ferramentas, não descartam a necessidade da proximidade do candidato com seu eleitorado com o objetivo não só do apoio, mas da adesão para a disseminação de suas ideologias; e se

por um lado o avanço tecnológico aumentou a velocidade da ação dos oponentes de qualquer candidato em uma eleição, certamente facilitou também suas ações e reações dos candidatos na batalha política pelo voto.

O que dizer então, se, um candidato não dispusesse de nenhuma das facilidades tecnológicas e modernas que conhecemos hoje, inclusive o conhecido telefone? Seria derrotado antes mesmo de iniciar sua campanha?

## 2.2. Cinema e Telégrafo

No que se refere à utilização de tecnologias, a única expressão vanguardista que esteve presente nas eleições presidenciais de 1922 foram as primeiras filmagens em campanhas eleitorais no Brasil que se tem notícia. Os documentários brasileiros *1930 - Tempo de Revolução* (dirigido por Eduardo Scorel) e *Revolução de 30* (dirigido por Sylvio Back) têm como foco a revolução de 1930, contudo, ambos exibem uma gravação cinematográfica da passagem de Arthur Bernardes em plena campanha na então capital Rio de Janeiro, na ocasião em que apresentou para a população sua plataforma de governo no dia 15 de outubro de 1921. Ao que tudo indica, esta gravação não teve qualquer efeito publicitário levando-se em conta que não era simples sua exibição, pois a TV ainda não existia.

Tornar pública uma ideologia tendo disponível toda a tecnologia que conhecemos, torna-se uma tarefa relativamente simples, contudo, criar adeptos que a disseminem, requer (além de um ótimo discurso) estratégia e planejamento e, para um período em que nem o telefone era tão comum, além da estratégia e planejamento, era necessária muita gente trabalhando.

No período, os telefones não eram tão comuns como hoje. Os hotéis, em seus anúncios de jornais e em seus cartões de visita, informavam com toda elegância que a mordomia disponível lhes permitia: “Um telefone por andar!”. Os automóveis, quando disponíveis, eram opções inviáveis para percorrer tantas quilômetros quanto necessárias na realização de uma campanha presidencial em um país continental como o Brasil, deixando esta tarefa (quando imprescindível) a cargo dos trens.

Contudo, principalmente na época em questão, os candidatos precisavam, se não estar com a população, transmitir sua mensagem e seus ideais para seus eleitores.

Para driblar a dificuldade de locomoção do período que impedia o candidato Arthur Bernardes de estar pessoalmente com todos os seus eleitores nos quatro cantos do país, ele

estabeleceu uma rede de correligionários que eram promovidos a porta-vozes do candidato para a transmissão da sua plataforma de governo e pretensões governamentais.

Aurelino Leal atuando principalmente na Bahia e Raul Soares que tinha sua base em Minas Gerais eram o que poderíamos chamar nos dias de hoje de dois dos coordenadores de campanha de Arthur Bernardes.

Através do Acervo Arthur Bernardes do Arquivo Público Mineiro, foi possível entrar em contato com milhares de documentos arquivados pelo próprio Arthur Bernardes, que retratam a intensa troca de informações entre ele e seus coordenadores.

Percorrendo os documentos do acervo, é evidente a organização imposta por Arthur Bernardes às suas correspondências. Além das correspondências recebidas, o acervo dispõe de várias correspondências e respostas de correspondências enviadas por Arthur Bernardes em forma de cópias com datas e anotações de “enviado” no rodapé, feitas pelo próprio político.

Essa organização pode ser explicada pelo volume de correspondência que um político que tem essa como a única forma de transmissão e recebimento de informação, pode gerar, principalmente em campanha. Entre os documentos do acervo encontram-se cartas manuscritas e datilografadas, telegramas, cartas anônimas além de manifestações de correligionários e também de inimigos políticos. Contudo o que mais chama a atenção é o número de telegramas que compõem o acervo.

Na ocasião de sua nomeação como candidato à presidência do Brasil pela convenção do Partido Republicano de 8 de julho de 1921<sup>12</sup>, Bernardes recebeu telegramas de todos os estados brasileiros manifestando apoio à sua candidatura. Recebeu telegramas inclusive dos que se tornariam mais tarde integrantes da Reação Republicana, chapa concorrente à sua na campanha à presidência. Os telegramas não vinham somente dos chefes de estado e políticos brasileiros. Vinham também das elites regionais e líderes de classe do período como engenheiros, coronéis, membros das forças armadas, vários farmacêuticos, médicos e advogados de toda parte do país. Todos manifestando apoio e recomendações de apoio à sua candidatura.

ACABO DE TELEGRAPHAR NOSSOS AMIGOS BUENO BRANDAO  
RAUL SOARES COMMUNICANDO QUE CEARA´ ADOPTE COM  
ENTHUSIASMO SUA CANDIDATURA PRESIDENCIA REPUBLICA.  
DEMOREI RESPOSTA ALGUMAS HORAS PARA PODER FALAR EM  
NOME DE TODOS ELEMENTOS POLÍTICOS QUE ME APOIAM E  
CONSTITUEM A QUASI UNANIMIDADE DO ESTADO. FELICITANDO  
MUI CORDIALMENTE AO PRESADO E EMINENTE AMIGO FACO  
VOTOS PELA VICTORIA DO SEU ILLUSTRE NOME E UM GOVERNO

---

<sup>12</sup> Conforme relatado no item 1.4 deste capítulo.

DE REAES BENEFICIOS A NOSSA PATRIA. SAUDS AFFTS =  
JUSTINIANO SERPA<sup>13</sup>

Além destes telegramas comuns, no arquivo constam vários telegramas cifrados remetidos por Raul Soares à Arthur Bernardes e que tinham sua tradução feita no próprio documento.

= EXABUNDANCIA ESTAMOS SOBERBINHO AMELROADO  
DISSOLUCAO PONTO GRANIFERO TRACHOMA NEVOA  
SEPTENARIO PONTO ESTALAO CAHIDO PRESTAMEIRO FISTULAR  
SES PONTO CHELYDRO BANDIDO CAHIDA NAO DA CREPUSCULAR  
POSTERIDADE ENTHRONIZACAO DISSOLUTAMENTE PONTO  
NITRICO JACINTHO LIBERAL TEMERAMENTE? PONTO ABRACOS =  
RAUL SOARES<sup>14</sup>

Esta transcrição mostra um telegrama enviado em 11 de julho de 1921 em que fica evidente que entre Raul Soares e Arthur Bernardes existia um código para ser utilizado em telegramas que eles consideravam necessário manter sigiloso. No próprio documento, Arthur Bernardes fazia sua tradução:

Evidentemente estamos sob ameaça dissidência. Grande trabalho neste sentido. Estado cafeeiro presidente firmes sés. Chefe bancada cafeeira não dá crédito possibilidade entendimento dissidentes. Nilo já lhe telegrafou? Abraços Raul Soares<sup>15</sup>

Este telegrama, a contar pela data em que foi remetido, indica um aviso à Arthur Bernardes da formação da dissidência, ou seja, a oposição à sua chapa formada na convenção do Partido Republicano de 8 de julho de 1921. Mais tarde, as desconfianças do telegrama se concretizam e o mencionado Nilo (Nilo Peçanha) se lança candidato de oposição junto com J. J. Seabra, conforme relatado noutro telegrama cifrado enviado para Arthur Bernardes em 15 de junho novamente por Raul Soares:

ACADEMISTA TER NOVEL AINDA NARRATIVA CONFORMIDADE  
NITRICO IRONICAMENTE APROPOSITAR NONAGESIMO  
PRESTAMEIRO NOSSA COMMUNEIRO EXEQUIAS PRESTAMEIRO  
ESTALAO CAHIDA E OVELHINHAS PARA CANFLEIRA CONCOCCAO  
TOLERANTES ESTALOEES PONTO SENDO IMPRENSA ISTO NITRICO

<sup>13</sup> Transcrição literal (com a substituição dos pontos finais em lugar do sinal PT padrão dos telegramas) de um telegrama enviado por Justiniano Serpa à Arthur Bernardes. Ver reprodução do documento original no DVD anexo, pastas “Documentos”, “AB-PMG- Cxs.40 a 48 Doc.271” e “AB-PMG\_CX40”. Documento 146.

<sup>14</sup> Transcrição literal de um telegrama enviado por Raul Soares à Arthur Bernardes. Ver reprodução do documento original no DVD anexo, pastas “Documentos”, “AB-PMG- Cxs.40 a 48 Doc.271” e “AB-PMG\_CX41”. Documento 312.

<sup>15</sup> Transcrição literal das anotações de Arthur Bernardes no documento apenas com a inclusão da acentuação das palavras. Ver reprodução do documento original idem nota anterior.

SERA CANELEIRA QUEBRO CANCADINHO – ABRACOS = RAUL SOARES =<sup>16</sup>

A tradução deste telegrama, segundo anotações feitas por Bernardes é a seguinte:

Acabo ter notícia ainda não confirmada Nilo irá apresentar nome presidente nossa comissão executiva (Wenceslau) presidente estado cafeeiro outros para candidato conciliação todos Estados. Sendo impossível isto Nilo será candidato. Que canalha! Abraços Raul Soares<sup>17</sup>

As correspondências foram importantes também em situações problemáticas enfrentadas por Bernardes. Em uma carta que recebeu, o remetente o avisava de um plano de inimigos que objetivava dar cabo à sua vida, fornecendo datas e locais para que o candidato se precavesse. Nenhum atentado à sua vida foi consumado durante a referida campanha.

Aurelino Leal, outro colaborador da campanha, era o homem que coordenava as ações de Bernardes na Bahia, território eleitoral do seu oponente nas eleições, vice de Nilo Peçanha, J. J. Seabra. Através de suas cartas, ele informava o candidato quais eram os anseios da população daquele estado para que este afinasse seu discurso com as necessidades do eleitorado baiano tais como casas, infra-estrutura e incentivos agrícolas. Em sua visita à Bahia, seus discursos estavam muito bem orquestrados pelo seu informante.

Observações como “Não permita de modo algum que o Delamare oriente a campanha em seu favor sob o ponto de vista do Nacionalismo”<sup>18</sup> mostram a intimidade de Aurelino com a política nacional e com o candidato que lhe permitia tais orientações.

Seus coordenadores, como tinham o poder de falar em nome do candidato em determinadas ocasiões, eram conhecidos pelo público e os eventos que promoviam eram amplamente divulgados pelos órgãos de imprensa do Partido Republicano. O *Diário de Minas*, na ocasião da viagem de Aurelino Leal à Bahia com o objetivo de desenvolver seu papel de coordenador da campanha de Bernardes no estado, publicou a seguinte nota:

“Dr. Aurelino Leal segue para a Bahia – Rio, 13, (Star) Embarca amanhã, no ‘Avon’, com destino à Bahia, o sr. dr. Aurelino Leal que vai prosseguir na campanha que ali mantém em favor da chapa da Convenção” (*Diário de Minas*, 14 de dezembro de 1921).

<sup>16</sup> Transcrição literal de um telegrama enviado por Raul Soares à Arthur Bernardes. Ver reprodução do documento original no DVD anexo, pastas “Documentos”, “AB-PMG- Cxs.40 a 48 Doc.271” e “AB-PMG\_CX41”. Documento 322.

<sup>17</sup> Transcrição literal das anotações de Arthur Bernardes no documento apenas com a inclusão da acentuação das palavras. Ver reprodução do documento original idem nota anterior.

<sup>18</sup> Ver reprodução do documento original no DVD anexo, pastas “Documentos”, “AB-PMG- Cxs.40 a 48 Doc.271” e “AB-PMG\_CX42”. Documento 460-A.

O grande número de documentos e evidências que constituem o Acervo Arthur Bernardes do Arquivo Público Mineiro mostra que o candidato utilizou em sua campanha, com uma frequência considerável, a tecnologia que lhe era disponibilizada no período. Contudo, o telégrafo ainda desempenhava outro papel importante na comunicação: o de fonte de notícia.

### 2.3. A Imprensa

Além da importância do telégrafo como meio de comunicação entre coordenadores e candidatos na campanha presidencial de 1922, a imprensa também utilizava constantemente de suas facilidades e tinham papel fundamental no incremento das atribuições do telegrama visto que era comum sua transcrição, quer seja de documentos que chegavam à redação como denúncia ou mera correspondência e de telegramas que eram trocados entre os personagens dos cargos políticos em disputa.

Castro (1997, p. 22) quando se refere à grande imprensa mineira do período, afirma que um recurso marcante

é o uso do telégrafo, que se expressa sob a forma da abertura da notícia sob a nomeação de ‘Telegrama de...’ ou ‘Serviço de telegráfico’. Em boa parte dos casos, as notícias por correspondência (através do telégrafo, é claro), tanto nacionais quanto internacionais, ocupavam uma parte considerável do jornal. [...] no *Diário de Minas*, [...] uma seção denominada Vida Mineira, que preenchia uma ou mais páginas com notícias de outras cidades do Estado, ainda que os correspondentes que as produzissem fossem, na maioria das vezes, correligionários do PRM ou amigos da direção do jornal o que tornava a seção vulnerável à disposição dos voluntários ou aos humores políticos da direção.

Contudo, a utilização destas facilidades não estava restrita ou não era característica particular somente da imprensa mineira. O *Correio da Manhã* na sua edição de 6 de Dezembro de 1921 transcreve um telegrama de Raul Soares tratando do episódio das cartas falsas<sup>19</sup> com os governadores brasileiros.

Outro aspecto constatado na leitura dos meios de comunicação atuantes no período foi a característica dos jornais reproduzirem, com grande frequência, notícias veiculadas por outros jornais.

Segundo Siqueira (1997, p.88)

---

<sup>19</sup> Conforme relatado no item 1.4 deste capítulo.

A solução encontrada pelos jornalistas locais como alternativa à escassez de fontes de informação é a transcrição de outros órgãos [...] A transcrição é prática corrente e os periódicos mineiros não vêm peias em citar como fonte o título de uma publicação. Até então [final da década de 10], não há em Belo Horizonte uma concorrência por público tão acirrada que impeça um jornal de reconhecer a qualidade e a eficiência de outro [...] A transcrição de artigos publicados, mesmo após decorridos vários dias, também não representa um problema, pois sua natureza é menos perecível e menos instantânea.

Complementando o que expõe a autora em relação à imprensa mineira, o *Diário de Minas* praticava a transcrição de outros jornais sem qualquer tipo de preconceito, desde que, obviamente, a notícia não fugisse da linha editorial do jornal, ou seja, alinhada aos interesses do Partido Republicano Mineiro. Seus grandes “contribuintes” eram o paulista *Correio Paulistano* (também órgão do Partido Republicano), *O Combate*, *Correio de Minas* e *Cataguazes*.

Contudo, a prática da transcrição (quer seja por falta de recursos ou por falta de colaboradores nos locais de origem da notícia) não era exclusividade dos jornais mineiros. Outros jornais da imprensa brasileira também utilizavam o recurso da transcrição de notícias em suas páginas. O *Correio da Manhã*, na sua edição de 6 de dezembro de 1921 estampava na primeira página da sua publicação, entre as notícias internacionais, uma “contribuição” da *Gazeta de Voss* um jornal Alemão que tratava de informações políticas locais.

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou no dia primeiro de janeiro de 1922 uma notícia sobre a sucessão presidencial que, numa situação que parece bastante inusitada observada pela ótica do “furo” de reportagem, seria publicada no dia seguinte, pela *Gazeta de Notícias do Rio*.

A prática da citação/transcrição, segundo Castro (1997, p.22) era

tão comum que leva *A Capital*, certamente questionada por algum leitor por não ter enviado correspondente para acompanhar a campanha de Canudos, a responder que os diários cariocas e fluminenses já estão fazendo isso muito bem e que *A Capital*, por ser um jornal republicano faz votos para que a luta termine rapidamente.

Esta prática, além de cobrir uma possível falta de notícias locais, era motivada pelos altos custos e as grandes distâncias entre os correspondentes e os locais onde os fatos ocorriam.

Essas particularidades da imprensa do período serão expostas nas próximas partes desta dissertação, em que estão descritas e analisadas as notícias veiculadas no período através de vários jornais do país.

## **CAPÍTULO III – A imprensa como protagonista do processo eleitoral**

Como visto anteriormente, a imprensa teve grande importância nos registros e divulgações da campanha de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha nas eleições de 1922. Seguindo com a análise destes meios de comunicação, o *Diário de Minas*, o *Correio da Manhã* e o jornal *O Estado de S. Paulo* trazem em suas páginas as suas contribuições para a campanha presidencial.

### **1. Diário de Minas**

Jornal político que fez parte da imprensa oitocentista mineira, o Diário de Minas era tido como um veículo influente nos períodos em que circulou pelas capitais de Minas Gerais e teve como seu mais ilustre colaborador, Carlos Drummond de Andrade, que iniciou sua carreira no noticioso mineiro escrevendo crônicas e artigos.

Segundo Linhares (1903, p.583 a 589 e 1995, p.61 a 66) o jornal passou por várias fases entre mudanças de dirigentes e conseqüentemente mudanças de orientação editorial e principalmente política. Dentre estas fases, destacam-se duas. A fase inicial, em sua fundação no dia primeiro de janeiro de 1899 com direção do jornalista Dr. Francisco Mendes Pimentel e por Azevedo Júnior. Sua linha editorial era francamente oposicionista ao governo estadual da época, e provavelmente por este motivo, esta fase teve uma vida curta, estendendo-se até o dia 5 de novembro do mesmo ano.

Ainda segundo Linhares (1995, p.62), após este período, no dia 8 do referido mês, na sua segunda fase, o jornal passou a ter uma posição política “diametralmente oposta” à anterior. Sob a direção dos Drs. Francisco Antônio de Sales, Adalberto Dias Ferraz da Luz e Sabino Barroso Júnior, o jornal passa a defender “o mesmo governo combatido na fase anterior e o PRM, do qual se tornou órgão oficial”.

Somando suas breves pausas, o jornal circulou do dia primeiro de janeiro de 1899 à maio de 1932. Este extenso período de circulação significava recorde para os padrões da época cujos jornais tinham uma vida efêmera. Além disso, o Diário de Minas era recordista em seu formato, tido como o primeiro jornal mineiro no tamanho “standard”, o maior do seu tempo. “até 22 de fevereiro de 1900 era jornal matutino e não se publicava as segundas-feiras; desta data em diante, passou a ser vespertino [fato que também marcou o *Diário de Minas*

como precursor dentre os jornais que iam às bancas neste horário], e não se publicando aos domingos” (LINHARES, 1903, p.594).

Dados referentes à sua primeira fase indicam que o jornal variava sua tiragem entre 2.500 e 3.000 exemplares.

Segundo Linhares (1903, p. 583 e 587), a imprensa vespertina foi iniciada pelo Diário de Minas, cuja existência foi das mais fecundas e proveitosas. O jornal possuía oficina própria (com prelo a vapor) o que não era possível para a grande maioria dos jornais que veiculavam na época.

Em chronologia occupa este jornal o décimo lugar na imprensa de Bello Horizonte. Foi o terceiro publicado diariamente nesta capital. Consoante a praxe estabelecida pela imprensa Moderna deu, a 15 de novembro de 1898, terça-feira, um número programma, illustrado com o retrato do dr. Campos Salles, que naquele dia tomava posse no mais alto cargo da nação brasileira (LINHARES, 1903 p.593).

Contudo, segundo Sodré (1966, p. 424 a 425), o *Diário de Minas* fazia parte de uma parcela da imprensa considerada artesanal, fora do eixo do que ele chama de imprensa empresarial que tinha “como uma das figuras mais interessantes e mais características do jornalismo brasileiro”, o jornalista Mário Rodrigues<sup>20</sup>.

[...] a pequena imprensa artesanal, sem perspectivas, reduzida a estreitos horizontes, ferozmente submetida ao latifúndio, limitada às questões domésticas e pessoais [...]

Limitado pelos recursos jornalísticos, poderoso pela influência política que exercia, de acordo com Afonso Arinos de Melo Franco o *Diário de Minas* se assemelhava

à uma espécie de mensagem espírita, [...] ninguém ou quase ninguém o lia, e tinha, contudo, inegável influência política. Era, [juntamente com o jornal *A Razão*], o boletim officioso da Comissão Executiva do poderoso partido situacionista, o [P.R.M.], a famosa ‘Tarasca’, e exprimia, na subtileza dosada dos seus editoriais, o obscuro pensamento, a sinuosa opinião dos cautos próceres do Estado (apud SODRÉ, 1966, p.425).

A cobertura da campanha política do *Diário de Minas* não fugiu das suas convicções do período. No formato “standard” de seis colunas, todos os dias veiculavam-se, principalmente nas capas de suas edições, notas, notícias, artigos, crônicas e anúncios que refletiam a ausência de preocupação do rótulo de órgão do PRM, chegando até a admiti-lo na

---

<sup>20</sup> Fundou vários jornais entre eles, *A Manhã* (1925) e *Crítica* (1928). Nasceu em Recife em 1885, faleceu no Rio de Janeiro, em 1930 (Para mais informações, consultar Werneck, 1966 p. 424 e Mário, 2007, p. 1)

edição do dia 29 de janeiro de 1922 em que se defendendo de uma acusação feita pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, em que este afirma que as notícias publicadas no jornal mineiro eram adulterações das notícias da imprensa nilista, o *Diário* informa que não o faz, e que o *Diário*, como “órgão oficial de um partido que jamais recorreu nem recorrerá jamais á violência para vencer, porque sempre venceu e ha de vencer sempre dentro da ordem [...]”.

E foi assim que o noticioso mineiro conduziu o período da campanha à presidência analisado nesta dissertação: defendendo os candidatos da convenção e atacando todo e qualquer órgão ou personalidade que se colocasse contra seus ideais.

### 1.1. Adequações da redação

No período analisado, destacam-se alguns padrões editoriais adotados pelo jornal. Um destes padrões era o de utilizar em todos os títulos de reportagens e referências às cartas<sup>21</sup> veiculadas pelo *Correio da Manhã*, algum adjetivo que caracterizavam-nas com sendo falsa: “A suprema infâmia” (3/12/1921), “A carta apócrifha” (9/12/1921), “Anônimos e falsários” (10/12/1921), “A verdade surgirá” (24/12/1922), “Em torno da carta falsa” (27/12/1921), “As cartas falsas” (28/12/1921), “Conferência do General Gomes de Castro – ‘A estúpida e immoral falsidade das cartas atribuídas ao dr. Arthur Bernardes’” (28/12/1921), “A carta falsa” (14/02/1922) e “A difamação” (22/02/1922) são alguns dos títulos coletados no período. Contudo, ainda sobravam referências pejorativas às cartas dentro dos textos e cartas publicadas pelo noticioso mineiro.

Outra inovação feita pelo *Diário de Minas* durante a campanha foi a coluna “Porque não voto no Sr. Nilo”. Inicialmente esta coluna transcrevia notas publicadas em outros jornais como o *Correio de Minas* e *O Cataguases*, que davam razões para não votar no candidato à presidência Nilo Peçanha. A partir de 11 de dezembro de 1922 o *Diário* publicou, “vamos agora, homeopaticamente, reproduzir, dia a dia, os demais motivos, o que, *data venia*<sup>22</sup>, começaremos a fazer hoje”. As transcrições passaram então a serem publicadas na coluna fixa “Porque não voto no Sr. Nilo”.

### 1.2. Ataques a Nilo Peçanha

<sup>21</sup> Cartas ofensivas ao exército e que foram atribuídas ao então candidato Arthur Bernardes.

<sup>22</sup> Do Latim: Com o devido respeito

No dia 2 de dezembro de 1921, surge a primeira ocorrência destas transcrições no período de análise, em que o jornal mineiro publicou a seguinte nota: “O *Correio de Minas* deu mais um motivo porque não vota no sr. Nilo Peçanha: PORQUE NÃO TEM PUNDONOR”. Esta nota relatava um episódio em que o sr. Edmundo Bittencourt<sup>23</sup> afirmava através do *Correio de Minas* que Nilo Peçanha só podia ser candidato dos ladrões e dos desonestos. Na ocasião, Nilo substituíra o falecido Affonso Penna na presidência do país. Contudo, nas eleições correntes, o *Diário de Minas* observa ironicamente que os estranhamentos cessaram e que hoje Edmundo e Nilo almoçam juntos.

“PORQUE É UM HOMEM SEM PALAVRA” (13/12/1921), “PORQUE É UM DESHONESTO” (14/12/1921), “PORQUE NÃO TEM PUNDONOR” (re-publicação em 15 de dezembro de 1921 da mesma nota publicada no dia 2 do mesmo mês), “PORQUE É UM DESASTRADO” (24/12/1921), “PORQUE É UM FALSIFICADOR” (28/12/1921), “PORQUE É UM INIMIGO DE MINAS” (30/12/1921) e “PORQUE É UM INVEJOSO” (01/01/1922) são exemplos das razões (algumas como transcrições assinadas e outras sem nenhuma indicação de autoria) dadas no *Diário de Minas* através da coluna que deixou de ser publicada a partir da primeira semana de janeiro de 1922.

Contudo, o jornal não se limitava a difamar o candidato dissidente em sua coluna diária. No dia 2 de dezembro de 1921, o *Diário de Minas* publicou um artigo (“O candidato da dissidência é mesmo um viveiro de frases”) que transcreveu e criticou satiricamente a retórica utilizada em frases declaradas pelo candidato Nilo Peçanha. Dias depois, o jornal publica declarações de deputados que criticam a gestão de Nilo na presidência da república (“Nilo contra Nilo” – 10/12/1921).

Na coluna “Da Paulicéia” no dia 8 de janeiro de 1922, uma pessoa que assina como A. B. publica um artigo que disserta sobre as atitudes de Nilo Peçanha, como o apoio à personalidades do exército que, no Club Militar, foram responsáveis pela perícia fraudulenta executada no episódio das cartas falsas. Segundo o autor, Nilo Peçanha prestou, sem querer, um grande serviço ao país, mostrando o que ele chama de traidores do país, e também, suas atitudes como candidato da dissidência somente elevaram a candidatura de Arthur Bernardes, evidenciam seus objetivos patrióticos e vontades cívicas acima dos “caprichos e ambições desmedidas” dos candidatos da convenção. Ironicamente, referindo-se ao Nilo Peçanha e sua candidatura, termina o artigo com o seguinte parágrafo: “que grandes benefícios ficamos a dever-lhe; que de vantagens nos trouxe essa candidatura!”.

---

<sup>23</sup> Proprietário do jornal carioca *Correio da Manhã* e alvo de freqüentes ataques do *Diário de Minas* conforme será exposto nas próximas páginas.

Outro artigo que visa minar a confiança da população mineira (se é que ainda havia alguma) na pessoa do sr. Nilo Peçanha. Segundo o diário, em uma de suas comitivas, Nilo levava consigo cento e vinte carabinas, para usá-las caso fosse necessário contra os populares. A nota termina ridicularizando a popularidade de Nilo que “para se defrontar com o povo [...] arma-se até as dentuças!”.

Ainda relatando episódios da vida de Nilo Peçanha, o jornal preocupa-se em destacar no dia 8 de fevereiro de 1922 (e repetirá a mesma composição no dia 10), com tipologia especial, uma frase que o candidato teria dito em manifesto na Maçonaria: “Precisamos transformar a ultima igreja do Brasil em escola, para acabarmos de destruir essa vaga superstição religiosa que embota a mentalidade brasileira.

A estratégia de colocar o candidato dissidente contra a esmagadora maioria católica do país repete-se na tentativa de colocá-lo contra os militares no artigo publicado no dia seguinte com o título “O juízo de Nilo Peçanha no exército”, em que o extenso texto coloca o episódio das cartas falsas sob responsabilidade de Nilo Peçanha, o qual, segundo o artigo, subestima as forças armadas e trata-a como uma ferramenta de campanha: “Eis o juízo que o sr. Nilo Peçanha forma das classes armadas, nivelando-as ao plano de sua consciência, a que o escorbuto da sem-vergonhice roeu as partes nobres e viris”.

### 1.3. Ataques a correligionários dissidentes

Com igual voracidade retórica, o jornal não poupava esforços nos comuns ataques pessoais à personalidades políticas que apoiavam as candidaturas da dissidência e de pessoas ligadas à chamada “imprensa vermelha” ou “imprensa nilista”.

Ximeno Villeroy<sup>24</sup>, Serpa Pinto<sup>25</sup>, *A Noite*, *O Imparcial*, José Bezerra e J. J. Seabra eram outros nomes que freqüentemente eram atacados pelo jornal mineiro, contudo, um de seus alvos prediletos no período, foi o diretor do jornal carioca *Correio da Manhã* Edmundo Bittencourt. Através de ataques frontais à idoneidade, capacidade intelectual ou honestidade de Edmundo, o *Diário de Minas* procurou fazer com que seus leitores tivessem a idéia clara de que qualquer informação vinda de seu diário carioca retratava sua personalidade duvidosa e tornava-se igualmente desmerecedora de crédito.

<sup>24</sup> General Ximeno Villeroy era representante do *Correio da Manhã* na comissão formada pelo Club Militar para apurar a autenticidade das cartas. Considerado um dos responsáveis pela publicação das mesmas no jornal carioca.

<sup>25</sup> Denominado perito que elaborou o laudo que autenticava as cartas publicadas no *Correio da Manhã*. Dado como criminoso por vários delitos cometidos anteriormente, foi desmascarado mais tarde, após vitória de Bernardes, com laudo pericial que comprovava que as cartas não foram redigidas por Arthur Bernardes.

Vários artigos, alguns bastante extensos, cobriram as páginas do diário mineiro procurando retratar sua visão do diretor carioca. “As edmundices de Edmundo”: fazendo uma brincadeira fonética (imundices e edmundices) o artigo relata a fundação do *Correio da Manhã* carioca pelo sr. Edmundo Bittencourt. Segundo o texto, no período da criação do seu jornal, Edmundo se gabava de estar fundando um jornal carioca que trataria sempre de escândalos. Na sua elaboração, Edmundo convidou José do Patrocínio para escrever em seu jornal, convite que, segundo o texto, foi imediatamente recusado. Além disso, o artigo atribui vários adjetivos pejorativos a Edmundo como: baderneiro, intrometido, indecoroso e ladrão justificando-os com relatos detalhados de supostas ações do diretor carioca. Segundo o *Diário de Minas*, o relato foi feito pelo próprio José do Patrocínio em seu jornal *O Pharol*, de Bambuí.

Artigos classificam Edmundo Bittencourt como propagador das cartas falsas e que através de chantagem ao editor chefe do seu jornal (“A chantagem de Edmundo Bittencourt” – 15/12/1921) e coação ao jornal francês *Matin* (“A difamação” – 23/02/1922) ele conseguiu, mesmo sabendo que se tratavam de cartas apócrifas, que estas fossem publicadas nos jornais no Brasil e no exterior. Segundo o jornal mineiro, seu único objetivo era contribuir para a causa nilista.

Em relação ao próprio veículo *Correio da Manhã*, o *Diário de Minas* não poupa esforços numa batalha difamatória (quase que paralela às eleições) que os dois jornais empenham-se em lutar durante a campanha. Matérias caluniosas, notas de protestos e adjetivos difamatórios são utilizados à exaustão pelo diário mineiro.

“O torpíssimo *Correio da Manhã*” (10/12/1921) é uma manifestação do *Diário de Minas* que afirma que o jornal carioca procura manchar a imagem “serena e inatacável do presidente de Minas” Arthur Bernardes. Num artigo sem título publicado em 11 de dezembro de 1921, o jornal mineiro afirma que a população do estado cobra uma ação de ordem “prophylática, quiçá therapeutica, a se impor contra o vírus, à peçonha deste torpíssimo orgam peçanhista”, referindo-se obviamente à uma possível, ou ao menos desejável, extinção do “inescrupuloso” jornal carioca. Em 13 de janeiro de 1922, o jornal publica duas notas relacionadas ao correio carioca. Numa delas informa que “nas colunas vampíricas daquela sordicia imprensa” estão sendo publicadas notícias ultrajantes relacionadas conceituadas e distintas senhoras mineiras. Na segunda nota, o *Diário de Minas* parabeniza a atitude da população mineira que estão devolvendo o jornal carioca em protesto contra as publicações feitas em suas páginas.

Um dos relatos mais violentos publicado no período pelo *Diário de Minas*, foi a transcrição no dia 3 de dezembro de 1921, de uma matéria veiculada no jornal *A Semana* que critica ferozmente o episódio das cartas falsas dizendo que houve várias crises políticas no país

no entanto nada que se pareça com a forjadura da carta infamemente atribuída ao exmo.sr. dr. Arthur Bernardes surgiu até hoje nesse lodaçal, nesse atascadeiro de infâmias, nesse ambiente mora, pestilento e canalha, onde se chafurdam o desbrijo, a miséria, as almas vis e torpes, feitas de pús e fezes!

e continua, mantendo uma linguagem vigorosa, tratando agora dos correligionários de com expressões como “nesse trabalho indecente de sapa, nessa tessitura immoral de covardia, nessa prostituição política nojenta” e “patrioteiros de meia tijella”. Por outro lado, no mesmo artigo, *A Semana* defende com o mesmo vigor a moral e retidão do candidato Arthur Bernardes.

#### **1.4. A importância do voto... aos candidatos da convenção**

Mas não era só de ataques explícitos (e de transcrições de ataques explícitos) que o jornal mineiro se mantinha. O *Diário de Minas*, ao que tudo indica, encabeçava um movimento através da imprensa, a favor do alistamento eleitoral. No período, além dos cidadãos só se tornarem eleitores após comprovação da posse de um determinado número em dinheiro ou terras, os eleitores em potencial somente votariam se estes se alistassem voluntariamente. Isso fazia com que a representatividade eleitoral do país não chegasse aos 5% nas primeiras quatro décadas da república (NICOLAU, p.35).

Para reverter este quadro e procurar arregimentar o maior número de eleitores mineiros possíveis, o voto foi promovido de ato cívico e patriótico, a ato heróico, pois era inadmissível a possibilidade de um “inimigo de minas” como Nilo Peçanha assumir a presidência.

Com freqüência praticamente diária, colunas e notas como a publicada em 02 de dezembro de 1921 com o título “Alistamento Eleitoral” informavam os municípios e distritos que estavam promovendo o alistamento eleitoral “interessado na candidatura de Arthur Bernardes”. A referida nota ainda informa que o diretório político de Santa Rita do Sapucahy, foram alistados em novembro 220 novos eleitores.

No dia 4 do mesmo mês, o jornal publicou uma nota (e repetiu-a no dia 9) em que conclama os mineiros a participarem da campanha pelo alistamento de eleitores e dar uma lição nos que ofendem e difamam os bríos dos mineiros. “É de Minas que, mais uma vez, vai partir o grito de liberdade ainda que tarde, para a derrocada dos tyranos. Nossa causa é, pois, a causa desses Estados infelizes, desses povos sacrificados que esperam de Minas a sua redenção”.

Municípios como Juiz de Fora, São Francisco e Itajubá, relatam o crescente envolvimento da população nas eleições através do alistamento. Este crescente envolvimento deve-se, segundo nota sem título publicada no dia 20 de dezembro de 1921, a esperança de vitória do candidato mineiro Arthur Bernardes.

### 1.5. Prévia eleitoral

Ainda tratando da vitória quase certa do candidato da convenção, o jornal publica no dia 18 de fevereiro de 1922 (há 11 dias das eleições) uma prévia contagem de votos possíveis para os candidatos à presidência, informa que baseado no “calculo de quem conhece o balanço das forças eleitoraes na actual campanha é esta estatística sobre a distribuição de votos:”

Estados	A. Bernardes	N. Peçanha
AM	5	2
PA	25	3
MA	18	1,2
PI	16	1
CE	40	8
RN	14	1,5
PB	14	1,5
PE	3	35
AL	19	2,5
SE	15	1
BA	10	100

Estados	A. Bernardes	N. Peçanha
ES	16	2,5
DF	11	9
RJ	9	40
SP	90	12
PR	17	4
SC	20	2
RS	12	70
MT	8	1,5
GO	7	8
MG	190	15
<b>Total</b>	<b>559</b>	<b>320,7</b>

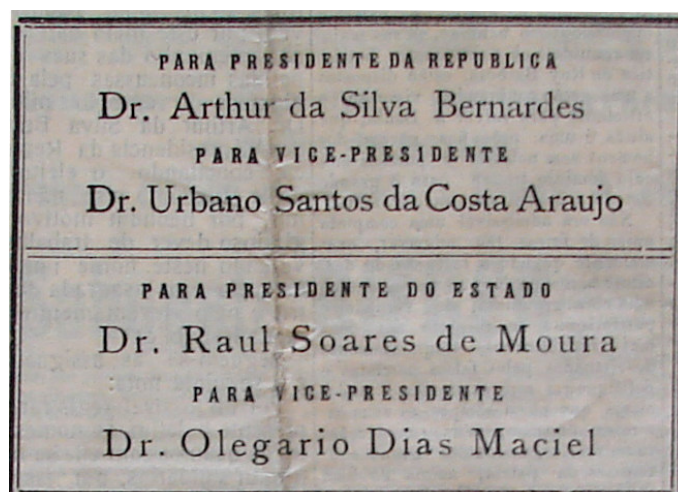
\* Cada unidade representa mil votos

**Tabela 1:** Prognósticos publicados no *Diário de Minas*

### 1.6. Propaganda eleitoral

O Diário de Minas dedicava-se também a ser órgão propagandista dos candidatos do PRM. No período estudado até o dia 20 de janeiro de 1922, o jornal dedicava-se exclusivamente à campanha de Arthur Bernardes. A partir desta data, a propaganda para a campanha presidencial divide espaço com a propaganda da candidatura de Raul Soares ao governo de Minas.

Sempre na primeira página, o *Diário de Minas* publicava uma composição sempre no mesmo formato e texto, com propaganda eleitoral da chapa da Convenção:



**Ilustração 1:** Anúncio dos candidatos do Partido Republicano

Até o dia 20 de janeiro, somente os candidatos à presidente e vice apareciam na composição e, após as eleições de primeiro de março, o jornal apenas veiculava os nomes dos candidatos ao governo de Minas Gerais.

### 1.7. O apoio de correligionários e coordenadores de campanha

As notícias que estavam relacionadas à campanha de Arthur Bernardes traziam ao leitor do jornal todos os movimentos de apoio ao candidato. Conferências, que se assemelham aos comícios como conhecemos hoje, eram noticiadas na convocação da população para a participação e também com direito a fotos dos resultados como na gravura com título: “Echos da grande manifestação ao dr. Arthur Bernardes” publicada em 6 de janeiro de 1922 com a seguinte legenda: “Aspecto do saguão do palácio da Liberdade, no momento em que falava o

dr. Estevão Pinto, orador do povo, na grande manifestação ao dr. Arthur Bernardes, no último domingo”.

Manifestações de classes como médicos, engenheiros, farmacêuticos e padres eram noticiadas com orgulho pelo jornal. Estas manifestações tinham como objetivo reunir o maior número de pessoas para que alguma autoridade colocasse em pauta as propostas que o candidato trazia em seu plano de governo. As reuniões noticiadas ocorriam também nas ruas,

## **Echos da grande manifestação ao dr.**

### **Arthur Bernardes**



**Ilustração 2:** Foto publicada em 6 de janeiro de 1922

indicando onde seria o início para que os leitores do jornal pudessem comparecer e prestar apoio ao candidato mineiro.

Em 2 de dezembro, o Diário de Minas, através de um artigo com o título “Manifestação ao Dr. Arthur Bernardes”, relatou uma manifestação de apoio à candidatura de Arthur Bernardes em que o próprio agradece a presença dos manifestantes e rebate Nilo Peçanha dizendo que o candidato dissidente “adotou a fórmula revolucionária ‘Custe o que custar’”. A esta fórmula ele responde com outra: “Haja o que houver” concluindo: “Haja o que houver iremos ao pleito de 1º de março. Haja o que houver, não abandonaremos a lucta. Haja o que houver, vencerá finalmente a nação contra os deturpadores do regimen”.

A matéria é concluída elogiando o entusiasmo e a eloquência do discursante, relatando que este foi recebido com aplausos igualmente entusiasmados da platéia que o assistia.

Contudo, a presença do próprio Arthur Bernardes parecia rara nestas conferências e manifestações. Vários correligionários auxiliavam-no em sua tarefa de propaganda. Homens como Mário Mello, que segundo o jornal do dia 30 de dezembro, viajava para a o sul de Minas para fazer propaganda do candidato através de conferências; Raul Soares, que antes do início da sua própria campanha para governador do estado de Minas Gerais, apreço como coordenador nacional da campanha de Bernardes. Este fato é comprovado pela transcrição que o jornal mineiro fazia de telegramas de todo o país que respondiam a solicitação de apoio à candidatura presidencial de Arthur Bernardes feita pelo Raul Soares; Aurelino Leal que segundo nota de 14 de dezembro com o título “O dr. Aurelino Leal segue para Bahia”, indica a viagem de Aurelino Leal à Bahia, de onde fará o papel de dirigente da campanha de Arthur Bernardes na região; Manoel Lobato e Fausto Barreto também aparecem nas notícias como organizadores de manifestações de apoio aos candidatos da convenção.

Era comum também a transcrição de telegramas de apoio vindo de governadores e de autoridades estaduais de todo o país. Parahyba, Espírito Santo, Alagoas e Pará estão representados nas folhas do diário mineiro. São Paulo, através do governador Washington Luiz, manifesta seu apoio à candidatura do mineiro, fato que é explorado à exaustão pelo *Diário de Minas*, com matérias subsequentes que enfatizavam o apoio dado.

### **1.8. As cartas falsas e o Club Militar**

O jornal também publicava extensos textos que tratavam basicamente de três assuntos: as qualidades do candidato da convenção, as intermináveis restrições ao candidato Nilo Peçanha, e, obviamente, tudo que envolvia as cartas falsas e o Club Militar.

A matéria “Bilhetes Cariocas” publicada no dia 20 de dezembro discorre sobre a nobreza do voto, a diferença entre a retidão da campanha de Arthur Bernardes e as negociatas e trambiques do candidato da oposição Nilo Peçanha. O que chama a atenção é o fato de ser matéria assinada por Leôncio Correia, o que era raro nos textos que eram publicados no *Diário*.

Sobre as cartas falsas, o jornal dá amplo espaço para os que queiram se manifestar em repúdio à sua publicação e a atitude do Club Militar.

Até o dia 29 de dezembro, o discurso predominante nas matérias era de confiança na idoneidade e imparcialidade de avaliação que a comissão do Club Militar ia impor na investigação. Falava-se dos princípios militares, os quais não se afetariam pela política e faria com que o trabalho da comissão fosse um resultado imparcial e verdadeiro. Com isso, o alvo

novamente era Nilo Peçanha e seus correligionários, acusados pelo jornal e seus colaboradores, de forjarem todo o episódio das cartas visando minar o apoio que Arthur Bernardes tinha do exército.

Durante este período, muito se falava também de personalidades das forças armadas condenando a atitude do Club Militar de se prontificar em montar uma comissão e analisar as cartas. Segundo estes militares, o Club não deveria ter se envolvido em questões políticas.

Porém, a partir do dia 30, quando a comissão divulgou um laudo que declarava que as cartas eram autênticas, o discurso mudou radicalmente. As muitas matérias que trataram do assunto, sustentava que a grafologia por si só não garantia a autenticidade das cartas e que por isso, a comissão deveria ter analisado outras informações para chegar a uma conclusão. Outro argumento aproveitava que o Club Militar entregou a população o julgamento do seu veredicto, (ou seja, iria ser decidido nas urnas) e rezava que os próprios militares não estavam tão certos do laudo, pois se estivessem, exigiriam a retirada da candidatura de Bernardes.

Ainda no dia 30 de dezembro, Arthur Bernardes publica uma carta aberta intitulada “A Nação” em que este relata elegantemente sua versão de todo o episódio das cartas desde sua publicação, formação da comissão do Club Militar e chama de “atentado à verdade e à justiça” o resultado da perícia das cartas anunciada como sendo verdadeiras. Em seguida “decide” mais do que nunca manter sua candidatura à presidência, contudo ressalta que não toma a decisão por ambição pessoal “Faço-o por impulso de patriota e dever de civismo, mais que em obediência a uma honrosa indicação política” e conclui esperando do povo brasileiro que decida esta candidatura, “que a ampare ou repudie”.

“Palhaçada”, assinada por Medeiros e Albuquerque e “O Exército e a comissão do Club Militar”, transcrição do jornal O Combate também foram publicados no dia 30 e repudiavam o laudo publicado pelo Club Militar.

O laudo provocou imediatamente o questionamento da grafologia como ciência confiável para averiguar a autenticidade de documentos. Estes questionamentos eram manifestados através de reportagens, artigos e notas que colocava em dúvida sua eficácia. No dia 26 de janeiro, o jornal publica “Les graphologues”, matéria que relata um caso francês que teve a influência equivocada de grafólogos e informa que Olegário Maciel prontamente escreveu uma carta solicitando que grafólogos franceses se apresentassem para analisar as cartas e desmoralizar Serpa Pinto.

A partir do primeiro dia do ano de 1922, o *Diário de Minas*, em suas colunas: Momento Político, Sucessão Presidencial, Da Paulicéia, Os militares e a política, Em torno da Sucessão, por notas e não raros longos artigos trazem textos de várias personalidades do país

condenando o laudo e a comissão, apoiando Arthur Bernardes. Novamente os estados da confederação exprimiam suas opiniões através de seus governadores, condenando o laudo e mantendo o apoio à candidatura de Bernardes.

Se Arthur Bernardes estava satisfeito com o resultado reverso do laudo do Club Militar, era porque não sabia que o melhor ainda estava por vir.

### **1.9. A intervenção do ilustre conselheiro Ruy Barbosa**

O então senador Rui Barbosa, personalidade nacional e dono de uma influência política de fazer inveja à muitos da época, ainda não havia se pronunciado em favor de qualquer uma das duas candidaturas. Houve vários boatos tanto nilistas como bernardistas, cada um considerando-o seu aliado mas, no entanto, o próprio não havia apoiado publicamente nenhum dos dois. No dia 12 de fevereiro de 1922, para o deleite dos dirigentes do jornal mineiro, o *Diário de Minas* publica uma extensa carta do excelentíssimo Ruy Barbosa.

Nesta carta, Ruy Barbosa defende veementemente Arthur Bernardes, apresentando vários argumentos que tornavam inválidos os resultados da análise da comissão do Club Militar. Defende que o candidato era detentor de um conhecimento e rigidez invejável na sua escrita e que por vários motivos, as cartas não poderiam lhe ser atribuídas.

Disserta também sobre o erro do Club em assumir a investigação do caso e a negligência da comissão em assumir só o resultado da grafologia se apurar outros aspectos presentes na carta.

Após esta data, diariamente o jornal trazia na sua capa, uma composição em destaque de um trecho assinado da carta de Ruy Barbosa, além disso, toda a sorte de manifestações de apoio às palavras do venerado brasileiro.

O jornal não perdeu a oportunidade de explorar até os últimos momentos de campanha os resultados benéficos que a carta de Ruy Barbosa trouxe ao partido, a Arthur Bernardes e sua candidatura.

### **1.10. Considerações**

O jornal mineiro sempre procurou defender o candidato da convenção utilizando como arma o ataque ao adversário Nilo, o qual, segundo o jornal, tinha tantos problemas de índole que não poderia (e nem iria) conquistar um eleitorado que sufragasse seu nome nas urnas.

Outra fórmula encontrada pelo jornal para defender Bernardes foi a de transformar o episódio das cartas contra o candidato, em infâmia de inimigos políticos, colocando-o na posição de vítima de acusações de políticos alinhados à candidatura dissidente e da imprensa nilista representada principalmente pelo matutino carioca *Correio da Manhã*.

Ainda buscando arregimentar votos de pessoas influentes ao candidato da convenção, o *Diário de Minas* evidenciava em toda oportunidade que lhe era permitida, o fato de Nilo Peçanha ser maçom, buscando através dessa informação, fazer com que o eleitorado católico que se opunha à ordem maçônica, também fosse contra a candidatura dissidente.

Temos então o panorama do significado do *Diário de Minas* na campanha Bernardista que, desde seu início, contou com o apoio das reportagens, artigos e notas veiculadas no jornal, sempre o apoiando, defendendo e propagando suas intenções de grande político e homem honrado.

## 2. Correio da Manhã

Com direcionamento editorial altamente combativo, o *Correio da Manhã* nasce em 15 de junho de 1901, no Distrito Federal, para tratar das mazelas do povo provocadas pelo governo de Campos Salles.

A redação do novo matutino ocupava o prédio onde funcionou durante muito tempo a *Imprensa*, de Rui Barbosa e tinha como redator-chefe Gil Vidal; na redação, Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Iteberê da Cunha; os colaboradores mais destacados eram José Veríssimo, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Morales de los Rios e Melo Moraes Filho (SODRÉ, 1966, p. 328).

Segundo Alberto Dines<sup>26</sup>, no programa especial do Observatório da Imprensa de 4 de novembro de 2003, em homenagem à Niomar Bittencourt<sup>27</sup>, o *Correio da Manhã* “nasceu em 1901 com vocação para oposição. Deixou-se seduzir pelo protagonismo, não se contentou em reproduzir a notícia, queria influir no seu curso”. E assim o fez até 1974 quando foi fechado pelo regime, por denunciar as torturas e prisões cometidas pelos militares que derrubaram João Goulart em 1964, num golpe que o próprio jornal apoiara no período.

---

<sup>26</sup> Alberto Dines é renomado jornalista e apresentador do programa Observatório da Imprensa da TVE Brasil.

<sup>27</sup> Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi a última diretora do *Correio da Manhã*. Casada com Paulo Bittencourt, filho de Edmundo Bittencourt, assumiu em 1963 após a morte do marido. Faleceu dia primeiro de novembro de 2003

Sodré (1966, p. 328 e 329) afirma que na sua fundação por Edmundo Bittencourt<sup>28</sup> o *Correio da Manhã* procurava, com seu discurso independente, romper com os paradigmas da imprensa da época, que somente tinham como interesse, a promoção do governo de Campos Salles, um governo marcado pela estagnação e opressão sobre as classes populares; seu objetivo era acabar com a opinião comprada da imprensa, noticiar com transparência os interesses dos governantes em suas atitudes. Da sua fundação por diante,

e em toda a velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana [...] quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares [...] através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística (SODRÉ, 1966, p.329).

O jornal tinha bastante prestígio nas camadas populares, e uma de suas campanhas mais memoráveis foi em 1904, quando se opôs à obrigatoriedade que o governo estabelecia na vacinação contra a varíola. “O problema da vacina obrigatória repercute na imprensa, cujos órgãos mais combativos como *Correio da Manhã*, lutam, não contra a vacina, mas contra os processos de que usam as autoridades para impô-la”. (SODRÉ, 1966, p.373).

## 2.1. O matutino carioca e as cartas de Bernardes

Com a marca registrada de um jornalismo opinativo levado ao extremo, o *Correio da Manhã*, promoveu uma das mais polêmicas discussões eleitorais que o país já presenciou. O jornal foi responsável pela publicação, no dia 13 de outubro de 1921, das cartas que o candidato Arthur Bernardes, teria enviado ao seu companheiro de partido, Raul Soares e que continha ofensas diretas às forças armadas do país. Com isso, estava criado o assunto que regeria tanto a campanha do candidato do Partido Republicano, Arthur Bernardes, quanto à campanha do seu adversário no pleito presidencial: Nilo Peçanha.

Tal qual o *Diário de Minas* se esforçou para fazer com que o eleitorado se convencesse do embuste das cartas intitulando-as de apócrifas, falsas e difamatórias, o *Correio da Manhã* promoveu uma verdadeira caçada ao candidato que ousou insultar o exército. O matutino apoiou a atitude da comissão do Club Militar (que verificou a

---

<sup>28</sup> Edmundo Bittencourt, advogado que começou a exercer sua profissão ao lado de Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Fundou o *Correio da Manhã*, comprando o espólio do matutino *A Imprensa* (de Rui Barbosa e Carlos Bandeira). Faleceu em 1943.

autenticidade das cartas), sempre confiando no seu resultado positivo e Edmundo Bittencourt tratou de encomendar sua própria perícia com Edmund Locard, perito francês, que também as considerou como verdadeiras para desespero dos candidatos da convenção e simpatizantes.

O jornal carioca, desde a publicação das cartas, as denominou em seus títulos e reportagens como sendo autênticas, escritas por Arthur Bernardes. Expressões como cartas injuriosas ao exército, cartas insultuosas às forças armadas, cartas ultrajantes aos brios da nação, caluniosas cartas de Bernardes, cartas “authênticas offensivas” e títulos como “As cartas de Bernardes” (26/2/1922) e “A passagem do dr. Edmundo Bittencourt pela Bahia - Uma entrevista ao ‘Diário da Bahia’ - A Absoluta autenticidade das cartas de Bernardes” (27/02/1922), retratam com exatidão a posição tomada pelo jornal no episódio.

Os destaques não ficavam apenas nas expressões fortes e títulos de reportagens evidentes. Foi possível constatar, no período pesquisado, a utilização das capas e dos seus números como forma de colocar em destaque notícias consideradas importantes pela sua linha editorial.

Em seu jornal no formato “standard” com nove colunas, o *Correio da Manhã*, como outros jornais regulares do período, reservava as primeiras páginas para notícias internacionais. A segunda página, em sua maioria, noticiava acontecimentos políticos e de administração pública e crônicas. A terceira página continha assuntos populares como acidentes, ocorrências policiais e notícias do gênero, permeada de inúmeros anúncios.

Algumas colunas fixas traziam costumeiramente alguma nota ou pequeno artigo relacionado às eleições presidenciais. Entre estas colunas destacaram-se “Tópicos & Notícias” e “Pingos & Respingos” que traziam informações de assuntos diversos, inclusive política e eleições e a mais importante no assunto eleições: “Sucessão Presidencial” que se tratava, em geral, de uma coletânea de notas relacionadas com o título.

A capa do matutino abria exceções para notícias nacionais, quando estas tinham, seguindo os critérios do jornal, uma grande relevância. No período pesquisado, todas as notícias de capa que não eram sobre nações e assuntos internacionais, continham alguma ligação com a questão da sucessão presidencial. Era pouca variedade de assuntos que alternavam entre notícias do candidato do Mé (apelido vexatório que era constantemente utilizado pelo jornal para se referir à figura de Arthur Bernardes que ainda possuía uma variante: o Rolinha) e viagens e comícios dos candidatos e apoiadores da Reação Republicana.

## 2.2. “Rolinha” e “Seu Mé”

As notícias que tratavam de Bernardes, sempre continham um teor incriminatório (ou ao menos acusatório) ou tratavam do episódio das cartas.

“Telegramas” (6/12/1921), “As misérias do Bernardismo” (7/12/1921), “As infâmias do bernardismo – O coronel Frutuoso pede aos governadores do Sergipe e do Pará que retirem o apoio ao candidato que insultou as classes armadas” (12/1/1922), “Bernardices... – Exemplares do ‘Correio da Manhã’ e do ‘Imparcial’ queimados por ordem do governo” (28/1/1922), tratam de episódios que segundo o jornal foram provocados por Bernardes ou a mando do candidato.

“A carta insultosa ao exército e o laudo pericial agitaram ontem a câmara - Deputados bernardistas atacam o Club Militar, cuja attitude censuram” (30/12/1921), “A carta ultrajante – A moção votada na assembléia última, elogiando a comissão de exame pericial” (14/1/1922), “A authenticity das cartas de Bernardes verificada pelo perito Locard” (6/2/1922) e “A authenticity das cartas de Bernardes verificada pelo perito Locard – Até o eminente professor o bernardismo tentou corromper!” (7/2/1922) são extensas reportagens de capa que tratam do episódio das “cartas infames” escrita por Bernardes em todas as suas nuances e particularidades, reportando o resultado à exaustão tanto da perícia feita pelo Club Militar quanto do trabalho executado pelo perito Locard. Algumas notícias ainda possuíam continuação nas páginas seguintes como no caso das reportagens “O bernardismo em crise no Senado – O sr. Irineu Machado pronunciou hontem um vibrante discurso, saudando o senador Paulo de Frontin e as classes armadas” (31/12/1921), com continuação na página 3 do jornal e a matéria recordista em extensão tanto sob aspecto da matéria quanto do título: “Foi lido hontem, perante o Club Militar, reunido em memorável assembléia, o laudo da perícia a que foi submettida a carta do sr. Arthur Bernardes, insultuosa às classes armadas. A comissão foi levada a concluir pela authenticity da carta, porque ella resistiu a todas as provas periciaes, realizadas com imparcialidade e rectidão. A moção Frutuoso Mendes foi approvada com grande entusiasmo” (29/12/1921), que ocupou quase totalmente 38 colunas do jornal (4 páginas completas mais duas colunas incompletas).

## 2.3. O trato para com a Reação Republicana

Algumas reportagens de capa retratam comícios e viagens dos candidatos da Reação Republicana e de seus colaboradores como na matéria de capa do dia 7 de dezembro de 1921

intitulada: “A chegada do General Clodoaldo da Fonseca”. Duas outras retrataram comícios que tiveram ocorrências as quais poderíamos classificar como criminosas: “A chegada do Dr. J. J. Seabra e os acontecimentos de ontem - Em plena Avenida Rio Branco, em meio de ruidosas aclamações aos candidatos da reacção republicana, desordeiros, a soldo do bernardismo, alvejam a bala o dr. Nilo Peçanha e o seu companheiro de cruzada cívica” (7/1/1922), que relata, com riqueza de detalhes e a utilização (rara no jornal) de imagens fotográficas, um atentado sofrido pelos candidatos da dissidência e “O dr. Mauricio de Lacerda é agredido por capangas a soldo do bernardismo” (26/1/1922) que trata da viagem do colaborador da reacção, Mauricio Lacerda à cidade mineira de Juiz de Fora, ocasião em que, segundo o jornal, o orador da causa nilista teve que ser hospitalizado para tratar dos ferimentos causados.

O *Correio da Manhã* tinha como inclinação sempre enaltecer e dar espaço aos apoiadores da causa da Reacção Republicana. Defendia os candidatos e os apoiadores<sup>29</sup> de Nilo e Seabra de acusações oriundas ou da imprensa do Partido Republicano ou de simpatizantes de Arthur Bernardes que volta e meia declaravam seus desafetos aos candidatos da dissidência.

Como por exemplo, um artigo defende o estado aliado da reacção republicana, Rio Grande do Sul, de acusações feitas pela imprensa bernardista de que o estado estaria tomando

---

<sup>29</sup> Um caso que ocupou várias colunas do *Correio* foi o de Oldemar Lacerda. Segundo a imprensa republicana, acreditava-se que Lacerda era o verdadeiro autor das cartas insultuosas ao exército. Isso já era motivo suficiente para o *Correio da Manhã* defendê-lo visto que o jornal tinha plena convicção de que as cartas foram escritas por Bernardes e para isso, o jornal publicou alguns artigos e entrevistas que tratavam de esclarecer as acusações da imprensa bernardista. No dia 6 de dezembro de 1921, o jornal publicou uma extensa matéria intitulada “As infâmias do Bernardismo”. O artigo relata que quando publicadas as cartas atribuídas à Arthur Bernardes, seus correligionários afirmavam que se tratava de um embuste armado pelos simpatizantes nilistas. Assim sendo, o jornal propôs um desafio: submeter as cartas à exames de profissionais competentes e se as cartas fossem comprovadamente falsas, o *Correio da Manhã* passaria a apoiar a candidatura bernardista. Segundo o artigo, posto isso, os bernardistas que têm a ciência da autenticidade das cartas, começaram a propagar que se tratava de falsificação elaborada por Oldemar de Lacerda em benefício da candidatura de Hermes da Fonseca. Para isso, tiveram o apoio do tabelião Fonseca Hermes (irmão de Hermes da Fonseca - “coitado do marechal: tem sido tão vendido por esse irmão!”) que preparou um documento e forneceu aos jornais bernardistas em forma de entrevista. Entretanto, Oldemar Lacerda se prontificou a comparecer perante a comissão do Club Militar “afim de dar as provas”. Com isso, segundo o artigo, os bernardistas voltaram a afirmar que se tratava então de embuste nilista com a cumplicidade de Oldemar Lacerda. Finalizando, o artigo ainda relata um telegrama enviado para Edmundo Bittencourt pedindo que inutilizasse “plano urgente” pois Oldemar Lacerda estava sendo subornado por Raul Soares na Bahia. Desconfiando de trote, Edmundo enviou um telegrama para Bahia e foi informado pelo sr. Antonio Seabra, delegado de polícia, que Oldemar estava dando uma entrevista à um jornal local desmentindo o telegrama anterior. “Se o Sr. Arthur Bernardes tivesse dignidade e brio, não estaria a pagar essas misérias, que só servem para demonstrar sua falta de vergonha ( [...])”. “A chegada de Oldemar Lacerda e as suas declarações” (11/12/1921), “O sr. Geminiano da França [...]” (15/12/1921) e “Oldemar Lacerda fulmina o inquérito do Sr. Geminiano da França”, “Os jornaes do Coronel Libanio [...]” e “Frutos da Corrupção do sr. Arthur Bernardes – A falsificação do Combate” de 16 de dezembro de 1921 tratam do mesmo assunto e o encerra (sem qualquer conclusão) no dia 30 de dezembro com uma nota que acusa um chefe de polícia carioca de perseguir Oldemar Lacerda. Nada mais é publicado sobre o assunto nos dias subsequentes.

atitudes separatistas. “A POLÍTICA MINEIRA E O RIO GRANDE DO SUL – Esse estado repele a pecha de separatista e instigador da guerra civil” (22/12/1921). Trata-se de uma resposta à acusação adversária do Rio Grande do Sul estar promovendo um movimento separatista e instigando a guerra civil. O artigo argumenta que todas as atitudes do Rio Grande do Sul foram tomadas visando à integridade da República e representa o anseio dos que não pertencem ao eixo que monopoliza a política nacional. “O bernardismo apresenta hoje em dia o espetáculo mais ridículo e lastimável [...] derrotados eles já estão na consciência da nação e irremediavelmente condenados à derrota final nas urnas”. Segundo os defensores riograndenses, o objetivo dessas declarações são de colocar em dúvida os princípios patrióticos do estado perante os outros estados da nação.

“A chegada do General Clodoaldo da Fonseca - Uma entrevista com o velho militar sobre a sucessão presidencial” (07/12/1921) mostra uma entrevista que ganhou a capa do matutino carioca em que o militar declara apoio a Nilo Peçanha e afirma que se as eleições correrem livremente no norte do país, a dissidência certamente sairá vitoriosa de lá no pleito. Além disso, o general deixa claro que Bernardes, pelo Club Militar, é o responsável pelas cartas.

Outra figura que recebeu atenção especial em um movimento político foi o sr. Paulo de Frontin. Essa atenção se deu pelo fato de que o sr. Frontin deixou de fazer parte da Aliança Republicana declarando várias justificativas como a verticalidade da indicação de Arthur Bernardes à candidatura, a reação do candidato à carta (em que este tentou fugir do inquérito e da perícia das mesmas) e a incoerência do julgamento da convenção em que a brilhante passagem de Nilo na presidência não resultou em uma indicação como candidato. Dito isso, o *Correio da Manhã* publicou vários artigos com referências ao episódio de Frontin como “O Bernardismo em crise no senado – Sensacional discurso do sr. Paulo de Frontin”, “Sucessão Presidencial - O sr. Frontin desligou-se da Aliança Republicana, por não querer esta abrir a questão das candidaturas do pleito de 1º de março” e “Grande manifestação popular ao sr. Frontin” de 30 de dezembro de 1921 e “Foi adiada a manifestação ao sr. Frontin” (12/01/1922).

#### **2.4. Apoiadores da causa dissidente**

Destaques eram dados diversas vezes a indivíduos e grupo de indivíduos que se manifestavam em favor da candidatura nilista. “De São Paulo – A corrente popular” (07/01/1921) relata manifestação de empregados do comércio de São Paulo em apoio à

candidatura de Nilo Peçanha: Evidenciando a naturalidade do manifesto, o jornal ressalta que Nilo Peçanha nem havia feito propaganda ainda no estado e que todas as adesões eram espontâneas. “Sucessão Presidencial – Quinhentos operários da fabrica de Bangu aderem á chapa Nilo-Seabra” (12/01/1922): nota relata que Nilo recebeu em sua casa uma comissão dos referidos operários que lhe entregou um manifesto com 500 assinaturas em seu favor. “Palmyra ao lado da Reacção Republicana” (12/01/1921) transcreve um telegrama em que os representantes do município de Palmyra reiteram o apoio à chapa Nilo-Seabra.”Sucessão Presidencial - Um appello do Centro Acadêmico de Reacção á mocidade do Brasil” (20/01/1922): Salomão Jorge, orador oficial do centro, redigiu um apelo à juventude indicando que o pleito em que “ou tomba na chafurda da opressão, oi se ergue, magnificante e sublime, para a felicidade e para a glória” está próximo. Num texto bastante coerente, o narrador disserta sobre as qualidades da candidatura da reação, o apoio do governador do Rio Grande do Sul que se opôs à candidatura de conchavo e arranjo do Partido Republicano e as qualidades particulares de Nilo Peçanha

o estadista democrata por índole, a energia inquebrantável, o caracter adamantino [...] a mentalidade admirada pelas mais iluminosas celebrações do universo, é um dos namorados mais apaixonados da Pátria, para a qual elle consagrou a sua mocidade, o seu esforço, a sua vida.

e ainda: “Aos operários da fábrica Bangu e ao público em geral” (29/01/1921) trata de um convite feito a todos os moradores e operários para comício em favor de Nilo.

Procurando denotar o apoio de toda parte do país à causa dissidente, o jornal transcrevia telegramas de autoridades de classe e políticas de várias partes do Brasil.

“Sucessão Presidencial - Telegramas enviados ao sr. Nilo Peçanha” (12/01/1922) transcreve 6 telegramas endereçados a Nilo Peçanha e que indicam números e nomes de apoiadores da chapa da reação.

## **2.5. A importância do voto... para os candidatos dissidentes**

Eram comuns também, matérias, artigos e notas que convocavam os cidadãos para manifestos e moções de apoio ou que relatavam declarações de seus propagandistas oficiais e ocasionais como o Cel. José de Mesquita, que ofereceu um banquete em homenagem ao comitê da dissidência no Rio Grande do Norte (Sucessão Presidencial - A propaganda dissidente no Rio Grande do Norte – 9/12/1921). Em “Sucessão Presidencial” uma nota informa a declaração de Frutuoso Mendes sobre a adesão de diversos municípios Paraibanos à

causa nilista e ainda a viagem do desembargador Heráclito Cavalcanti em propaganda política que visitaria os municípios de Guabira, Casicara, Araruna, Bananeiras, fazendo conferências cívicas pró-Nilo (21/12/1921).

“Sucessão Presidencial – Eleição presidencial e Conferência de Propaganda” (11/01/1922) marcam locais para conferências e assinaturas de moções em prol da chapa Nilo-Seabra. “Sucessão Presidencial – Um manifesto que será publicado no dia 20, Comitê suburbano de Inhaúma pró Nilo-Seabra e Conferências Maçônicas” (12/01/1921) e “Sucessão Presidencial - O centro acadêmico da reação” (17/01/1922) tratam de conferências e convocações para assinatura de manifestos de apoio dirigidas exclusivamente aos cidadãos que puderem provar qualidade de eleitores. Na mesma coluna do dia 27 de fevereiro de 1922, eram relatadas mais manifestações em favor dos candidatos da dissidência: “Mais um grande comício em S. Paulo” organizado por Miguel Meira, “Reacção Republicana” reproduz uma lista de nomes de amigos e pessoas que o coronel Zoroastro Cunha, “que apóia os candidatos da reacção”, está convocando para receberem cédulas e instruções sobre as eleições, “Um grande comício na capital do Piauí” relata brevemente um comício pró Nilo-Seabra que contou com a presença de “mais de duas mil pessoas”, o mesmo número de presentes relatado na nota seguinte “Em Santos a reacção ganha terreno”.

## 2.6. A propaganda dissidente

Dada a orientação de apoio à candidatura da Reação Republicana adotada pelo jornal carioca, não poderia deixar de existir nas suas páginas a disseminação dos movimentos de propaganda executados pelos candidatos Nilo Peçanha e J. J. Seabra, bem como de promotores oficiais da causa dissidente<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> O governador do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros, apesar de pouco citado no jornal durante o período pesquisado, é uma das maiores figuras dentro da dissidência. Isso é demonstrado em um discurso de Joaquim Osório, publicado pelo *Correio da Manhã* no dia 13 de dezembro de 192: “Sucessão Presidencial – Um discurso do sr. Joaquim Osório sobre a attitude do sr. Borges de Medeiros”. O artigo relata uma declaração feita pelo sr. Joaquim Osório em sessão da Câmara dos Deputados, onde este defende a attitude do sr. Borges de Medeiros em apoiar uma candidatura alternativa à proposta na convenção. Segundo o orador, Borges de Medeiros, que é adversário do candidato mas não do político Bernardes, procura um maior exercício da democracia nacional, com a inclusão de candidatos de fora do eixo Minas - São Paulo para favorecer também as outras regiões. Em seguida, o deputado diz que o sr. Borges de Medeiros defende que se o nosso sistema republicano é derivado do modelo norte-americano em sua essência, por que não adotar também seus princípios de equilíbrio entre as diferentes regiões da federação. O jornal questiona o repúdio mineiro pela idéia do político “riograndense”. “Foi, entretanto, recusada essa lembrança para admitir-se um candidato que pode ser muito digno pelos seus talentos, mas cuja personalidade a nação não conhecia e ainda hoje discute: o candidato Arthur Bernardes”.

Contudo, o que é constatado no período pesquisado não são numerosas propagandas e matérias sobre os candidatos e sim, apenas algumas inserções que apesar de extensas são iniciadas menos de dois meses antes do pleito. Em 5 de janeiro, o jornal publica uma nota “O governador da Bahia [...]” que anuncia a viagem de J. J. Seabra aos estados do sul em “propaganda eleitoral”. O artigo ainda enaltece a perseverança do já idoso J. J. Seabra que “ora em estrada de ferro, ora de automóvel, ora até simplesmente do dorso do cavallo” busca combater com afinco o “bernardismo corruptor”: “O inilludível caracter democrático dessa propaganda é igualmente realçado pela resistência do candidato á vice-presidencia, que não conhece fadigas e cuja fé na Victoria parece dar-lhe ainda maiores forças para acreditar na justiça da nação deliberante”.

Em 7 de janeiro de 1922 a reportagem de capa “A chegada do Dr. J. J. Seabra e os acontecimentos de ontem...” com vários subtítulos (“Cães da Praça Mauá”, “No ‘Rio de Janeiro’”, “O sr. Seabra desembarca nos braços do povo”, “Na avenida”, “Uma saudação da mulher brasileira”, “Miséráveis! Capangas do ‘Cravo Vermelho’ atiram contra os candidatos do povo” e “Como se deu o attentado”) relata a passagem de J. J. Seabra pelo Rio de Janeiro e o atentado que este sofrera, juntamente com seu companheiro de chapa Nilo Peçanha com a presença de “oitenta mil pessoas, sem exagero”.

“O sr. Seabra tem sua partida para o sul [...]” (09/01/1922), “Sucessão Presidencial - Seabra embarca para o sul do país” (14/01/1922), “O sr. Seabra vae levar ao sul a palavra da reacção republicana” (15/01/1922) e “Sucessão Presidencial - A victoriosa excursão do sr. Seabra pelo interior paranaense” (20/01/1922) relatam a viagem de J. J. Seabra aos estados do sul do país até sua chegada a São Paulo.

Os artigos “Sucessão Presidencial - O sr. Seabra chega a Santos” (17/01/1922), “Sucessão Presidencial - A chegada a S. Paulo” (20/01/1922) e “Sucessão Presidencial – A recepção do sr. Seabra em Uberaba constituiu uma verdadeira apothese” (24/01/1922) retratam a incursão de J. J. Seabra pelo estado de São Paulo e seu caminho até chegar em Uberaba Minas Gerais. Suas passagens relatadas são descritas como vitoriosas e apoteóticas e contavam com a presença de milhares de populares que o recepcionavam, o acompanhavam na visita e despediam-se do candidato em sua partida.

“Veja a differença destas attitudes [...]” (15/01/1922) compara as campanhas feitas por Seabra e por Bueno Brandão em favor de Bernardes. Segundo o artigo, um faz propaganda política, outro conchavo; um quer luz, discussão, exame e pleito, o outro deseja o sussurro, prepara as acomodações, negocia solidariedades e combina os arranjos. Um é o povo, o outro autocracia, Um é a nação, outro oligarquia. “Uma é o sol dourado, [...] a outra é a meia

sombra infecta, que disfarça as podridões”. Um é a república de todos, outro é a república dos camaradas: “A nação que decida entre a democracia e a plutocracia, entre o bem e o mal”.

As menções ao candidato Nilo Peçanha foram ainda mais modestas se comparadas com a do seu vice. “O senador Nilo Peçanha e o dr. J. J. Seabra [...]” (03/01/1922), “Sucessão Presidencial - O governador da Bahia esteve no palácio do Rio Negro; - A viagem do sr. J. J. Seabra a Petrópolis” (03/01/1922) relatam a excursão de J. J. Seabra ao Rio de Janeiro, acompanhado de seu companheiro de chapa Nilo Peçanha.

“A ida do sr. Nilo Peçanha [...]” (07/02/1922) relata a visita de Nilo Peçanha, “o candidato do povo brasileiro á presidência da República” a São Paulo. Segundo o jornal, esperava-se uma recepção tão apoteótica quanto a feita ao candidato à vice J. J. Seabra.

Enquanto os Cesares, caricatos do bernardismo, nos seus palácios [...] procuram transformar a democracia no império exclusivo de sua vontade, há de commover a alma das multidões, por força, a cruzada cívica dos dois candidatos que se aproximam do povo e fazem depender unicamente da massa soberana o triumpho que pleiteiam.

A nota “O senador Nilo Peçanha e o dr. J. J. Seabra [...]” (03/02/1922) indica a visita de Nilo Peçanha e seu vice ao conselheiro Ruy Barbosa. Já na nota publicada em 14 de fevereiro de 1922: “Sucessão presidencial - Viagem do sr. Nilo Peçanha” o jornal informa o que seria o último comício de Nilo na campanha presidencial. O local escolhido para tal evento foi São Paulo, contudo, o artigo “A conferencia de São Paulo” publicado no dia 26 de fevereiro, além de reproduzir na íntegra o programa de governo elaborado por Nilo Peçanha, informa que o candidato foi impedido de apresentá-lo à população paulista “pela insolente arrogância politqueira do sr. Washington Luis”.

Outros apoiadores da causa da reação são contemplados com destaque pelo jornal. Maurício de Lacerda, propagandista da Reação Republicana aparece nas páginas do matutino carioca na ocasião de sua viagem a Minas Gerais. A nota “Sucessão Presidencial – A excursão do sr. Maurício de Lacerda” relata o roteiro que será seguido pelo correligionário de Nilo Peçanha na sua visita à cidades mineiras e “Manifestação ao sr. Maurício de Lacerda” (20/01/1922) é um convite à população para participar de uma manifestação em comemoração pela sua partida. Porém, um imprevisto encurtou sua viagem: “O dr. Mauricio de Lacerda é agredido por capangas a soldo do bernardismo - O deputado fluminense está em tratamento, na estação de Commercio”, extensa reportagem com diversas partes (“O que se passou em Juiz de Fora”, “O fato nos é communicado de Entre Rios”, “A população de Entre Rios deplora o attentado”, “Um dos alvejados pelos assalariados do bernardismo” e “A melhor

sociedade de Bello Horizonte lamenta os processos do bernardismo”) relatam um atentado sofrido pelo conferencista. Segundo a reportagem, ao chegar em Juiz de Fora, o propagandista da reação foi recebido a pedradas por “assalariados” pelo deputado Francisco Valladares (que segundo o jornal, era intimamente ligado a Arthur Bernardes). Após o incidente, Maurício de Lacerda retornou para a casa de familiares para receber cuidados médicos.

## 2.7. Bernardes e seus desafetos

O jornal, aproveitando a oportunidade, transcreve vários telegramas de repúdio “à baixa política” praticada pelo bernardismo.

“A exemplo do que aconteceu com o sr. Seabra [...]” (19/02/1922) dá continuidade ao caso e relata que o sr. Maurício de Lacerda “não poderá ir a Minas continuar a propaganda pelas candidaturas da Reacção Republicana”. Segundo o artigo, mesmo concedido o hábeas corpus aos dois políticos (Lacerda e Seabra), este ato, simplesmente jurídico, não garante a integridade física de ambos. “Está visto que não era preciso mais, para um bom entendedor. Em Minas, o sr. Bernardes e o general Setembrino; no governo da República, o sr. Epitácio Pessoa; na presidência do Supremo Tribunal, um ministro eventualmente vaiado [...]” fazendo referência de uma espécie de “quadrilha” montada pelo bernardismo e suas vertentes.

Odilon de Andrade, figura política mineira que ganhou notoriedade pelo jornal após a nota “A sessão de hoje na Câmara [...]” (27/12/1921) que indica que o deputado Mineiro Odilon de Andrade planeja declarar que não mais faz parte da chapa de Bernardes, pois seus eleitores querem votar no Nilo Peçanha. Segundo o jornal, esta declaração tem sido adiada, pois os comparsas de Bernardes estão tentando fazer com que ele não faça tal declaração.

Contudo Odilon seguiu firme com sua declaração conforme publicado no discurso de 28 de dezembro de 1922 “Pingos & Respingos – Em seu discurso [...]” em que este declarou “Minas não é o bernardismo! É uma vítima, uma presa, sacrificada, asphyxiada por elle. Ella há de quebrar essa cadeia”. Ainda segundo a nota, o deputado conhece o seu eleitorado e que os “carneiros não constituem um eleitorado”.

No mesmo número de jornal, o artigo “Depoimento Capaz” disserta sobre o deputado Odilon de Andrade ter deixado a causa bernardista em favor da dissidência respeitando os anseios dos que o elegeram deputado. Ainda sobre o bernardismo, o artigo analisa que

não é, afinal, uma doença nova; é mal antigo, espalhado endemicamente em Minas de há quatro annos [...] e que se propagou no resto do paiz pela fatalidade com que todas as pestes não morrem no foco de origem sem

haverem produzido no seu campo de irradiação o vácuo da orphandade e da viuvez [...] cupim estadual

e que o movimento que tenta defender o país da ruína total é a dissidência e que Minas deveria ser o berço da dissidência já que é o estado que mais sofre deste mal e que só defendem o bernardismo por pura ilusão. Ainda segundo o artigo, o bernardismo não compreende a democracia, não é dirigido, só quer dirigir, oprimir, manda, não obedece “é a revivescência delirante da autocracia medieval”. Odilon foi “o bisturi que hontem dissecou o cadáver moral de Arthur Bernardes”.

Mas, analisando algumas edições do *Correio da Manhã* já é possível constatar que o grande assunto tratado pelo jornal eram os ataques a Arthur Bernardes.

Se o jornal, alinhado à reação, pouco mencionou o candidato da dissidência, o contrário aconteceu com o candidato da Convenção. Nas matérias do jornal, Bernardes era relacionado a esquemas criminosos que iam desde perseguições e prisões por questões políticas a acusações de assassinato, tal qual em extensa e detalhada matéria do dia 11 de dezembro com o título “Corruptor e assassino”, relata que o candidato utilizou sua influência e a disponibilidade de seus amigos para impor o terror para obter o controle da cidade de Viçosa (no período citado na reportagem, Bernardes ainda era Deputado).

A alcunha de assassino, também é aplicada a Bernardes na reportagem: “De Varginha, em Minas [...]” (08/02/1922) em que o jornal transcreve um telegrama enviado para a redação, de um grande número de pessoas que protestam contra a absolvição do assassino de “Gancho” um barbeiro local. Segundo o artigo, tal atitude só foi possível após ostensiva intervenção da política bernardista. “Afinal de contas, o assassino da Viçosa, que chegou a presidencia de Minas e quer escalar a da Republica, protege apenas a gente de sua parceria [...]”.

“Estávamos a encerrar o expediente desta folha [...]” (06/12/1921), “As misérias do bernardismo” (07/12/1921), “Um caso escandaloso – As podridões de nossa política” (11/12/1921), “Capangas do Libanio agridem um cidadão indefeso” (24/12/1921), “O chefe da dansa” (24/12/1921), “Até uma creança é victima da sanha policial!” (25/12/1921), “Soubemos hontem – e hesitamos em acreditar [...]” (30/12/1921), “Informações de fontes seguras [...]” (02/01/1922), “Sucessão Presidencial – Prisões de Sargentos e Perseguições aos funcionarios postaes” (09/01/1922), “O dr. Joaquim de Assis Ribeiro [...]” (14/01/1922), “A demissão do promotor da capital do Pará” (20/01/1922), “Sucessão Presidencial - Manifestantes atacados a tiros no Pará” (24/01/1922), “Bernardices... – Exemplos do ‘Correio da Manhã’ e do ‘Imparcial’ queimados por ordem do governo” (28/01/1922),

“Sucessão Presidencial - O governador catarinense não aderiu ao ‘Seu Mé’” (03/02/1922),m “No Estado de Santa Catharina [...]” (08/02/1922) e “As misérias do bernardismo [...]” (14/02/1922) são notas e artigos que relatam perseguições de Arthur Bernardes e de seus correligionários a cidadãos comuns que se manifestam em favor de Nilo Peçanha e da causa dissidente. As perseguições eram relatadas como da sendo prisões arbitrárias, espancamentos e censuras à manifestações públicas contrárias aos ideais ou aos candidatos da convenção.

A censura e violência não era exclusividade de Bernardes em Minas Gerais. Conforme publicado no *Correio da Manhã*, seu candidato à vice, Urbano dos Santos, também seguia os passos de seu “tutor” com “irrupção violenta da peste bubônica e o regimen do terror implantado nos municípios sertanejos” (“O sr. Urbano dos Santos mandou dizer ao sr. Raul Soares [...]” – 13/12/1921) e compara-os no dia 22 de dezembro: “o sr. Bernardes é acusado de vários crimes, em Minas. O sr. Urbano, idem, no Maranhão. E ainda há quem os chame de mé, com tamanha ferocidade [...]” (Pingos & Respingos). Em “TELEGRAPHO - O sr. Urbano dos Santos [...]” o jornal critica a atuação pífia de Urbano dos Santos no Maranhão, principalmente no que diz respeito à peste bubônica, varíola e outros horrores “o governador trata de despachar para estas localidades caixotes e mais caixotes de boletins contendo a propaganda do seu e do viçoso nome do seu comparsa [...] Felizmente, o eleitorado maranhense conhece o sr. Urbano. Não há propaganda que o salve” sentencia.

O argumento de violência praticada no Maranhão com a bênção do governador é utilizado também em “A prophylaxia rural [...]” (22/12/1921), “No Maranhão, o bernardismo deu agora para agredir [...]” (05/01/1922) e “Deus fez e o diabo juntou [...]” (07/01/1922). Nos três exemplos, os artigos fazem dos atos violentos e da deterioração da população por pestes, responsabilidade da comodidade e incapacidade administrativa de Urbano dos Santos sempre tutelada pelo candidato Arthur Bernardes.

“Companheiro de chapa do sr. Arthur Bernardes [...]” (21/12/1921) informa que Urbano dos Santos, em telegrama, solicitou que um amigo seu, promotor, desacatasse o juiz Demosthenes de Macedo, que o fez e por isso recebeu um telegrama do próprio juiz o repreendendo. Segundo a nota, Urbano tenta se identificar a Bernardes tanto política como moralmente, utilizando recursos ditatoriais tal qual o presidente de Minas o faz: “Bernardes e Urbano se identificam e se completam. Deus os fez e [...] a ‘convenção do mé’ os uniu [...]”.

## 2.8. O tesouro mineiro e a campanha bernardista

O jornal, atacando frontalmente o candidato à presidência, constantemente acusa Bernardes de financiar sua campanha e seus crimes com dinheiro do tesouro Mineiro, como comenta no dia 17 de janeiro de 1922 a viagem de Sampaio Correia, senador do Rio de Janeiro, a Minas Gerais. Segundo o jornal, ele foi até lá, como tantos outros políticos que “estão fazendo essa rota constantemente”, receber dinheiro das próprias mãos do “Rolinha” para propaganda política. “A última mentira do bernardismo [...]” (17/01/1922), “Minas e o sr. Bernardes” (29/01/1922) e “Deve partir para a Bahia, em missão secreta [...]” (08/02/1922) defendem a idéia de suborno praticada por Bernardes com dinheiro público, assim como: “O que se está passando nos arraiaes...” de 27 de fevereiro de 1922, em que o artigo acusa políticos “filiados á candidatura de Arthur Rolinha” de comprarem votos e adquirirem carteiras de eleitores. Pedem aos nilistas, seus títulos de eleitores por 20\$000, 30\$000 e 50\$000. Segundo o artigo “nunca houve caso semelhante na política da capital da República” e isso se deve exclusivamente ao governador de Minas, que dispõe de dinheiro público e o distribui com facilidade e “semvergnhismo”.

## 2.9. O pronunciamento de Ruy Barbosa

Personalidades fora do eixo eleitoral também são atacadas pelo jornal ou por que defendem a candidatura de Bernardes ou o próprio político. É o caso do então senador Ruy Barbosa, que publicou um manifesto negando a autoria de Bernardes no caso das cartas. Tal manifesto foi largamente aplaudido pelos bernardistas e proporcionalmente criticado pelos nilistas através do matutino carioca. “As cartas e o sr. Ruy Barbosa” / “Ruy Barbosa e as cartas authenticas” (12/02/1922) e “As cartas e a política” / “Crê ou morre” (14/02/1922) questionam minuciosamente todos os argumentos dados pelo conselheiro para defender o candidato da convenção. A crítica mais veemente vem do proprietário do jornal carioca, Edmundo Bittencourt que em entrevista feita pelo *Diário da Bahia*, mostra sua opinião acerca da carta de Ruy Barbosa: “é um triste fim para uma tão nobre vida, acabar servindo de degrão para que possa o dr. Arthur Bernardes chegar á presidência”. (“A passagem do dr. Edmundo Bittencourt pela Bahia - Uma entrevista ao ‘Diário da Bahia’ - A Absoluta authenticity das cartas de Bernardes” – 27/02/1922).

Carlos Chagas também é bastante criticado em “Quem diria! O sr. Carlos Chagas...” (27/02/1922) em que o artigo lamenta a declaração de Carlos Chagas, como sendo o seu

último viva a Bernardes como membro do Cravo Vermelho. Segundo o jornal, o “humilde servidor da república andou mezes pelas ruas da cidade, pago, como os seus colegas, com o dinheiro da nação, para dar vivas a Arthur da Silva Rolinha e... apanhar (...) O ‘barbeiro’ custou, mas vingou-se”.

## 2.10. Os ataques a Epitácio Pessoa e Washington Luis

Epitácio Pessoa, presidente da república, tinha sempre o *Correio da Manhã* no seu encaço nas questões administrativas do país. No campo político, as críticas eram ainda mais numerosas. O matutino afirmava que através de sua imparcialidade bastante suspeita e conveniente utilizava o poder público em favorecimento a Arthur Bernardes e a sua campanha, como fica claro na matéria “O sr. Epitácio Pessoa deu o primeiro exemplo [...]” (07/12/1921) em que esta relata a censura praticada pelo presidente à um grupo de oficiais que declararam simpatia à candidatura de Nilo Peçanha. Na extensa matéria, o jornal chama Bernardes de seu Mé, Rolinha e por fim, alfineta o governo: “Quem se manifesta pelo sr. Nilo Peçanha é censurado. Mas quem, no Exército, recusa passar por bernardista à força, é reformado e também censurado. Assim, fica bem definida a situação: os militares não devem ter sympathias políticas, a menos que essas sympathias sejam pelo sr. Bernardes”.

“Viagens do presidente” (13/12/1921) trata do assunto de forma delicada, já “Sucessão Presidencial e o sr. Epitácio Pessoa – A Federação condena a attitude do presidente da república” (16/12/1921) de forma mais incisiva, critica a posição de Epitácio e defende a opção riograndense no pleito

[...] forçoso é confessar que o executivo federal de concessão em concessão no bernardismo, vaе abandonando a sua posição legal de regulador da vida nacional, para se transformar em contendor político com a própria nação, representada pela poderosa e formidável força da opinião pública que consiste a dissidência republicana [...] O Partido Republicano Riograndense não fez mais que seguir o critério tradicional e histórico que se evidencia da sua larga folha de serviços à República. O Partido Republicano Riograndense caracterizou-se sempre pela sua attitude independente em face dos poderes da União: nem apoio incondicional, nem opposição systematica, mas cooperação consciente e dedicada a tudo quanto exigem o bem público e a grandeza da nação.

De uma forma ainda mais contundente, “Lodo e Cinismo” (16/12/1921) afirma que Epitácio luta para que o governo vá para as mãos de Bernardes e que o país apodrecerá “se uma reacção, forte como a soberania da nacionalidade, não se fizer sentir com o fim de arrancar o governo das mãos dessa quadrilha” e que embora “o bernardismo signifique falta

de brio e de vergonha” o presidente desceu do seu cargo para fazer declarada propaganda bernardista. “Palácio do Catete e da Liberdade, refugio dos dois maiores responsáveis pela situação actual”.

“Intrigas e offensas” (24/12/1921), “Tópicos & Notícias - Semeando ventos [...]” (27/12/1921), “Experiente desprezível” (28/12/1921), “Soubemos hontem – e hesitamos em acreditar [...]” (30/12/1921), “Com a razão obliterada [...]” (09/01/1922), “A sucessão presidencial - Epitácio Pessoa chamara Raul Soares para uma reunião no Catete” (14/01/1922), “O sr. Epitácio Pessoa fez hontem publicar [...]” e “As manobras” (08/02/1922) trazem acusações de tendenciosidade e favorecimentos do presidente da república na campanha de Bernardes.

Washington Luiz, governador de São Paulo, também ganha espaço nas colunas do matutino carioca. O importante político paulista apóia a candidatura de Bernardes e, segundo o jornal, acredita que as cartas que são atribuídas ao candidato são falsas. “O sr. Washington concluiu que as cartas são falsas, e nós concluimos que elle é imbecil [...]” (“O sr. Affranio de Mello Franco [...] – 31/12/1921).

O jornal indica também que, após o episódio das cartas e as posições tomadas por Epitácio Pessoa julgando que a candidatura de Bernardes estava ameaçada, os participantes da convenção “do Mé” já não confiam na parcialidade e energia do presidente e que seu homem de confiança é agora Washington Luiz (“Os pioneiros [...]” – 22/12/1921).

O artigo expõe ainda a prática paulista do que o jornal chama de senzalismo, onde o único personagem que tem vontade política é o presidente e os outros políticos são escravos deste e sempre o apóiam nas suas escolhas. Como o governador apóia publicamente a candidatura do “Rolinha”, todos seus “escravos” deverão fazer o mesmo. “O sr. Washington Luis, porém, não faz questão da República. Para elle, o que lhe interessa é o cargo de presidente do Estado e a situação de senhor maior da sua senzala. Mas há de haver um 13 de maio para os políticos, como houve para os negros [...]”.

Acusações de perseguição ao candidato da reação (Uma atitude irritante de Washington Luiz – 14/02/1922) e de planejar a fraude das eleições presidenciais no seu estado cancelando o alistamento de simpatizantes dos candidatos da dissidência (Conta-nos um telegramma de S. Paulo [...] – 07/02/1922) elegem o governador paulista como um dos inimigos da nação sob a perspectiva do matutino carioca.

### 2.11. Raul Soares, coordenador de campanha de Bernardes

Outra personalidade considerada inimiga da nação pelo jornal é o político mineiro e assessor de campanha de Bernardes, Raul Soares. “Mentindo Sempre” (06/12/1921), “Tem causado estranheza [...]” (24/12/1921) traçam uma imagem do político de enganador e traidor do povo brasileiro.

“Mais um depoimento dos crimes dos srs. Arthur Bernardes e do ‘seu homem’, o senador Raul Soares [...]” (28/12/1921) acusa Raul Soares de dois estupros e de ser mandante de assassinato para acobertar os crimes que cometeu.

Em outro artigo, bastante criativo, denomina Bernardes como sendo um onfalósito<sup>31</sup> de Raul Soares: “O omphalosito” (17/01/1922). Segundo o artigo, Bernardes, ainda depende intelectualmente da sua mãe intelectual: o sr. João Luiz Alves e que candidatura tão monstruosa concebida por Raul Soares morrerá assim que cortarem o cordão umbilical.

### 2.12. As cartas publicadas pelo *Correio da Manhã* e o Club Militar

Dentre todas as notícias que faziam referência às eleições e seus candidatos, o assunto que indiscutivelmente ocupou a maior parte das colunas do *Correio da Manhã* foi a questão das cartas atribuídas a Bernardes.

Sempre publicando declarações dos que acreditavam em sua autenticidade ou rebatendo e até ridicularizando as declarações dos que a consideravam falsas, o jornal acompanhou cada passo do processo de averiguação da autenticidade feito pelo Club Militar e Edmundo Bittencourt, tentando extinguir qualquer sombra de dúvida em relação à sua autenticidade, encomendou a sua própria análise pericial conforme relatado à exaustão a partir do dia 6 de fevereiro no artigo de capa “A autenticidade das cartas de Bernardes verificada pelo perito Locard”.

Em meio à nomeação do novo papa, Pio XI, Edmundo Bittencourt pôs as cartas para análise do perito francês Locard, o qual, o sr. Simões Correia, perito de Bernardes, se apóia para suas análises. O perito francês, após sua análise, concluiu que as cartas são verdadeiras.

Na reportagem de capa “A autenticidade das cartas de Bernardes verificada pelo perito Locard – Até o eminente professor o bernardismo tentou corromper!” (07/02/1922), as

---

<sup>31</sup> Segundo o artigo, um omphalosito, pela “theratologia embryologica” é uma espécie de monstro desprovido de vários órgãos que só se mantém devido à íntima ligação com sua progenitora, ou seja, ser que possui um número insuficiente de órgãos e que morre assim que o cordão umbilical que o liga à mãe é cortado

cartas são impressas na capa do jornal com a afirmação de autenticidade feita por Locard. E Bittencourt, que foi à Paris receber tal resultado pericial, regressa ao Rio em breve. O perito Locard contou que recebera um pedido para não entregar o laudo antes de conversar com um intermediário para tratar do caso. Segundo o jornal, o agente bernardista foi repellido imediatamente.

“A confirmação” e “O tiro de misericórdia” (07/02/1922) tratam novamente do laudo pericial, reproduzindo duas vezes na própria edição do jornal, as cartas com o resultado da perícia de Locard. “Os nossos collegas do *Jornal do Brasil*” (19/02/1922) mostra a rede de publicações em torno das cartas ofensivas e do laudo de Edmund Locard. Segundo a reportagem, *Le Martin*, jornal francês, deu publicidade à perícia feita por Locard; *Echo National*, reproduziu as cartas publicadas no *Correio da Manhã* e o laudo de Locard. Sobre esta publicação, o *Correio da Manhã* considera que “veio a talho de foice. Como se sabe, o bernardismo mandou divulgar em quase todos os jornaes de Paris a carta em que o conselheiro Ruy Barbosa fulminou a jurisprudência dos tribunais brasileiros, inclusive o Supremo, concluindo pela falsidade das cartas de Bernardes”. E, finalmente, “As cartas de Bernardes” (26/02/1922) relata a chegada de Bittencourt à Bahia, publicando em detalhes (mais uma vez) o laudo de Locard.

Contudo, o jornal sempre acreditou na autenticidade das cartas e sempre que possível defendia essa posição publicando moções de apoio ao Club Militar como em “A Carta ultrajante – Telegrammas de apoio à attitude do Club Militar” (31/12/1921), “A carta ultrajante – O Club Militar continua a receber telegrammas de solidariedade” (01/01/1922), “A Carta Ultrajante – O Club Militar continua a receber telegrammas de solidariedade á sua attitude” (03/01/1922), “A Carta Ultrajante – O Club Militar continua a receber telegrammas de solidariedade” (09/01/1922), “A Carta Ultrajante – O Club Militar continua a receber telegrammas de solidariedade” (11/01/1922), “A Carta Ultrajante – Manifestações de apoio ao Club Militar” (12/01/1922), “Processos esquerdos” (13/01/1922) e “A Carta Ultrajante” (15/01/1922) reproduzem telegramas e manifestações de apoio à decisão do Club Militar de investigar e declarar os resultados da perícia realizada.

“A moção da Marinha” (15/12/1921) esclarece que o Club Naval tentou realizar uma reunião para apoio da decisão do Club Militar, contudo, sob influencia direta do presidente, a assembléia não aconteceu por votação que a negava 12 votos a 11. Segundo o jornal, são falsas as afirmações bernardistas de que o exército, através do Club Militar estava sozinho na investigação das cartas e que a opinião de que elas poderiam ser verdadeiras não era compartilhada pelas outras forças da defesa nacional. O *Correio da Manhã* ainda acusa o

presidente da República de compactuar com bernardistas dizendo que independente do resultado da comissão do Club Militar, a candidatura bernardista vai se manter “para ser sufragada pelas machinas políticas, uma vez que o reconhecimento do sr. Bernardes estaria garantido pelas polícias do Distrito Federal, de São Paulo e de Minas, apoiadas na Marinha”. Esta atitude do Club Naval era uma derrota significativa para os que apoiavam a autenticidade das cartas e a perícia do Club Militar.

No artigo “Club Naval” (15/01/1922), membros do Club Naval, através de uma moção, se manifestaram em solidariedade ao Club Militar, mesmo não podendo reunir-se em nome do Club Naval. “O Club Naval” (17/01/1922), relata novamente o impedimento do Club, através da interpretação de um de seus estatutos, de se manifestar a favor da atitude do Club Militar. Contudo, seus membros continuam declarando apoio ao resultado do Club Militar.

Esse estado de tensão entre apoiadores e contrários à decisão do Club Militar precedeu a publicação do resultado de sua perícia e se manteve após tal data. Seguindo as notícias publicadas no jornal, nota-se várias estratégias utilizadas para anular os efeitos nocivos à candidatura de Bernardes de uma publicação positiva do Club Militar em relação à autenticidade das cartas.

Uma das estratégias foi a tentativa de colocar em dúvida a lisura do processo pericial que foi exposta e rebatida pelo *Correio da Manhã* nas reportagens: “A Carta ultrajante – A comissão militar fulmina as declarações do General Gomes de Castro” (21/12/1921) em que é reproduzida uma carta de membros da Comissão do Club Militar, que está averiguando a autenticidade das cartas ultrajantes, rebatendo declarações do General Gomes de Castro feitas à imprensa. Sem explicar precisamente o conteúdo destas declarações, a carta dos membros da Comissão trata de informar que as declarações não representam o Club Militar, apesar de vir de um de seus membros, e que as opiniões ali expressas são somente do próprio autor. Essa manifestação gera outros artigos como “O caso da carta e o General Gomes de Castro” (27/12/1921), assinado por “Um médico psiquiatra” discorre sobre os problemas psiquiátricos do general e o chama de obsessivo, psicótico e delirante na sua busca para provar que as cartas são falsas. O “Médico” recorre a obras de pensadores da psiquiatria como Fursac, citando inclusive as páginas de suas obras que usa para justificar suas afirmações. Para ele o general precisa ser internado para tratamento urgente. Ainda acusa os políticos de utilizarem a moléstia do general para servir-lhes politicamente.

Expondo a mesma estratégia bernardista, “A Delação” (24/12/1921) informa que o bernardismo conseguiu arregimentar alguns comparsas dentro do Club Militar e que estes

estão utilizando todos os artifícios possíveis para colocar em descrédito as informações e investigações do Club Militar em relação às cartas insultuosas. Mas, segundo o jornal “os insultos, as ameaças, as intrigas desprezíveis” não atrapalham o cumprimento da honra e dos trabalhos designados aos homens sérios e que este possuem apoio da maioria das classes armadas. “Dia a dia, os processos do bernardismo [...]” (03/02/1922) revela que os bernardistas andam inventando mentiras e criando truques para difamar o Exército e o Club Militar. Segundo o jornal, a imprensa bernardista publica que o Exército está tramando uma revolução. O artigo também faz uma análise do tratamento da imprensa bernardista ao Club e às forças armadas: antes do laudo, a imprensa os tratava com uma certa “deferência” contudo, após a publicação das cartas, vendo que não conseguiram a absolvição desejada, começaram a difamar e inventar boatos sobre o Exército e o Club.

Outra estratégia do bernardismo para anular o efeito das cartas foi de provar sua falsidade. As matérias trazem “furos” que relatam tentativas de subornos como em “Exploração Ignóbil” (21/12/1921) que relata que Affonso Penna Júnior tentou contratar alguém por 500 contos de réis para assumir a autoria das cartas insultuosas ao exército. Ainda segundo a matéria, não obtendo sucesso, os bernardistas tentam seduzir o coronel Gomes de Castro, membro do Club Militar, para mantê-los a par das investigações e poder ser favorável ao candidato quando possível. O artigo termina por defender a utilização de peritos e diz que é o único meio confiável de verificar a autenticidade das cartas. “Embora aniquilado, perdido sem remissão [...]” (05/01/1922) que relata a proposta de suborno feita por bernardistas à um cunhado do sr. Serpa Pinto (perito que realizou a análise da carta para o Club Militar) para que este convencesse Serpa Pinto a destruir o resultado do seu exame às cartas ou consentisse a sua destruição sem protesto. De acordo com o jornal, Serpa Pinto não aceitou o negócio, mas ele seria tentado mais uma vez como relatado em “Com a boca na botija... Um emissário de Bernardes pilhado em flagrante quando tentava subornar o Sr. Serpa Pinto!” (05/01/1922) que nova tentativa de suborno do dr. Serpa Pinto pelo seu parente, João Mourão, de Araras São Paulo. Este teria oferecido 400 contos de réis para que Serpa Pinto falsificasse o laudo das cartas insultuosas. O fato ocorrido é que Serpa Pinto avisou os jornais *Correio da Manhã*, *A Noite* e *O Imparcial* do que estava pra ocorrer e estes cobriram o encontro dos dois para firmar o acordo. Serpa Pinto não deu queixa na polícia em respeito aos laços de parentesco com João Mourão. O *Correio da Manhã* classifica essa atitude como desespero de bernardistas.

Serpa Pinto foi parte de manchete também no dia 22 de dezembro de 1921 em “A lama do bernardismo – Agressões ao perito do Club Militar, dr. Serpa Pinto”. Artigo procura

defender as acusações que colocam em dúvida a idoneidade do sr. Serpa Pinto como perito que examinará as cartas insultuosas.

Com o bernardismo a nossa linguagem accresceu-se de um termo que suppura. Elle é synonymo de corrupção, falta de vergonha, venalidade, perfídia, covardia e miséria. É o peculato que resvala nas emboscadas de sangue. É o suborno que se ceva na mentira. É a calúnia erigida em argumento [...] o pavor dos que sabem réprobos e tremem de si mesmos.

As matérias do matutino carioca, com freqüência rebatem hipóteses expostas por bernardistas que procuram provar sua falsidade como em “Em pratos limpos” (23/12/1921) que é uma extensa matéria em que são exibidos argumentos que refutam a hipótese defendida pelos apoiadores do candidato da convenção de que este não poderia ter escrito a carta que data do dia 3 de junho de 1921 sobre o banquete, pois não haveria tempo para saber dos acontecimentos até tal dia, visto que se encontrava em Belo Horizonte e o banquete foi no distrito federal. “Se o que resta no bernardismo para provar a falsidade da carta de Bernardes é a demonstração de que ella não poderia ter sido escripta a 3 de junho, então não pode haver a menor duvida de que o documento é verdadeiro [...]”.

“Experiente desprezível” (28/12/1921), extenso artigo relata sobre a Assembléia do Club Militar que se realizará hoje para divulgar o resultado das investigações sobre as cartas insultos ao exército, de autoria de Arthur Bernardes. “Trata-se de um dos episódios mais culminantes da história deste país”.

Segundo o artigo, que traça uma cronologia do caso, a comissão do Club Militar não foi autorizada por Bernardes como divulga a imprensa bernardista; ela ocorreria quer ele quisesse ou não, pois se trata de um caso de honra pelas forças armadas. Bernardes enviara delegados a fim de promoverem confusão no ambiente calmo da comissão, assim que sentissem que o resultado seria desfavorável ao candidato.

Ainda de acordo com o artigo, Bernardes e seus comparsas tentaram invalidar o resultado da comissão, fazendo percorrer dentro dos quartéis uma moção de repúdio aos atos do Club Militar, argumentando que se trata de um assunto político e que os militares não deveriam se envolver. Para este objetivo, utilizaram gente como o general Gomes de Castro que tentou tumultuar e colocar em descrédito o trabalho da comissão do Club.

O artigo ainda defende que há um favorecimento por parte do presidente Epiácio Pessoa em arquivar o processo e dar a este um aspecto político, o que tornaria todo o trabalho “inválido” pois por este prisma, defende ânimos políticos e não esclarece cientificamente um fato.

Após a publicação do resultado da análise pericial do Club Militar, que resultou na declaração de que as cartas eram autênticas e foram escritas pelo candidato da convenção, o jornal, como não poderia deixar de ser, aproveitou o momento para dar como certa a derrota de Bernardes. “Vencido e Humilhado” (30/12/1921) procura atingir o presidente da república, considerado apoiador de Bernardes, relatando em extenso artigo que mesmo com toda a influência exercida por Eptácio Pessoa em sabotar ou ao menos adiar para depois das eleições o resultado da perícia do Club, não obteve sucesso, o que fez com que saísse da batalha para proteger o senhor Arthur Bernardes vencido e humilhado.

Para esclarecer a atitude do Club em não punir juridicamente o candidato Bernardes mesmo após concluir com autênticas as cartas, publica-se a transcrição de uma carta do Club Militar em que este reitera o veredicto em reação às cartas e entrega o “julgamento” à nação, por não ter qualidade jurídica para “promover seção em desaffronta das corporações offendidas” (“O Club Militar julgou necessário publicar o seguinte [...]” - 11/01/1922).

Ainda em relação à declaração do Club, o jornal publica a matéria “A imprensa bernardista exultou [...]” (05/01/1922) que relata que a imprensa bernardista publicou uma carta de apoio de Wenceslau Brás a Arthur Bernardes em que este afirma que o candidato está sendo vítima de uma injustiça. O *Correio da Manhã* contesta esta afirmação alegando que tê-la antes da apuração era até plausível, contudo, agora que já foi analisada por técnicos especialistas sob a supervisão de militares competentes, não deveria restar mais dúvidas sobre a autenticidade das cartas insultuosas.

“O bernardismo como sempre andou ligeiro [...]” (26/02/1922) aparente ser mais uma notícia acerca das cartas e dos laudos que a seguiram, mas nada mais é que uma tentativa de colocar os adeptos a Ruy Barbosa contra Bernardes. O artigo relata que Arthur Bernardes apresentou à imprensa um laudo de um perito judiciário francês, sr. Pellat. Segundo o artigo, isso demonstra um desaforo (e não o primeiro) que “o ilustre senador bahiano sofre do esperançoso Rolinha”, pois Ruy Barbosa negou em sua carta que defende Arthur Bernardes, qualquer validade pericial em documentos cuja origem não seja evidente; uma “pequena desatenção do mé”. Ainda contestando as defesas dúbias dos bernardistas, o sr. Simões Correa (perito de Bernardes) declarara tempos antes que não concordava com os métodos que Pellat utiliza em seu ofício.

Como se sabe, para defender-se do resultado da perícia do Club Militar, Bernardes escreveu uma carta aberta à nação, que não foi surpresa para o jornal carioca como exposto na nota “Pingos & Respingos - O sr. Bernardes está escrevendo um manifesto à nação [...]” que indica que Bernardes estaria escrevendo uma declaração à nação: “Em desespero da causa, o

infeliz perde a noção das coisas e espera que a grande acusadora sirva do juiz dos seus actos. Coitado!”.

O que foi recebido como uma patriótica declaração de amor à nação pela imprensa aliada, para o *Correio da Manhã*, não passou de uma confissão de culpa. “Cynico e Mentiroso” (31/12/1922), extenso artigo que comenta, entre características como teimoso, patife, ambicioso, energúmeno, falta de brio e desfaçatez, a carta aberta que Bernardes publicou nos órgãos de imprensa do partido republicano, dissertando acerca do resultado do laudo do Club Militar e garantindo a sua candidatura inalterada. Segundo interpretação do *Correio da Manhã*, no entanto, “todo o mau palavreado do sr. Arthur Bernardes se resume, entretanto, numa sentença: elle só mente, contra a nação e as forças armadas, a sua candidatura a presidencia da Republica, porque não tem mais um pingão de vergonha [...] Ninguém o quer. Todos o detestam”. O artigo ainda comenta que mesmo que Bernardes se eleja, não conseguirá governar, pois estará sozinho: as forças armadas não o apóiam, o povo seria o primeiro a tirá-lo “a pontapés” e só sobrariam os politiquinhos que o segue.

Ainda sobre a carta de Bernardes o artigo “Um fato notável na estratégia do bernardismo [...]” (01/01/1922) informa que “gente do Mé” tornaram a manifestação da carta aberta de Bernardes o centro das atenções, por sua vez, sem qualquer manifestação contrária ao resultado da comissão do Club assumindo assim, que o resultado que já era previsto, é considerado verdadeiro até pelos patrícios do “Rolinha viçoso”.

Além de todos os ataques diretos aos personagens principais e o episódio das cartas que recheavam as colunas do matutino carioca de Edmundo Bittencourt, várias outras abordagens de difamação e ataques eram utilizados pelo jornal com o objetivo de promover a candidatura de Nilo Peçanha e destruir a imagem de Bernardes e seus aliados.

### **2.13. Arthur Bernardes: sempre notícia**

“No bom caminho” (27/12/1922), “O rebanho do Mé não se cansa de apregoar as virtudes [...]” e “Em vista do fracasso do projeto de defesa permanente do café [...]” (23/01/1922) questionam supostas virtudes apregoadas pelos correligionários de Bernardes em relação à sua gestão como governador de Minas Gerais. Durante o período pesquisado, o *Correio da Manhã* publicou vários exemplos de má administração de Bernardes desde os tempos iniciais da sua carreira política como deputado em Viçosa.

O jornal ainda caracteriza com cínico um telegrama que Bernardes enviara ao presidente Epitácio Pessoa “Cynismo e Desfaçatez” (19/02/1922) no telegrama, Bernardes

recomenda imparcialidade no pleito e liberdade nas urnas nas eleições de 1º de Março. Segundo o artigo, o telegrama todo é falso, visto os meios torpes que o bernardismo utiliza para manter uma candidatura imperialista.

Ridicularizando as declarações de manifesto de Bernardes, “Notas de Bello Horizonte [...]” (13/01/1922), com apelo sarcástico, conta que Arthur Bernardes estaria sofrendo de alucinações: “Até o vento me hostiliza!” é o que ele grita quando na madrugada levanta, abre as janelas e sente a lufada do vento. Essa nota é dada fazendo referência às reclamações de Bernardes pela hostilidade da imprensa e de políticos. Segundo o jornal, nada mais é do que o repúdio popular que lhe incomoda. Delírio do réprobo candidato.

Além de procurar ridicularizar o próprio candidato, o *Correio da Manhã* divulga inúmeras notícias depreciativas de seus auxiliares de campanha e correligionários de Bernardes como o Coronel Bueno Brandão (“Pingos e Respingos” – 23/12/1921, “O Bernardismo e as classes armadas - Mais uma intriga que se desfaz e mais uma mentira que se desmascara” – 13/01/1922), Camillo Prates (“Os senadores e deputados do Mé [...]” – 13/01/1922) e Aurelino Leal “diretor da succursal do bernardismo na Bahia” (“O comandante da guarnição da Bahia [...]” – 01/01/1922, “General Político” – 02/01/1922).

Este último, coordenador de campanha de Bernardes na Bahia, é relacionado com um correspondente da Agência Star de Notícias (“O deputado Villas-Boas desmascarando a Agência Star” – 11/12/1922). O artigo transcreve um telegrama enviado pelo deputado Manoel Reis para J.J. Seabra em que este, por sua vez, transcreve um telegrama que recebeu do deputado estadual Candido Villas-Boas dizendo que não é correspondente da Agência Star como chegou a mesma a distribuir nos jornais cariocas que alimenta. Segundo o telegrama, o verdadeiro correspondente da agência é o Sr. Manoelito Bittencourt, sobrinho de Aurelino Leal. Esta informação confirma a posição de disseminador de notícias na região baiana do correligionário de Bernardes.

E é da Bahia que vem uma das notícias que, segundo o jornal carioca, trata-se de mais uma mentira. O artigo “O bernardismo na Bahia” (15/12/1921) desmente a publicação feita por um jornal carioca órgão do Partido Republicano, em que afirma que Seabra sai em viagem ao Rio Grande do Sul buscar um terceiro candidato conciliatório. O *Correio da Manhã* acredita que é invencionice do bernardismo e que só estes poderiam estar pensando em conciliação, pois perceberam que a derrota nas eleições é certa. Ainda segundo o diário carioca, o jornal *Diário da Bahia* fez uma entrevista com Seabra esclarecendo as fofocas, em que o candidato à vice-presidência afirma que vai ao sul em propaganda para sua chapa.

Esta não foi a única notícia relacionada à possibilidade de um terceiro candidato no pleito. “Tópicos & Notícias - Do nosso serviço telegraphico destacamos o despacho que publicamos abaixo [...]” (29/12/1921) trata-se de uma nota que publica um manifesto paulista de eleitores do partido governista que não querem votar nem Bernardes e nem em Nilo, portanto almejam que Ruy Barbosa lance sua candidatura como sendo uma candidatura neutra. A nota termina assim: “[...] embora os proprios promotores do movimento o considerem negativo”, ou seja, improvável que se realize “o gesto prova, todavia, que começam a desgarrar muitos eleitores do situacionismo, julgados firmes”.

A retirada da candidatura de Bernardes também é dada como necessária e até iminente, como escrita por Ximeno Villeroy em “Haja o que houver” (23/12/1921) em que o autor relata um caso dos militares, que segundo ele, eram alinhados à candidatura de Bernardes ou, como ele denomina, “Esperança morta”. E termina, referindo-se à Bernardes: “Haja o que houver [...] mortus est pintus in casca!”.

#### 2.14. Propaganda dissidente

No dia 28 de janeiro, o mesmo Ximeno Villeroy lança um livro que seria anunciado no jornal (28/01/1922 – 2 vezes, 03/02/1922 – 2 vezes e 14/02/1922 – 2 vezes) sempre entre as colunas que tratavam da sucessão presidencial.

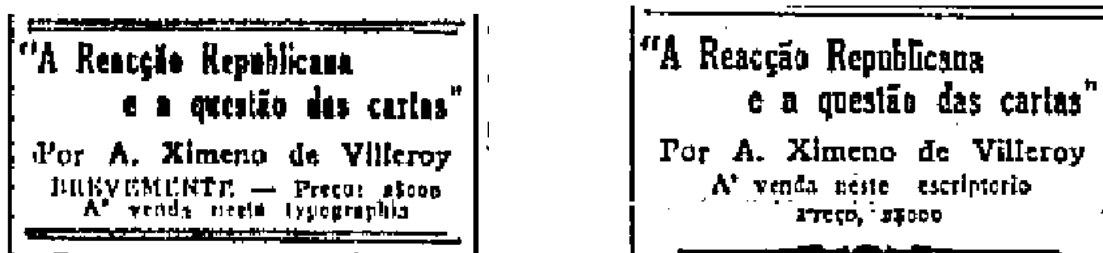


Ilustração 3: Anúncios do livreto de Ximeno Villeroy

Em 3 de janeiro, “Tópicos & Notícias” traz uma nota que aconselha os políticos mineiros a deixarem de apoiar a candidatura de Bernardes depois da resolução do Club Militar e “Hontem, no Senado”, do mesmo dia, trata-se de um artigo que mostra que alguns políticos pensam que se tornou inviável a candidatura bernardista. Além disso, segundo o jornal, vários políticos têm se manifestado em favor da candidatura de Nilo Peçanha.

Alguns números também foram publicados nas edições do jornal carioca. “A Sucessão Presidencial – A qualificação eleitoral no Rio Grande do Sul” (09/01/1922) é uma nota que indica o andamento da qualificação eleitoral no Rio Grande do Sul, e ressalta que em Venancio Aires, nenhum deles é opositorista, ou seja, nenhum apóia a candidatura de Bernardes e termina trazendo um levantamento de inscritos da região:

Pelotas: 1.755 eleitores

Santo Ângelo: 1.250 (parte federalista, parte bernardista)

Santo Antonio da Palmella: 2.000 todos republicanos

Os prognósticos eleitorais aparecem apenas em um artigo: “Está correndo mundo, editada e reeditada...” (27/02/1922), indica que os jornais bernardistas estão publicando uma “estatística eleitoral”. Segundo o artigo, os bernardistas contam com os seguintes votos:

Distrito Federal: 20.000 Total, 11.000 Bernardes/Urbano, 9.000 Nilo/Seabra

Ceará: 12.000 Total, 10.000 Bernardes/Urbano, 2.000 Nilo/Seabra

Amazonas: 7.000 Total, 5.000 Bernardes/Urbano, 2.000 Nilo/Seabra

Pernambuco: 38.000 Total, 3.000 Bernardes/Urbano, 35.000 Nilo/Seabra

Os números também informam o leitor do *Correio da Manhã* em “O cynismo da política do Rolinha [...]” (27/12/1921) em uma nota que indica uma encomenda feita à papelaria Gomes Pereira de 500.000 títulos de eleitores para Minas Gerais e 200.000 títulos para o estado do Maranhão, além de 500 livros destinados ao processo do pleito. O jornal então conclui: “Ahi está como o bernardismo se prepara para o pleito: organizando a fraude”.

Variando sua abordagem na “cruzada anti-bernardista”, o jornal carioca publica notícias relacionadas ao meio musical do período, sempre relacionadas ao candidato da chapa da convenção. “O chefe da dansa” (24/12/1921) é uma nota que informa que um “pseudo médico” (Alayde Figueiredo), presidente do bloco carnavalesco Arthur Bernardes, foi preso por desacato à um soldado da Polícia Militar. “Vae a caminho da Europa [...]” (03/02/1922) trata-se de um artigo que relata a ida do conjunto que se denomina “Os Oito Batutas” para a Europa. A notícia se justifica pelo foco dado no artigo: ali o jornal explora o fato de um dos grandes sucessos no repertório do grupo é a marchinha carnavalesca “Ai seu Mé”. A marchinha aparece novamente em “O ‘Ai, seu mé!’ em Natal” que relata um episódio em que, na presença de correligionários de Bernardes, o povo entoou a música “Ai, seu mé!” no baile a fantasia do Natal Clube. “Foi preciso que a música repetisse mais dez vezes o ‘Ai, seu Mé!’”.

Outra marchinha também ocupou as páginas do jornal: “O Club do Mé”<sup>32</sup> (27/02/1922) é uma coluna que transcreve na íntegra, a letra de uma marchinha de carnaval “Para ser cantada com qualquer música”. A letra ataca Bernardes e seus correligionários.

### 2.15. Considerações

A disposição oposicionista do jornal carioca não podia deixar de apurar com precisão o episódio mais escandaloso das eleições presidenciais que se tinha notícia até então: as cartas injuriosas ao exército.

Tal episódio foi a energia motriz da campanha que o *Correio da Manhã* encabeçou, contra a candidatura de Bernardes à presidência do país. Em grande parte do período estudado, o candidato mineiro era chamado pelos seus apelidos vexatórios (alguns deles criados na redação do próprio jornal) como Rolinha, Seu Mé e ainda, o autor das cartas insultuosas, mesmo antes que qualquer laudo apoiasse tal autenticidade.

O jornal não poupou colunas para difamar, ofender e menosprezar o candidato da convenção bem como seus aliados e conterrâneos. Tal campanha difamatória chegou a afetar um dos mais, senão o mais importante político do período, Rui Barbosa, que ao defender Bernardes em carta aberta na imprensa, teve como resposta o desdém e descrédito do matutino carioca e do seu diretor, Edmundo Bittencourt.

## 3. O Estado de S. Paulo

O jornal *A Província de São Paulo* com oficina e escritório localizados na rua do Palácio, nº 14, São Paulo, Capital, teve seu primeiro número em circulação no dia 4 de janeiro de 1875, com tiragem de 2.000 exemplares “com 5 colunas largas, em 4 páginas. O logotipo era em letra de forma. Os títulos sempre em apenas 1 coluna. O tipo (corpo) variava entre o 8 e o 10” (ESTADÃO, 2008, s.n.). A cidade que cobria estava em franca expansão, com seus 31 mil habitantes, sendo na sua grande maioria, imigrantes de toda parte do mundo, principalmente da Itália.

O matutino paulista já nasce com ideais concretos; tinha como primeira missão, lutar contra a escravatura e, possuía em suas bases, a verve de uma república independente e soberana. Segundo Estadão (2008, s.n.), daí a importância de sua fundação: o fato de “ser o

---

<sup>32</sup> Ver anexo 5

primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista, por meio dos textos contundentes de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, seus primeiros redatores” e também proprietários. Estes, juntamente com outros 14 idealistas republicanos participantes da Convenção de Itu em abril de 1873, segundo Fabbri (2002, p.66) perceberam a “necessidade de se criar um veículo de comunicação para divulgar os ideais defendidos na convenção”.

Segundo Fabbri (2002, p.66) e Estadão (2008, s.n.), o jornal inova a forma de venda de seus exemplares avulsos. “O francês Bernard Gregoire, montado num burro, oferecia o jornal em todos os recantos da cidade, indo até suas extremidades da época: da Luz à Liberdade e de Santa Ifigênia ao Brás (ESTADÃO, 2008, s.n.)”. Tal figura ficou imortalizada no selo “Ex-Libris” utilizado pelo Grupo Estado nos dias de hoje.

Contudo, a postura oposicionista ao regime imperialista e francamente republicana só seria assumida em 1884 “quando passou a ser propriedade de Alberto Salles & Cia” e neste mesmo ano, a redação e a gerência do jornal recebe mais um colaborador: Júlio Mesquita.

Em 1885, o antilusitanismo de Salles quase leva o jornal à falência, segundo Estadão (2008, s.n.) “todos os anunciantes portugueses boicotam a empresa. Alberto Salles retira-se e o jornal é salvo por Júlio Mesquita: filho de portugueses, o jovem redator habilmente traz de volta os enfurecidos clientes”. Dois anos depois, o jornal sofre novas alterações gráficas e com um maior formato, o jornal passa a ter 8 colunas.

De acordo com Estadão (2008, s.n.), em 1888

“A *Província* passa a pertencer à firma Rangel Pestana & Cia. Júlio Mesquita, além de redator, torna-se gerente. O formato do jornal foi aumentado mais uma vez. Durante uma crise de fornecimento de papel, o jornal passou a ter 7 colunas, temporariamente. A tiragem atinge 4.000 exemplares”.

No mesmo ano, o jornal teve sua primeira grande conquista política quando no dia 13 de maio foi declarada a tão esperada abolição da escravatura.

No ano seguinte, segundo Fabbri (2002, p.67) “veio a segunda e principal vitória com a proclamação da República” no dia 15 de novembro de 1889.

Desde o primeiro dia do ano de 1890, o jornal adota o nome *O Estado de S. Paulo* seguindo “o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República” e em 1896 “o jornal passa a sair com 9 colunas [...] a tiragem atinge 10.000 exemplares. Sai o primeiro ‘Almanaque do Estado’” (ESTADÃO, 2008, s.n.).

Ainda de acordo com Estadão (2008, s.n.), “a modernização do jornal acompanhava o espantoso crescimento da cidade que havia decuplicado sua população nos 35 anos

posteriores à chegada da ferrovia”, em 1865 quando a cidade contava com apenas 25 mil habitantes.

Em 1902, depois de um histórico de alterações no quadro societário, o jornal foi vendido e passa a ter um único proprietário: Júlio Mesquita, genro de José Alves de Cerqueira César, um dos 16 fundadores do matutino paulista.

Neste mesmo ano Júlio Mesquita e Cerqueira César lideram a 1ª dissidência republicana, iniciando a partir de então uma linha de oposição sistemática aos governos estadual e federal. Durante todo o transcorrer posterior da chamada República Velha (até 1930) o jornal se colocou ao lado dos contestadores do viciado sistema eleitoral conhecido pejorativamente como "bico-de-pena", caracterizado pelo voto em aberto e manipulação fraudulenta (ESTADÃO, 2008, s.n.).

*O Estado de S. Paulo* já era considerado um grande órgão de imprensa do estado e alcançava a tiragem de 18 mil exemplares diários com média de 16 páginas.

O jornal, que encabeçou no estado dois importantes movimentos político-sociais, o republicano e o abolicionista, não teve o mesmo sucesso nas campanhas presidenciais. Em 1909 [o jornal] apóia a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República, a chamada "Campanha Civilista", em oposição ao candidato oficial, o Marechal Hermes, um militar. Hermes vence, segundo Estadão (2008, s.n.), graças a fraudes eleitorais. E, apesar do grande envolvimento e sucesso de Julio Mesquita na política, o candidato apoiado pelo *Estadão*, Ruy Barbosa, é derrotado em mais um pleito presidencial em 1919, quando concorreu com o pernambucano Epiácio Pessoa.

Contudo, a vocação política do jornal já estava consolidada. Sempre envolvido com movimentos sociais e políticos, *O Estado de S. Paulo* imprimiu em sua história, marcas de um órgão engajado e preocupado com as questões nacionais.

Júlio Mesquita dirigiu o jornal até sua morte, aos 65 anos, em 15 de março de 1927. Seus filhos Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita assumem a liderança do jornal

Em plena revolução de 1930, o jornal alcança a tiragem de 100 mil exemplares e os dirigentes do jornal, constitucionistas, são presos e posteriormente exilados em Lisboa.

Tal exílio seria o primeiro de vários e o jornal se torna um dos símbolos do combate à ditadura. Segundo Estadão (2008, s.n.).

em fevereiro [de 1964] a tiragem de “O Estado” ultrapassa 340.000 exemplares. No dia 25 de setembro a AII (Associação Interamericana de Imprensa) protesta contra a censura sofrida pelo “Estado” ao comentar a morte do ex-presidente Castello Branco.

Ainda segundo Estadão (2008, s.n.) Em 1969 morrem Júlio Mesquita Filho (em 12 de julho) e Francisco Mesquita (em 8 de novembro) passando o comando para Júlio de Mesquita Neto e José Vieira de Carvalho Mesquita. Júlio de Mesquita Neto fica como Diretor Responsável até 1996, quando falece e o cargo é assumido por Ruy Mesquita que assina tal função até os dias atuais quando o jornal tem tiragem média de 280 mil exemplares e é distribuído em todo o território nacional e outros países<sup>33</sup>.

No período pesquisado o *Estado de S. Paulo* tinha nove colunas e de 8 a 12 páginas. Na primeira página, como outros jornais da época, estampava notícias internacionais que recebia de seus correspondentes no exterior via telegramas, de agência de notícias ou republicadas de outros jornais.

Algumas colunas eram fixas e publicadas quase que diariamente como, por exemplo “Telegrammas do Exterior”, “O que há de novo”, “Notícias do Rio” e “Política Nacional”. Dentro da coluna “Política Nacional” era abordado o assunto das eleições através do subtítulo “Successão Presidencial”, que por sua vez, trazia o título das notas e artigos que seriam noticiados. Todas as notícias veiculadas pelo jornal relacionadas às eleições presidenciais se encontravam nesta coluna. Ocasionalmente, cronistas e artigos de articuladores eram publicados em outras partes e colunas do jornal.

### **3.1. Os pronunciamentos de deputados e senadores**

Dentre essas notícias eram comuns as transcrições, parciais ou totais, de sessões da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, da Câmara dos Deputados Federais e do Senado.

Nas sessões, candidatos situacionistas, aliados a Arthur Bernardes (ocasionalmente denominados nos textos como “Maioria”) e os candidatos de oposição, aliados a Nilo Peçanha, se confrontavam defendendo seus respectivos candidatos.

“Na Câmara – O governo Nilo Peçanha – Discursos dos srs. Octávio Rocha e Gonçalves Maia” / “No senado – a política da Parahyba” (01/12/1921), “No Rio - O sr. Afrânio de Mello Franco e os ataques do ‘Correio da Manhã’” / “O caso da Sul Mineira na câmara” (02/12/1921), “No Rio – Na Câmara – Os debates sobre a questão das candidaturas – discurso do sr. Joaquim Osório” (04/12/1921), “O passado político do sr. Nilo – discurso do

---

<sup>33</sup> Mais informações estão disponíveis em <http://site.estadao.com.br/historico/index.htm> e <http://www.grupoestado.com.br/midiakit/estadao/index.asp?Fuseaction=Circulacao>

sr. Vicente Piragibe na Câmara dos Deputados” (08/12/1921), “O caso da Guarnição Militar do Piauí na Câmara – Sessão tumultuosa – Os discursos” (09/12/1921), “No Rio - Os debates políticos na Câmara – a attitude das classes armadas - os discursos” / “Sessão agitada no Senado – Violentos apartes entre os membros da maioria e da minoria – A discussão entre o srs. Irineu Machado e Raul Soares” (10/12/1921), “Na Câmara – discurso do sr. Joaquim Osório” (13/12/1921), “No Rio – Os debates políticos na Câmara – Discursos dos srs. Salles Filho e Vicente Piragibe” (17/12/1921), “Na câmara – A carta do sr. Antonio Prado ao sr. Nilo – o cônego Galvão fala sobre a questão religiosa” (22/12/1921), “Na Câmara – Discurso do sr. Francisco Valladares” (24/12/1921), “Os debates políticos na Câmara – o que tem sido a vida política do sr. Nilo Peçanha – Discurso do sr. Francisco de Campos” (25/12/1921), “Câmara Federal – declaração de um deputado mineiro” / (27/12/1921), “Os debates políticos na câmara – sessão tumultuosa – discurso do sr. Gumercindo Ribas – O sr. Odilon de Andrade faz profissão de fé ‘nilista’ – O sr. Bueno de Brandão é impedido de falar na hora do expediente” (28/12/1921), “A defesa de Minas – discurso do sr. Bueno Brandão na Câmara” (29/12/1921), “As discussões sobre o laudo na câmara – sessão tumultuosa – apartes violentos – a sessão é suspensa e em seguida reaberta – os discursos” / “No senado – uma alteração entre os srs. Álvaro de Carvalho e Paulo de Frontin” (30/12/1921), “Homenagem dos membros da maioria da câmara ao sr. Bueno Brandão” / “No Senado – discursos dos srs. Irineu Machado, Miguel de Carvalho e Vespucio de Abreu” (31/12/1921) e “O discurso do sr. Carlos de Campos na Câmara” (01/01/1922) são notas e artigos que retratam e, em alguns casos, transcrevem as sessões das Câmaras de Deputados Federal e Estadual e do Senado.

Dentre essas matérias algumas revelam discussões ferrenhas entre partidários das eleições. “Sessão agitada no Senado – Violentos apartes [...]” (10/12/1921), é um extenso artigo que reproduz a discussão entre vários senadores acerca do momento político-eleitoral do país. Abaixo são destacados alguns trechos que retratam os “violentos apartes” referidos no título da matéria.

Na transcrição, o senador Benjamin Barroso, acusa o governo de censura a desafetos políticos e às forças armadas:

O presidente, pelos seus actos, censurando ou reprehendendo os officiaes da 6ª região dirigida pelo general Cardoso de Aguiar, censurando os professores e officiaes do collegio millitar do Ceará e agora mandando prender e sujeitar a castigo de prisão com trabalho diário à guarnição do Piauí, deu-nos o direito de suspeitar que está querendo deixar levar-se pela onda daquelles que querem trucidar a liberdade dos outros.

E defendeu as forças armadas que segundo ele

são partes integrantes e essenciaes do organismo nacional, com as quaes a propria nação gasta largas sommas e muitas vezes com enorme sacrificio para mantel-as dignas, honradas e preparadas para a grande missão de vigiar a sua intangibilidade, sua independência.

Ainda segundo o jornal, os senadores Antonio Azeredo e Raul Soares, correligionários de Bernardes, tiram satisfações em relação a declarações do senador Irineu Machado, nos comícios em favor de Nilo Peçanha:

Antonio Azeredo: “Porque motivo (...) havia de procurar injuriar-me”

Irineu Machado: “Qual expressão achaste injuriosa?”

Antonio Azeredo: “Syphiliticos moraes”

Raul Soares: “Eu não reconheço em v. exa. Autoridade moral para falar em syphiliticos moraes! Não o reconheço completamente!”

Procurando acabar com a discussão, Irineu Machado “termina [seu discurso] levantando vivas ao Exercito, a Republica, as forças armadas, e a Reacção Republicana, que foram correspondidas pelas galerias”.

Outra matéria que se destaca por retratar com detalhes as discussões do Senado Nacional durante o período eleitoral é “Os debates políticos na câmara – sessão tumultuosa – discurso do sr. Gumercindo Ribas – O sr. Odilon de Andrade faz profissão de fé ‘nilista’ – O sr. Bueno de Brandão é impedido de falar na hora do expediente” (28/12/1921) e a resposta em 29 de dezembro com “A defesa de Minas – discurso do sr. Bueno Brandão na Câmara”.

A primeira reportagem traz uma extensa declaração que questiona os senadores bernardistas que criticam Borges de Medeiros. Gumercindo Ribas tem como argumento que na ocasião da indicação de Bernardes na Convenção, políticos alinhados à candidatura nomeada “não se cansavam de oferecer [...] todas as garantias” aos políticos riograndenses e, depois que Borges “não pode dar o apoio do Rio Grande à candidatura de todo inviável do sr. Bernardes, não só pelos processos do seu lançamento, como pela ausência de títulos que recommendassem o candidato escolhido” o bernardismo “estrábico” voltou com suas “baterias contra os homens que na véspera cortejara”.

Ainda na mesma sessão, outros apartes são relacionados com as eleições presidenciais como o do senador Ephasio Salles que critica o candidato Nilo Peçanha pelas suas atitudes em 1916 a respeito do Acre e Odilon de Andrade que justifica sua saída do apoio à candidatura de Bernardes e o atual apoio à causa nilista como vontade dos seus eleitores de São João Del Rey. Respondendo a tal justificativa do sr. Andrade, vários são os apartes dos senadores da casa: “o sr. Maciel Júnior aparteia, dizendo que o orador se baptisa não no Jordão, mas nas

águas do Nilo” e “o sr. Gonçalves Maia: - Está se purificando, enquanto os outros permanecem na lama”.

O sr. Odilon, após protestos e injúrias trocadas entre nilistas e bernardistas, continua suas justificativas afirmando que “[...] Minas não é o ‘bernardismo’! É a sua vítima torturada e por elle subjugada. Ella não quer se escravizar ao tyranno e ao déspota [...]”

Segundo o jornal, após várias colocações contra o candidato da Convenção, o sr. Odilon foi aplaudido e em seguida, pela ordem, o sr. Bueno de Brandão (líder da maioria<sup>34</sup>) tomou a palavra mas foi impedido de fazer declarações por gritos proferidos pela minoria que protestava pois a vez era do sr. Souza Filho. Este por sua vez cedeu sua vez ao sr. Bueno de Brandão para que respondesse, o que não o fez.

Logo após, toma a palavra Francisco Salles que finaliza a discussão afirmando que o sr. “Odilon de Andrade corteja a popularidade” e o chama de traidor.

Na matéria do dia seguinte, temos a continuação da discussão entre nilistas e bernardistas com a palavra do sr. Bueno de Brandão. “A defesa de Minas – discurso do sr. Bueno Brandão na Câmara” (29/12/1921) é uma matéria que traz informações reunidas por Bueno Brandão que “investigou” a vida de Odilon de Andrade para verificar suas razões para ter abandonado a causa bernardista e conclui que foi por não ter recebido, na hora que queria, o cargo de líder do partido em São João Del Rey e que a população estava contra Bernardes por acharem que algumas atitudes que o governo federal tomou e que afetaram a cidade eram de responsabilidade do governo mineiro, que nada tinha haver com o assunto.

Em relação ao sr. Odilon ter chamado alguns políticos mineiros de déspotas e tiranos, ele reage: “despotas e tyrannos. Quaes são eles? [...] Onde estão os actos de despotismo e vandalismo? Não se acusam os homens de governo com palavras vans; é preciso apontar suas falhas”.

Termina por salientar o “apoio que todo o clero de Minas dá ao candidato” da Convenção e acrescenta que Minas “terá de responder aos insultos grosseiros da imprensa e saberá repelir dignamente as ameaças da chamada Reacção Republicana [...] nas urnas e em qualquer terreno!” e que Minas não está sozinha, “tem amigos que a acompanham serenamente, sem constrangimento”.

### 3.2. Mal-entendidos

---

<sup>34</sup> “Maioria” era a denominação dada aos situacionistas que apoiavam a candidatura Bernardista. Tal expressão aparece com frequência nos textos do *Estado de São Paulo*, acompanhadas quando necessário de “As Minorias” como referência aos políticos favoráveis à candidatura de Nilo Peçanha na casa.

As discussões entre correligionários dos candidatos à presidência também geraram equívocos e boatos que são retratados no jornal. Várias notas com a alcunha de “desmentido” são veiculadas nas colunas do *Estado de S. Paulo*. Grande parte destas notas são publicações de personalidades públicas que vêm esclarecer quais são seus candidatos preferidos negando boatos correntes ou publicações dos jornais (dissidentes ou situacionistas).

Um exemplo de nota para desmentir boatos é “Intendente Pio Dutra e a candidatura Nilo Peçanha – desmentido” (01/12/1921). Esta nota reproduz declaração em que Pio Dutra desmente que fora visitar Nilo a fim de prestar apoio à sua candidatura. Ao contrário do que foi publicado, ele não foi prestar apoio e sim “ouvir a leitura de um trecho relativo ao districto Federal que consta do manifesto que o chefe dos dissidentes está elaborando”. O político afirma com veemência que “continua a apoiar firmemente a candidatura do sr. Bernardes”.

“Em Minas – Desmentido a uma afirmação do ‘Correio da Manhã’” (08/12/1921), “Attitude dos militares – uma carta do coronel W. Castilho Lima” (28/12/1921), “Um desmentido do sr. Lauro Sodré” (04/01/1922), “No Paraná – o sr. Affonso de Camargo e a chapa da convenção nacional” (15/01/1922), “Em Minas – A candidatura do sr. Nilo Peçanha” (04/02/1922) e “O Estado de Goyaz e a questão das candidaturas” (18/02/1922) são transcrições de telegramas e notas que negam o apoio a Nilo Peçanha conforme declarações dos candidatos dissidentes ou publicações dos jornais que apóiam os candidatos da Reacção Republicana.

Por outro lado “Em Pernambuco – O sr. Manuel Borba” (04/12/1921) e “Declarações do sr. Estácio Coimbra” (26/02/1922) são notas coletadas no período em que personalidades desmentem declarações de que teriam deixado o apoio ao candidato Nilo Peçanha e estariam apoiando agora os candidatos da convenção.

### **3.3. O fundamental apoio dos correligionários**

Contraopondo com as publicações que visavam desmentir os boatos, havia também, e em maior número, publicações que declaravam ou reiteravam o apoio de personalidades às candidaturas de Arthur Bernardes e de Nilo Peçanha.

As notas “Em Minas – Alfenas e o momento político” (04/12/1921), “Em Minas – Manifestações em favor das candidaturas de Arthur Bernardes e Urbano dos Santos” (05/12/1921), “Em Minas – Chapa Bernardes – Urbano Santos no Norte” / “Comício pró-Bernardes na praça Floriano Peixoto” (10/12/1921), “Felicitações ao sr. Arthur Bernardes”

(14/12/1921), “Em Minas – Protestos de solidariedade a candidatura do sr. Arthur Bernardes” (16/12/1921), “Em Minas – Os riograndenses e a candidatura da Convenção” / “As opiniões dos srs. Antonio Prado e Candido Rodrigues sobre o momento político – O que diz o ‘Diário de Minas’” / “A candidatura Bernardes no norte” (17/12/1921), “A Alliança Republicana e o sr. Bernardes” / “Moção de apoio à candidatura do sr. Arthur Bernardes” (24/12/1921) “Moção de Solidariedade” / “Em Minas – Telegrammas de solidariedade ao sr. Arthur Bernardes” / “Conferência pró Candidatura da Convenção / Novas adesões a candidatura da Convenção” (27/12/1921), “Os militares residentes em livramento e a candidatura Bernardes” (28/12/1921), “No Rio – Telegrammas de militares ao sr. Bernardes” (30/12/1921), “Telegrammas enviados ao sr. Bernardes” / “O senador Miguel de Carvalho” / “Em Minas – Os despachos telegraphicos recebidos pelo candidato da Convenção” / “Na Bahia – A candidatura do sr. Arthur Bernardes” (31/12/1921), “O capitão de corveta Alencastro Graça e o caso da carta” (01/01/1922), “Em Minas – um telegramma do sr. Washington Luis ao sr. Bernardes” / “Telegrammas de apoio ao sr. Bernardes” / “Grande manifestação de apreço ao sr. Arthur Bernardes” / “Adesão do Município de Macahé a candidatura Bernardes” (02/01/1922), “Em Minas – Telegrammas recebidos pelo sr. Arthur Bernardes” (04/01/1922), “Em Minas – Votos de solidariedade ao sr. Bernardes” / “Telegramma do sr. Bráulio Xavier ao sr. Arthur Bernardes” / “Em São Paulo – Telegramma ao sr. Presidente do Estado” (05/01/1922), “Telegrammas de apoio ao sr. Arthur Bernardes (08/01/1922), “No Rio Grande do Sul – A entrevista concedida pelo sr. Assis Brasil ao ‘Combate’ do Rio – Um telegramma dirigido ao eminente brasileiro” (10/01/1922), “Na Bahia – O situacionismo cearense e a candidatura da Convenção Nacional” / “Em Minas – Apoio à candidatura do sr. Bernardes” (12/01/1922), “Manifestações aos membros da Alliança Republicana do Rio” / “Em Minas – Propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (13/01/1922), “Em Minas – Propaganda da candidatura da Convenção Nacional” / “O Club Militar e o sr. Lauro Sodré” (14/01/1922), “Telegrammas ao sr. presidente do estado” / “A propaganda das candidaturas presidenciaes” / “A Câmara Municipal de São Carlos [...]” (17/01/1922), “No Rio – A attitude do partido situacionista parahybano” / “O sr. Ubaldino de Assis em Cachoeira” (19/01/1922), “Apoio á chapa da Convenção” (22/01/1922), “Em São Paulo – Propaganda da candidatura Bernardes” (23/01/1922), “O partido situacionista do Pará ratifica o seu apoio á candidatura do sr. Bernardes” / “No Rio – O sr. Lauro Sodré e as candidaturas presidenciaes” (25/01/1922), “Uma carta do sr. Vicente Piragibe” / “Telegrammas de solidariedade recebidos pelo sr. Bernardes” (29/01/1922), “Em Minas – Manifestação popular ao sr. João Luiz Alves – Discurso do secretario das finanças” (01/02/1922), “No Rio – O estado de Mato Grosso e as

candidaturas presidenciaes” / “Em Minas – Telegramma dirigido ao sr. Arthur Bernardes pelos funcionarios do departamento da saúde pública do Rio” (02/02/1922), “Um telegramma do sr. Arthur Bernardes ao sr. Bittencourt Filho” (05/02/1922), “O estado de Alagoas e as candidaturas presidenciaes – declarações do sr. Costa Rego” / “Em São Paulo – No Espírito Santo do Pinhal” (07/02/1922), “Partido Popular Campineiro” (08/02/1922), “No Rio – O Estado do Rio e a questão das candidaturas” / “Em Pernambuco – O operariado pernambucano e a candidatura da convenção nacional” (09/02/1922), “Em São Paulo – Attitude dos opposicinistas de Porto Feliz” / “As candidaturas presidenciaes em Sorocaba” (10/02/1922), “Manifesto dos funcionarios e operários federaes e municipaes” / “No Paraná - Defesa da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (11/02/1922), “Na Bahia – Adhesão á candidatura da Convenção Nacional” / “Em São Paulo – As próximas eleições” (14/02/1922), “Em Cerqueira César” / “Valiosas adhesões á candidatura do sr. Arthur Bernardes” / “Apoio do deputado Álvaro Cova á candidatura da Convenção Nacional” (15/02/1922), “Partido oposicionista municipal de Capivary” / “Apoio aos candidatos da convenção” / “Em Minas – Telegrammas recebidos pelo sr. Arthur Bernardes” / “Congelamento político” (16/02/1922), “No Rio - Comícios de propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes no Rio Grande do Sul” (16/02/1922), “Homenagem ao sr. Arthur Bernardes” (16/02/1922), “No Paraná – A questão das candidaturas” / “Em São Paulo – Apoio aos candidatos da convenção nacional” / “Adhesões á candidatura da convenção” (17/02/1922), “Na Bahia – Propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” / “Funcionlismo público” / “Apoio ás candidaturas da convenção nacional” / “O Partido Democrata de Capivary” (18/02/1922), “Apoio aos candidatos da convenção” (21/02/1922), “Na Bahia – A adhesão do deputado Miguel Calmon á candidatura do sr. Arthur Bernardes” / “A chapa da convenção e o eleitorado Bahiano” / “No Rio – Telegramma do coronel Pará da Silveira ao sr. Bernardes” (22/02/1922), “No Rio – Declarações do sr. Raul Barroso” / “Os funcionarios públicos e a chapa Bernardes-Urbano” / “Adhesão do eleitorado de Barra do Pirahy á chapa Bernardes-Urbano” (23/02/1922), “Novas adhesões à chapa Bernardes-Urbano” (24/02/1922), “As Eleições” (25/02/1922), “Futuro presidente da república – Gravidade da Escolha” / “Conferência política” e finalmente “No Rio - Apoio á chapa da convenção” (26/02/1922) tratam, sem exceção, de notas de apoio à candidatura de Bernardes e de Urbano. As notas trazem informações sobre manifestações e reuniões realizadas, convites a manifestações e reuniões, declarações de adesões às candidaturas; algumas coletivas - de órgãos de classe e outras individuais - de civis e militares. Todas as notas trazem apoio às candidaturas da Convenção e prometem votos aos candidatos Bernardes e Urbano.

Das manifestações citadas destacamos uma que resultou num discurso do candidato Arthur Bernardes. “Em Minas - Manifestação de apreço ao sr. Arthur Bernardes – discurso do candidato da Convenção Nacional” (02/12/1921) reporta a síntese, segundo o jornal paulista, de uma manifestação de apreço dos correligionários que o acompanharam em viagem ao Rio de Janeiro. Na ocasião, Bernardes ganhou como forma de homenagem uma “corrente de platina e pérolas”. Agradecido declarou que “processos indignos usados pelos seus adversários, os quaes, disse, aviltam a República” não o farão desistir da candidatura. “O candidato dissidente [...] adoptou a formula revolucionara ‘custe o que custar’. A essa formula o candidato da Convenção de 8 de julho contrapôs esta outra: ‘Haja o que houver’”. Bernardes continuou: “Haja o que houver não abandonaremos a luta, haja o que houver temos confiança plena na victoria eleitoral, haja o que houver, vencerá finalmente a nação contra os deturpadores do regimen”.

Destacamos ainda mais dois discursos em favor da causa bernardista. O primeiro “A defesa de Minas – discurso do sr. Bueno Brandão na Câmara” (29/12/1922) transcreve um discurso de Bueno de Brandão em que o senador salienta que o “apoio que todo o clero de Minas dá ao candidato” da Convenção e acrescenta que Minas “terá de responder aos insultos grosseiros da imprensa e saberá repelir dignamente as ameaças da chamada Reacção Republicana [...] nas urnas e em qualquer terreno!” e que Minas não está sozinha, “tem amigos que a acompanham serenamente, sem constrangimento”. O segundo trata-se de um artigo do Partido Republicano Mineiro que faz um apelo à população do estado para que elejam Bernardes e como argumento, a matéria traz comparações entre as candidaturas e que o povo mineiro terá que escolher “ou a democracia, centro da constituição e das leis, ou um simulacro de República, fruto da ambição e da insidia”. O artigo ainda coloca o povo de Minas como sendo os potenciais salvadores do país, pois conhece com mais proximidade a envergadura moral do candidato da Convenção e sentencia: “ou a nação intervém para impor a liberdade de voto na eleição do seu presidente, ou o Brasil será apenas uma expressão geographica, sem povo”.

E por fim, demonstrando o apoio católico a Bernardes, o artigo “Em Minas - Carta do novo bispo de Bello Horizonte ao sr. Arthur Bernardes” (10/02/1922), transcreve carta recebida por Bernardes na qual o novo bispo de Belo Horizonte, D. Antonio, o parabeniza pela candidatura e garante que seu voto está decidido em seu nome além de informar que o Rio Grande do Norte, sua paróquia anterior, certamente votará em massa no político mineiro.

### **3.4. Propagandistas da convenção**

O candidato da convenção contava ainda com um time de propagandistas que trabalhavam em seu favor. O jornal *Estado de São Paulo* trazia notas indicando as viagens de seus correligionários mais atuantes, comemorações e manifestações que promoviam e telegramas que recebiam e que eram, em sua maioria, respostas à telegramas enviados por eles mesmos solicitando apoio à chapa Bernardes-Urbano.

“Telegrammas recebidos pelo senador Raul Soares” (09/12/1921), “Em Minas – A propaganda da candidatura do sr. Bernardes” (14/12/1921), “Na Bahia – O desembarque do sr. Aurelino Leal” (18/12/1921), “Em Minas – A propaganda da candidatura Bernardes” (22/12/1921), “Propaganda da candidatura Bernardes” (24/12/1921), “A conferencia do general Gomes de Castro no Theatro S. Pedro – Acclamações ao sr. Bernardes – Os jornaes nilistas vaiados pelo povo” (25/12/1921), “Propagada da candidatura da Convenção nacional” (28/12/1921), “Manifestação de solidariedade ao sr. Arthur Bernardes” (02/01/1922), “No Rio – A propaganda da Candidatura Bernardes no Sul” (05/01/1922), “Homenagem dos membros da maioria da câmara ao sr. Bueno Brandão” (31/12/1921), “Comício Pró Bernardes” (01/01/1922), “Em Minas – A propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (08/01/1922), “A candidatura do sr. Arthur Bernardes” (10/01/1922), “A propaganda da chapa Bernardes-Urbano Santos na Bahia” (12/01/1922), “No Rio – Senador Raul Soares” (14/01/1922), “Em Minas – Propaganda da candidatura da Convenção nacional” (14/01/1922), “Em São Paulo – Propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” / “Chapa da Convenção” (16/01/1922), “No Paraná – O sr. Afrânio de Mello Franco” (17/01/1922), “No Rio – A attitude do partido situacionista parahybano” / “Na Bahia – A viagem do sr. Ubaldino de Assis á Bahia” (19/01/1922), “A chapa Bernardes-Urbano” (21/01/1922), “Manifestação ao sr. Aurelino Leão em Nazareth” (24/01/1922), “Na Bahia – A propaganda das candidaturas da Convenção Nacional” (03/02/1922), “Um artigo do sr. Mario Mello sobre as candidaturas da convenção” (16/01/1922) são notas e reportagens que trazem informações sobre a atuações dos propagandistas de Arthur Bernardes. Os nomes que mais aparecem no jornal paulista como sendo de coordenadores de campanha de Bernardes, além de Aurelino Leal e Raul Soares, conhecidos por terem sido incumbidos de tal tarefa na Bahia e em Minas (respectivamente) são: Mario Mello, general Gomes de Castro, Barbosa Lima, Estevan Pinto, Bueno Brandão, Raphael Caheda, Maciel Júnior, Honório Armond, Afrânio de Mello Franco e Demetrio Hanam.

E, sem citar os personagens, mas evidenciando o objetivo propagandista dos eventos e manifestações, “Em São Paulo” (16/12/1921), “No Rio – Comício pró Bernardes”

(16/12/1921), “Em São Paulo – O alistamento eleitoral – A chapa Bernardes-Urbano” (17/12/1921), “Em Minas - A propaganda da candidatura da Convenção Nacional” (10/01/1922) e “Chapa Bernardes-Urbano” (28/02/1922) indicam os eventos dos propagandistas e manifestações populares em favor de Arthur Bernardes.

“As agitações no Rio” (23/12/1921) é um artigo veiculado pelo jornal *O Dia* do distrito federal, de autoria do senhor Mario Pinto Serva, no qual diz que “se moveu em baixas camadas populares”, em que este critica a posição de Edmundo Bittencourt de inimigo do governo, seja ele qual for “que nunca poupou nenhum dos nossos mais conspícuos e mais notáveis homens de governo”.

Após duras críticas ao diretor do *Correio da Manhã*, o autor se dedica a evidenciar as qualidades de Arthur Bernardes, como quando fala sobre sua intelectualidade como sendo “a mais brilhante e vigorosa, destacando-se entre todos os políticos brasileiros da actualidade [...] o mais perfeito conhecedor dos assumptos nacionaes o mais ponderado dos espíritos, o mais penetrante sociólogo, o mais prudente político, o mais aparelhado dos administradores”.

Além disso, para o autor, analisando as obras políticas de sua carreira, percebe-se que Bernardes é o “conhecedor completo de todos os problemas políticos, sociaes, econômicos e financeiros do Brasil. A sua plataforma, ultimamente proferida, como candidato à presidência da República, é um dos mais hábeis e notáveis documentos políticos que jamais saíram da penna de um estadista brasileiro”.

O autor então termina seu artigo afirmando que “Arthur Bernardes é exactamente o estadista que convém ao Brasil no período de transição que ora atravessa e em que, felizmente, vamos aproando para novos rumos, norteados por novos ideaes, abandonando, assim, a política de phases feitas”.

Nem uma manifestação em favor da candidatura à presidência de Minas de Francisco Salles escapou dos correligionários de Bernardes. “Em Minas – A candidatura do sr. Francisco Salles a presidencia do Estado – Grande manifestação ao sr. Arthur Bernardes” informa sobre uma manifestação de lançamento da candidatura de Francisco Salles que estava sendo realizada no Teatro Municipal de Belo Horizonte e acabou sendo abafada por outra manifestação popular e, segundo o jornal espontânea, que gritava o nome dos candidatos do Partido Republicano Mineiro: Arthur Bernardes, Urbano dos Santos e Raul Soares. Tal manifestação foi até o palácio do governo onde o próprio Bernardes agradeceu, emocionado, tal manifestação popular. Ocorreram alguns pequenos incidentes controlados pessoalmente pelo chefe de polícia.

### 3.5. A face da “neutralidade” do *Estado de S. Paulo*

Contudo, também existiam manifestações contra a campanha de Bernardes, como “Em Pernambuco – artigo do sr. Gonçalves Maia” (12/12/1922), “O povo piauiense e a candidatura do sr. Arthur Bernardes” (07/02/1922) e “Propaganda pró Nilo-Seabra - A carta fatal” (21/12/1922) que se tratava de uma Extensa carta publicada pelo presidente da comissão Permanente da Reação Republicana no jornal *Combate* disserta sobre a carta atribuída a Bernardes e pede que este desista da sua candidatura à Presidência. “Um só homem, um só! – poderia, se quisesse, em um instante, fazer voltar a calma aos espíritos angustiados, fazer desaparecer as negras nuvens que se acumulam no horizonte, e restituir a tranqüilidade à nação, trazendo a paz, no momento em que a revolta está iminente. Mas elle não quer!”. O autor diz que a responsabilidade é também dos que persistem como “os governos de S. Paulo, de Minas e do sr. Epitácio, em manter a maldita candidatura”. A carta ainda prevê batalhas caso a candidatura seja mantida e afirma que “a vitória do dr. Nilo Peçanha [...] virá sem lutas sangrentas, mas com o voto unânime de todos os que amam a liberdade e o bom nome da pátria”.

“Contra a candidatura de Bernardes” de primeiro de dezembro de 1921, traz um comentário do sr. Gonçalves Maia sobre a declaração do senador Antonio Azeredo de que “as candidaturas dos srs. Bernardes e Urbano não foram bem inspiradas”, em seguida cita o general Barbedo que declarou “se o sr. Bernardes fôr eleito o exército deve ser dissolvido”.

### 3.6. Ameaças de golpe de estado?

E esta não foi a única publicação que sondava uma ameaça da posse de Bernardes em uma eventual vitória sua. Em “No Rio – Denuncia de uma conspiração militar – uma circular distribuída entre as forças do Exército” de primeiro de fevereiro de 1922, o *Estado de S. Paulo* transcreve uma circular publicada no *O Combate* que segundo o jornal, está sendo enviada para as guarnições militares dos Estados.

A circular convoca os militares para agirem em favor da posse de Nilo Peçanha “não votarmos no nosso inimigo Arthur Bernardes”. Contudo, a circular faz mais do que orientar a votação dos militares traz também ameaças de golpe de estado:

Se o sr. Bernardes for eleito impediremos aqui o seu reconhecimento pelo Congresso: se for reconhecido, impediremos a sua posse de qualquer modo! Em 15 de novembro não haverá governo; tomaremos conta do sr. Bernardes,

vivo ou morto, e, então daremos posse ao sr. Nilo ou proclamaremos um ditador.

A existência de tal circular é desmentida pelo general Carneiro da Fontoura, comandante da primeira região militar.

“No Rio – Palavras imprudentes de um official da marinha” (08/01/1922) é um artigo que informa a publicação nos jornais *O Rebate* e *A Noite*, de discurso para J. J. Seabra feito por um primeiro tenente da Armada, Nelson Portilho em que o oficial declara que “se os candidatos da dissidência não fossem vencedores pela força do direito sel-o-iam pelo direito da força”. Tais palavras geraram reação imediata no Corpo dos Marinheiros Nacionaes que pediu explicações ao tenente e este, negou que tivesse feito tais afirmações e que se tratava de algum mal entendido, para tal, cita matérias dos jornais *O Imparcial* e *Correio da Manhã* que corroboram com sua afirmação.

O assunto do golpe na posse de Bernardes é tratado de forma menos direta em “O que há de novo - Aspectos do momento político – As esperanças da dissidência – ilusão e realidade – no terreno das phrases e dos factos – militares a civis – o effeito do golpe da carta falsa” de 11 de janeiro de 1922. O autor do artigo que assina como “S.” versa sobre as pretensões da dissidência desde sua criação, vindo de um ato de traição de Nilo que já havia prestado apoio a Bernardes, mas que viu em Seabra a chance de sua própria eleição à presidência e, que em um de seus discursos declarou: “Seremos o governo da República custe o que custar”. Para o autor do artigo que assina como “S.”, o jargão “custe o que custar” criado por Nilo “tem servido de modelo uniforme para a linguagem da propaganda de sua causa [...] que tem suas origens na ambição e no despeito” e, ainda segundo o autor, Bernardes “que não se preocupa com phrases de effeito” respondeu, não que será governo, mas que será candidato e aguardará o pronunciamento da população nas urnas, “haja o que houver”.

### **3.7. A vez do candidato dissidente**

Nilo Peçanha por sua vez, também era tratado com essa dualidade de opiniões. As notas veiculadas no *Estado de S. Paulo* que informavam sobre adesões e apoios às candidaturas da chapa dissidente eram tão numerosas quanto as que procuravam colocar em descrédito as personalidades políticas da dissidência.

As manifestações de apoio à candidatura dissidente que eram publicadas no jornal paulista, partiam em geral das suas bases políticas – Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul – e de personalidades próximas aos candidatos que, se não faziam um número tão grande de manifestações tal qual recebera Bernardes, procuravam ocupar longos artigos dissertando sobre a causa e os candidatos dissidentes.

“Contra a candidatura de Bernardes” (01/12/1921), o sr. Gonçalves Maia, que como citado apoiava uma solução do exército e das forças armadas para que Bernardes não assumisse a presidência, responde críticas feitas à presidência de Nilo Peçanha e o elogia dizendo que este “reconhece os seus erros e não persevera nelles”. Cita Martim Francisco que declarou “que na monarchia todos os governos foram republicanos exceto o de d. João VI, e na República todos têm sido monarchicos excepto o governo de 17 meses do governo Nilo”.

Outro longo discurso que procurou enaltecer a perseverança do candidato dissidente foi o publicado em 10 de dezembro de 1921. “O conselheiro Antonio Prado e a candidatura Nilo Peçanha” trata-se de um artigo que publica um telegrama que o conselheiro enviou ao candidato Nilo Peçanha em resposta ao seu apelo de apoio à sua candidatura. O conselheiro cumprimenta Nilo pela atitude de concorrer ao cargo de presidente: “Applaudo sinceramente a attitude de v. exa., disputando a eleição presidencial” contra o candidato escolhido na Convenção “candidato que legítima ou illegitimamente eleito, conta empossar-se no cargo, visto ser o candidato da Convenção que representa o pensamento do governo a ser este quem decide, afinal, a eleição”. Antonio Prado continua fazendo críticas ao método de escolha do representante do povo no Brasil chamando de “política anti-democratica” que a “presidência da república nos países de governo democrático deve caber a quem a conquistar pelo voto e não a quem a receber por doação dos incompetentes”.

Finalizando, o conselheiro elogia a campanha de Nilo Peçanha pois acredita que

o candidato á presidencia da República deve receber a investidura do cargo de seu primeiro magistrado pelo voto directo e espontaneo do povo. Por faro precisa elle recommendar-se à confiança do eleitorado e suas idéas deverão ser expostas e sustentadas pessoalmente, como v. exa. está fazendo, em comícios populares, em conferências pela imprensa ou pelos seus serviços à causa publica e a sua alta e reconhecida capacidade intelectual. Sua candidatura é candidatura nacional.

Dois dias depois, o jornal paulistano publicou uma nova manifestação pró Nilo, oriundo do mesmo artigo: “O conselheiro Antonio Prado applaude a attitude do sr. Nilo e fala sobre os mais altos interesses do paiz” (12/12/1921).

“A Guarnição do Piauí e o Sr. Nilo” (04/12/1921), “Propaganda pró Nilo-Seabra – Aos correligionários e amigos políticos da Capital e do Interior do Estado” (08/12/1921), “Comício pró Nilo-Seabra” (18/02/1922) “No Piauí – Comício pró Nilo-Seabra” (13/12/1921), “Manifesto pró Nilo-Seabra” (14/12/1921), “Homenagem dos catarinenses residentes no rio ao sr. Nilo Peçanha” (17/12/1921), “No Rio – Os funcionários municipais e o sr. Nilo Peçanha” (18/12/1921), “A chapa ‘Bernardista’ - Um protesto” (23/12/1921), “A classe dos advogados e o sr. Nilo Peçanha” (28/12/1921), “Comício pró-Bernardes” (29/12/1921), “Scisão do partido situacionista do Amazonas” (24/12/1921), “Em São Paulo – Manifesto pró Nilo-Seabra” (03/01/1922), “Apoio dos candidatos da Convenção Nacional”, “Em Pernambuco – Comício pró-candidatura Nilo Peçanha” (15/02/1922), “Em Minas – A Reação Republicana em Uberaba” (18/02/1922) e “Em Minas – O pleito no triângulo mineiro” (28/02/1922) também trazem manifestações de apoio à candidatura de Nilo Peçanha. E alguns trechos destas notas e artigos, os autores fazem um pouco mais do que simplesmente declarar apoio à chapa dissidente. Em “O Senador Nilo Peçanha” (16/12/1921), “Propaganda da chapa da dissidência” (16/12/1921), “No Piauí – Novo chefe de polícia” (28/12/1921), “A confiança do candidato dissidente à vice-presidência” (11/02/1922) o jornal *Estado de S. Paulo* procura informar sobre as poucas viagens de campanhas realizadas por Nilo Peçanha em busca de votos para sua candidatura.

“Em São Paulo – A candidatura de Nilo Peçanha” (03/12/1922) e “No Rio – Os debates políticos na Câmara – Discursos dos srs. Salles Filho e Vicente Piragibe” (17/12/1921) trazem declarações de políticos dissidentes em campanha para a eleição da chapa Nilo-Seabra sendo que, na segunda reportagem, Salles Filho defendendo a candidatura de Nilo declarou: “Somente um louco [...] podia contrariar a opinião de 17 governadores, indo fazer sua campanha eleitoral aos Estados dirigidos por aqueles senhores. O sr. Nilo, entretanto, praticou essa proeza e foi recebido de braços abertos pelo povo. O orador censura fortemente o partidário do governo do sr. Epitácio, cuja polícia vem coagindo e violentando todos os dias a opinião da capital com praxes condenáveis”.

As notas “A propaganda da Candidatura do sr. Nilo Peçanha” (03/12/1922), “Reunião Política” (18/01/1922) trazem informações sobre manifestações de correligionários da dissidência, porém, sem citar o nome dos organizadores.

### 3.8. A propaganda dissidente

Mas Nilo utilizou no jornal paulista uma ferramenta que Bernardes só utilizou no *Diário de Minas*: os anúncios. Todos publicados na edição de 28 de fevereiro de 1922, ou seja, no dia anterior à eleição, os três anúncios vindos de agremiações simpáticas à causa dissidente, solicitavam aos amigos e correligionários que sufragassem os nomes dos candidatos da Reacção Republicana.

## ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A LIGA NACIONALISTA convida todos os socios e todos os eleitores em geral, a exercitarem o direito de voto na eleição federal de 1.º de Março.

A Liga Nacionalista não recommenda candidato algum, mas lembra que a abstenção eleitoral é uma covardia politica.

Vote de accordo com as vossas consciencias, mas não deixeis de votar.

S. Paulo, 25-II-22

LIGA NACIONALISTA

## AO ELEITORADO INDEPENDENTE DA CAPITAL

Communico que o **COMITE' CENTRAL DE REACÇÃO REPUBLICANA** com séde á rua Direita, 33, nesta capital, distribuirá aos seus correligionarios **CE-DULAS** para presidente e vice-presidente da Republica, dos eminentes candidatos, ~~de prestigio e experimentados estadistas~~ **drs. Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra**, respectivamente, nos dias **24, 25, 26, 27 e 28** do corrente mez, das **9 horas da manhan ás 12, e das 13 ás 18 horas, e das 19 ás 24 horas**, e no dia **1.º de Março**, dia das eleições, desde ás **6 horas da manhan**.

**O presidente,**  
**RUBIÃO MEIRA**  
Professor da Fac. de Medicina.

## ELEIÇÕES PRESIDENCIAES

Na qualidade de representante, junto ao "Comité Central de Reacção", dos centros republicanos do Braz, Moóca, Belemzinho, Penha e São Miguel, peço aos meus amigos e correligionarios desses districtos o comparecimento ás eleições do dia **1.º de Março**, quarta-feira proxima, e o suffragio nas urnas dos nomes dos illustres brasileiros **drs. NILO PEÇANHA e J. J. SEABRA**, respectivamente para presidente e vice-presidente da Republica.

S. Paulo, 25 de Fevereiro de 1922.

DR. MARIO GRACCHO.

Ilustração 4: Anúncios da chapa dissidente

Em “No Rio – Os funcionários municipaes e o sr. Nilo Peçanha” (18/12/1921), Nilo Peçanha aproveita a manifestação para fazer declarações afirmando: “Nós somos a ordem civil e havemos de levar o império da fé a essas oligarchias moribundas que têm empolgado e empobrecido a Nação!”. Da mesma forma, Nilo aproveita a manifestação “A classe dos advogados e o sr. Nilo Peçanha” (28/12/1921) e diz não entender a acusação que seus adversários fazem de que ele seria um demagogo e relembra seus passos como político:

[...] uma vez que lutara pela proclamação da República ao lado de numerosos companheiros da histórica jornada; lutara contra a dissolução do Congresso; recebera o Estado do Rio como massa fallida e, em vez de pedir dinheiro ao estrangeiro, solicitara os recursos dos próprios filhos da terra para conseguir a prosperidade do Estado.

### **3.9. As investidas contra a dissidência**

Nilo Peçanha fazia muito bem ao aproveitar as oportunidades das manifestações que lhe permitiam discursos inflamados e repletos de saudosismo, pois, no matutino paulista, não eram publicadas tantas declarações de apoio como para seu opositor. Por outro lado, várias eram as manifestações contrárias à candidatura dissidente e aos candidatos da chapa.

Com acusações de assassinatos e perseguições “O passado político do sr. Nilo – discurso do sr. Vicente Piragibe na Câmara dos Deputados” (08/12/1921) trata-se de um vibrante discurso do sr. Vicente Piragibe em que o deputado expõe argumentos que procuram convencer o auditório de que Nilo é incapaz de conduzir uma boa administração.

“Em São Paulo” (15/12/1921) é um artigo que trata do apoio dado à candidatura de Bernardes, por parte do presidente Epitácio Pessoa “Nenhuma importância tem a forma da indicação, desde que honesta, porque tal indicação não entrega o poder ao indicado. [...] Por enquanto, os srs. Arthur Bernardes e Urbano Santos foram indicados ao eleitorado. E o sr. Arthur Bernardes já concretizou o seu programma de governo na sua plataforma política. O eleitorado aceita a indicação, está de accordo com o programma. Só o 1º de Março responderá. E o sr. Nilo foi indicado? Por quem? Por que forma? Já fez o seu programma? Qual é?”

“Na Câmara – Discurso do sr. Francisco Valladares” (24/12/1921) traz um discurso do deputado Francisco Valladares em que o político acusa Nilo Peçanha de “ter fugido aos seus compromissos sobre a questão presidencial” e taxou sua campanha no norte do país de incoerente em relação às suas declarações feitas no Rio. E concluindo: “contra a pretendida Reacção Republicana será opposta a Resistência Republicana pelos partidários dos candidatos

da Convenção de Junho”, declara o deputado na criação de um novo partido de oposição a Reacção Republicana.

“Os debates políticos na Câmara – o que tem sido a vida política do sr. Nilo Peçanha – Discurso do sr. Francisco de Campos” (25/12/1921) traz extensa matéria que reproduz alguns trechos das declarações do sr. Francisco de Campos contra o sr. Nilo e sua candidatura. Numa acusação de que a candidatura de Bernardes dividiu a nação, o político responde: “a candidatura do sr. Bernardes não dividiu a nação, apenas criou correntes políticas. O que divide a nação é substituir a força da opinião, pela opinião da força” e dissertando sobre Nilo “A sua gestão no governo do Estado do Rio, no governo da República, no Ministério do Exterior e a campanha de promessas hão de passar para a História, como a do estadista de arrosal de Pendotiba<sup>35</sup>”.

“No Rio – A opinião do sr. Assis Brasil sobre o momento político” (29/12/1921) trata-se de uma extensa declaração do sr. Assis Brasil acerca do momento político. No artigo, o político o sr. Borges de Medeiros chamando-o de cooperador do mesmo sistema eleitoral que apóia a tanto tempo e denominando seu governo como “despótico e pretense positivista”. Segundo o autor, Nilo Peçanha só retirou seu apoio de Bernardes para promover a própria candidatura e J. J. Seabra trocou seus antigos correligionários por uma candidatura a um cargo que não conseguiu tecer na Convenção. E conclui: “Mas o que mais caracteriza a actual deliquescência do civismo é o facto de terem resumido toda a questão na falsidade ou autenticidade de um papel difamatório às forças armadas attribuido a um dos candidatos”.

Questionando novamente a necessidade da candidatura dissidente para o processo democrático brasileiro “Os nossos colegas do “Correio Paulistano[...]” (19/01/1922) é um extenso artigo publicado no *Correio Paulistano* que critica a atitude da Reacção Republicana que teima em lançar uma candidatura que não possui representatividade para vencer visto que o nome dos candidatos Arthur Bernardes e Urbano dos Santos foi apresentado diante de representantes de praticamente todos os estados brasileiros. O artigo ainda contesta a capacidade administrativa de Nilo Peçanha dando exemplos de problemas enfrentados em suas gestões anteriores como presidente e governador.

“O que há de novo – Os Riscos da Campanha” (26/01/1922) é também um extenso artigo assinado por “S.” que trata das eleições presidenciais e estaduais, neste caso mais precisamente ao cargo de governador de Minas em que concorre com Raul Soares o sr. Francisco Salles. Em relação à dissidência, o autor conclui que a sua criação “produziu um

---

<sup>35</sup> Referência a um episódio onde Nilo Peçanha, num discurso político, confunde um determinado capim com arroz na cidade de Pendotiba.

movimento de coesão da oposição fluminense, convertendo num partido homogêneo e único as varias facções que a constituíam, e animando-se de um vigor novo para o pleito eleitoral” mas que esse partido não é e nem será o que apóia cegamente os candidatos reacionários.

E, procurando antever o resultado das eleições afirma que “a única esperança que tem os dissidentes para vencer é a revolução, mas como um factor desta ordem é sempre precário, mesmo com o appello e recursos diabólicos como a carta falsa”.

“O estado de Alagoas e as candidaturas presidenciaes – declarações do sr. Costa Rego” (07/02/1922) e “Manifesto dos funcionarios e operários federaes e municipaes” (11/02/1921) também trazem informações difamatórias de Nilo Peçanha, contudo, a crítica mais contundente ao político seria publicada em 28 de dezembro de 1921 no artigo “A presidência da república - Perfil do sr. Nilo Peçanha por um dos mais brilhantes escriptores cariocas”. Trata-se de uma re-publicação de um artigo que Medeiros de Albuquerque publica na *Folha do Rio* acerca da personalidade de Nilo Peçanha intitulado “O último bestialógico” e que traria no primeiro parágrafo: “Está hoje publicado nos jornaes nilistas ao bestialógico que o sr. Nilo Peçanha teria pronunciado em S. Paulo, se não tivesse tido medo de ir até lá”.

Denominado pelo autor como sendo um “pulha”, o discurso de Nilo Peçanha é analisado com severidade que segundo o autor, tais palavras são concebidas dessa forma:

Diversos amigos lhe fornecem o que elle chama “os elementos”. Sob o pretexto de se informar das necessidades locaes, Nilo pede a uns e outros que lhe enviem notas [...] é então que se produz a grande calamidade. Nilo traduz isso para o seu estylo, enxerta palavra, faz rethorica e o resultado é uma caldeirada de sandices verdadeiramente indigestas [...] o bestialógico, que hoje está em certos jornaes nilistas, é um modelo no gênero.

Após estas considerações, o autor analisa trechos do discurso publicado, sempre ridicularizando sua retórica e suas citações de pensadores e personalidades européias, que segundo o autor “cita, resumindo e deformando, cita, estragando”.

Nilo também era acusado de várias práticas escusas tanto políticas quanto eleitorais. “Na Bahia - As despesas com a propaganda na chapa dissidente” (25/12/1921) é uma nota que informa que apesar do estado baiano ter arrecadado com o café e com o cacau mais de mil contos em impostos, o funcionalismo público não recebe há meses o ordenado pois “as rendas do estado” eram “desviadas para a propaganda dos candidatos da dissidencia”.

Também vinda da Bahia, a nota “Na Bahia – Boatos de no seio do governo bahiano” (28/12/1921) informa que diversos deputados e senadores estaduais vão dirigir uma carta à J. J. Seabra informando o desligamento do Partido Democrata “allegando que não

podem concordar com a política de anarchização e de revolta gerada pelo nilismo”. Nota do jornal *A Imprensa*.

Porém, o artigo mais inusitado seria publicado no dia 29 de janeiro de 1922. “A margem da política – O sr. Nilo Peçanha e seus ‘bonnets’ – contra o sr. Raul Soares, o sr. Francisco Salles – Quem é o sr. Salles – a aliança de S. Paulo e Minas – o meu parecer sem o ‘S. M. J.’”, assinado por Amador Bueno, o artigo disserta acerca das candidaturas à presidência de Minas Gerais e relata o caso dos bonés de Nilo Peçanha.

Segundo o autor, o sr. Nilo Peçanha convida um “figurão” da imprensa para entrevistá-lo, marca uma hora na sua casa e quando chega, o entrevistador é dirigido até uma sala de espera pela mucama, onde aguarda a chegada do ilustre político. “Minutos depois, aparece o sr. Lengruber Filho e pede ao sobredito visitante mil desculpas” e informa que o sr. Nilo está em conferência com vários oficiais da terra e mar “da mais alta importância para a causa dissidente”. O convidado olha o cabide da sala e percebe que ali figuram oito ou dez “bonnets” militares com bordados e divisas sendo: dois generais, um almirante, três coronéis, um capital do mar e guerra e um major. Contudo, segundo o autor, tais bonés são na verdade todos comprados por Nilo Peçanha e não há nenhum oficial militar em conferência com o político, é só uma encenação para fazer com que o visitante acredite em tal fato e comprove a “influência” do político.

“As conferencias realizadas pelo sr. Nilo Peçanha no norte – uma carta dirigida ao presidente da assembléia legislativa fluminense” (10/02/1922) trata-se de uma nota que informa a atitude do sr. Olavo Gomes de Oliveira, presidente da câmara municipal de Pouso Alegre em devolver a Nilo, um livro que continha os discursos do candidato dissidente, feitos em sua excursão ao norte do país. E conclui: “Como filho desta terra honrada, nobre e altiva de Minas, que os políticos dissidentes tem coberto das mais baixas infâmias, é que tenho o prazer de devolver-lhe este volume”.

“Trecho do manifesto do Directorio Político de Petrópolis” (11/02/1922) é um trecho do manifesto do diretório político de Petrópolis publicado pelo *Estado de S. Paulo*, em que os deputados convocam os eleitores “na chapa da ‘Ordem e progresso’” e que “a nossa candidatura, a nacional, é genuinamente democrática, sincera e ordeira; não prega nem acofooa falsa, insincera e demagogicamente uma pseudo Reacção Republicana, e a indisciplina social e militar, pelos aviltantes e perigosos processos de gestos, insultos, mentiras e cartas falsas”.

### 3.10. Washington Luis, um presidente atuante da causa bernardista

Por ser um jornal com sede em São Paulo, O Estado de S. Paulo veiculava inúmeras notícias de políticos locais, principalmente do presidente do estado Washington Luis. Ainda tratando do assunto apoio às candidaturas presidenciais, destacamos várias notas de apoio a Washington Luis pela sua decisão de declarar apoio à candidatura da chapa Bernardes-Urbano, no dia 4 de dezembro de 1921.

“O sr. Raul Soares telegrapha ao sr. Washington Luis” veiculado no referido dia, é um extenso artigo que transcreve três telegramas: o primeiro que Raul Soares, coordenador de campanha de Arthur Bernardes, envia a Washington Luis com uma solicitação de intensificação do alistamento eleitoral, salientando que “é pelas urnas de primeiro de Março que há de falar a Nação”. Raul ainda diz que o estado que representa, Minas, não se afeta pelas falsidades dos adversários, com a execução de um “plano organizado de confundir, mystificar e intrigar” e o estado certamente sufragará a chapa Bernardes-Urbano e que ninguém cogita a escolha de uma terceira candidatura.

Em resposta, Washington Luiz envia um telegrama que em seu conteúdo transcreve outro, em nome do Partido Republicano Paulista, em que este reitera seu apoio à chapa da Convenção. Washington ainda reafirma seu apoio e do povo paulista e que “as manobras dos adversários políticos, a que nelle se refere, no sentido de confundir, mystificar e intrigar a opinião publica na questão das candidaturas presidenciaes, nenhum resultado têm produzido em São Paulo”.

No dia 12 e janeiro, começaram a serem veiculadas transcrições de telegramas de apoio a esta declaração do presidente de São Paulo e que chegavam de todo país quase diariamente.

“Em São Paulo – telegramma ao sr. presidente do estado” de 12, 18, 19, 21 de janeiro, 1 e 4 de fevereiro, “Officios ao sr. Presidente do Estado” de 7, 29, 31 de janeiro, 16 e 17 de fevereiro, “Em São Paulo – Officios e telegrammas enviados ao sr. Presidente do Estado” de 8, 9, 14, 15, 18, 21 e 22 de fevereiro, “Em São Paulo – Telegrammas expedidos pelo sr. presidente do estado” de 11 de fevereiro, “Em São Paulo – Os funcionários e o próximo pleito” de 16 de fevereiro, “Em São Paulo - Telegrammas recebidos pelo sr. Presidente do Estado” de 23, 24, 26 e 28 de fevereiro, “Mensagem da Mocidade Mineira ao sr. presidente do estado – a commissão recebida em palácio” de 17 de fevereiro e “Propaganda eleitoral no interior” e “Em São Paulo – A Câmara de Campinas declara-se solidária com o sr. Presidente do Estado” de 18 de fevereiro são notas que apenas citam ou chegam a transcrever telegramas

e ofícios de apoio à declaração do governador de São Paulo de apoio à candidatura da chapa Bernardes-Urbano e reiteram ou declaram apoio aos candidatos recomendados pelo presidente do estado.

O nome de Washington Luis praticamente se limitava aos agradecimentos e eram bastante raras as manifestações do político paulista acerca das eleições exceto no dia 14 de fevereiro quando *O Estado de S. Paulo* transcreveu um telegrama de Washington Luis para Epitácio Pessoa. Em “A liberdade eleitoral – Telegramma do dr. Washington Luis ao dr. Epitácio Pessoa”, governador de São Paulo, respondendo a uma circular do presidente Epitácio Pessoa acerca das próximas eleições, afirmou que seu estado está completamente preparado para realizar uma eleição sem tumultos com “polícia sem política”, total liberdade de voto para o funcionalismo público e ainda faz um prognóstico de que haverá no estado de 90 a 100 mil votos para os candidatos da convenção contra 10 mil da oposição.

Mas o governador paulista recebeu uma homenagem especial em “O elogio de um homem” (23/02/1922). Neste extenso artigo veiculado pelo jornal *A Notícia* o presidente de São Paulo é defendido dos ataques da imprensa nilista e faz uma pergunta retórica considerando se a “atitude exemplar, serena, ativa e nobre adoptada pelo sr. Washington Luis [...] reflete e evidencia, senão a inferioridade moral dessa campanha?”. Além disso, o artigo afirma que político fluminense perde apoio já que as personalidades políticas não querem “transigir e descer até onde está o sr. Nilo Peçanha, atolado ao lado da sua mal cheirosa personalidade moral. Essa degradação de costumes é o primeiro resultado evidente dessa ignóbil exploração mascarada de ‘Reacção Republicana’”.

Toda a dedicação de Washington Luis pela candidatura da convenção é reconhecida em “Em São Paulo – telegramma do sr. dr. Arthur Bernardes” (04/01/1922) em que Bernardes agradece ao governador do estado de São Paulo, pelo apoio à sua candidatura. Da mesma forma, em “Em São Paulo – Telegramma ao sr. Presidente do Estado” é transcrito um telegrama de Raul Soares enviado para Washington Luis em que o político mineiro afirma que já passa de 300 mil os eleitores que votarão nos candidatos da convenção e que a oposição não terá mais que 10% dos comparecimentos no estado. Além disso, o telegrama saúda o prestativo político paulista em sua campanha à chapa da convenção.

### **3.11. A presidência da república e a questão das candidaturas**

Outra personalidade importante que sempre tinha seu nome vinculado à questão da sucessão presidencial era o próprio presidente Epitácio Pessoa. Eram comuns nas colunas do

*Estado de S. Paulo* manifestações de desafetos políticos do presidente Epiácio Pessoa que insistiam que o presidente estaria sendo tendencioso, protegendo e apoiando a candidatura de Arthur Bernardes.

As acusações são de perseguições a manifestantes que se declaram publicamente seu apoio a Nilo Peçanha, principalmente quando se trata de militares, como retratado em “Telegramma do sr. Nilo Peçanha aos officiaes presos da Guarnição do Piahy” (10/12/1921) que retrata a revolta dos dissidentes em relação a prisões de militares. Nesta transcrição, Nilo, em defesa dos militares, afirma que “não há, no Codigo Penal Militar, a que estão sujeitos (...), como não há, nos códigos disciplinares das forças armadas do paíz, um só dispositivo que vede aos militares as manifestações colletivas salvo quando taes manifestações digam despeito a actos dos seus superiores ou affectem a autoridade pública”.

“No Rio – Os debates políticos na Câmara – Discursos dos srs. Salles Filho e Vicente Piragibe” (17/12/1922), “Uma impressão geral sobre a situação – A arbitragem do sr. Epiácio – os protestos do sr. Barbosa Lima na comissão de exame da carta” (21/12/1921), também acusam o presidente de perseguições políticas.

Outra acusação feita a Epiácio é a de desvio de verbas federais para o favorecimento da campanha da convenção como afirmado no artigo avulso “A advocacia administrativa e as ruinosas encampações[...]” de 4 de dezembro de 1921 em que o autor, que não assina o artigo, afirma que Epiácio Pessoa passa apólices do governo federal ao presidente de Minas e este paga apenas uma parte e “o resto vae consumindo na campanha política”.

E ainda tratando das atitudes do presidente em relação às candidaturas à presidência, “Em Pernambuco – A fundação do partido da concentração - apreciações do ‘Jornal do Recife’” é uma nota em que é informado que, sob a influência de Epiácio Pessoa, políticos estão pretendendo criar um novo partido para apresentar um terceiro candidato à nação. Ainda segundo o jornal, Epiácio pretende fazer com que Rio Grande do Sul e Pernambuco abandonem a candidatura de Nilo Peçanha e os outros estados abandonem a candidatura de Bernardes apoiando todos um novo candidato. A idéia é fazer com que Nilo fique apenas com o apoio do Rio de Janeiro e Bernardes com Minas e São Paulo.

Por outro lado, políticos também se esforçavam em manter a imagem imparcial do presidente, como é evidenciado em “No senado – a política da Parahyba” (01/12/1921) em que o senador Antonio Massa declarou que o sr. Epiácio nunca, nem como ministro da justiça, utilizou as forças armadas para impor sua vontade. Da mesma forma, Epiácio é protegido em “Na Bahia – A defesa do sr. Epiácio” (14/12/1921), “Em São Paulo” (15/12/1921) e “No Rio – A attitude do partido situacionista parahybano” (19/01/1922).

Em entrevista publicada no dia 15 de dezembro de 1921, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, dr. Maciel Júnior, quando questionado se o presidente lhe parece bernardista, responde: “A essa interrogativa, por demais curiosa e quase indiscreta, a resposta é delicada [...] o sr. presidente da República [...] tem de cingir-se a fria imparcialidade; mas, o dr. Epitácio Pessoa [...] não pode deixar de acompanhar com vivas e sympathias a trajectória da candidatura nacional, que o norte [sua base eleitoral] integralmente adoptou”.

Confirmando esta declaração, a explicação para a parcialidade detectada pelos dissidentes é encontrada numa declaração aberta do próprio presidente em “A attitude do Sr. Epitácio Pessoa” (22/12/1921), em que se considera “inteiramente neutro como até agora, em face da questão da successão presidencial”, contudo, como faz parte do partido situacionista da Parahyba, segue as definições de apoio a Bernardes dadas pelo líder do partido no estado e finaliza: “As polícias em contrário não tem nenhum fundamento, visando apenas provocar desmentidos” se referindo às acusações de favorecimentos utilizando sua influência como presidente da nação.

O sempre bem vindo apoio à candidatura vinha também de comitês instituídos e a criação de novos para propaganda dos candidatos à presidência.

### **3.12. Os centros e as propagandas eleitorais**

Esse apoio, vindo de São Paulo, era muito importante para a candidatura de Bernardes visto que o estado possuía o maior colégio eleitoral do país. Para propagar a mensagem da convenção com mais eficiência, além de contar com o apoio de personalidades políticas importantes como a do Presidente do Estado, os candidatos contavam com a criação dos chamados centros de propaganda que eram anunciadas pelo jornal com o objetivo de arregimentar eleitores para as respectivas causas.

“Em S. Paulo – Centro pró-Bernardes” (27/12/1921), “No Rio Grande do Sul – propaganda da chapa da Convenção” (31/12/1921), “Em São Paulo – Centro Pró-Bernardes” (10/01/1921), “Na Bahia – A candidatura do sr. Arthur Bernardes” (01/02/1922), “Reunião promovida pelos empregados no commercio em Campinas” (10/02/1922), “Novo ‘comitê pró-Bernardes” (15/02/1922) e “Novo centro bernardista” (18/02/1922), são notas que informam a criação destes comitês de propaganda para a chapa Bernardes-Urbano.

Já “A candidatura Nilo Peçanha” (18/01/1922) informa que um grupo de admiradores do candidato Nilo Peçanha estão organizando um comitê que “se encarregará da propaganda da chapa Nilo-Seabra” em Sorocaba, contudo, no dia 15 de fevereiro, o matutino paulista

publicou outra nota “Partido Republicano de Sorocaba” que informava que o partido republicano de Sorocaba estava expedindo circulares sobre as eleições aos seus correligionários com instruções para o pleito e que, ao contrário do que foi informado no dia 18 do mês anterior, não foi organizado o comitê de propaganda dissidente.

“No Rio Grande do Sul – A acção do “Comitê” Pró Nilo-Seabra” (02/12/1921), “Em São Paulo – A candidatura de Nilo Peçanha” (03/12/1921), “Propaganda da chapa da dissidência” (16/12/1921) e “Na Bahia – As adesões á chapa da Convenção Nacional” (18/02/1922), tratam-se de notas que informam os trabalhos executados pelos comitês nas suas regiões de atuação.

### **3.13. As cartas atribuídas a Bernardes e as Forças Armadas**

Mas a grande personalidade da campanha, tal qual ocorreu na pesquisa dos outros jornais, não era uma pessoa e sim uma carta. A carta publicada pelo *Correio da Manhã* que era atribuída a Bernardes e trazia em seu conteúdo injúrias às forças armadas.

O episódio teve várias ocorrências dentro do jornal e por vários aspectos: personalidades que analisavam a carta, manifestações do Club Militar, manifestações de militares contra e a favor da atitude de investigação do Club Militar, manifestações de personalidade que acreditavam na sua autenticidade e de personalidades que não acreditavam em sua autenticidade e ainda, políticos que prestavam seu apoio a Bernardes e políticos que o condenavam.

“Exame da Carta – Um protesto dos militares” (03/12/1921), “Os trabalhos de exame da carta – os srs. Barbosa Lima e Simões Correa, retiram-se da comissão do Club Militar” (25/12/1921), “A retirada dos representantes do sr. Bernardes da comissão do Club Militar – a impressão causada pela carta dos srs. Barbosa Lima e Simões Correia ao presidente da comissão” / “A carta dirigida pelos srs. Barbosa Lima e Simões Correa ao almirante Americo Silvado” (25/12/1921), “No Rio – Comunicado do Sr. Barbosa Lima á imprensa” / “Na Câmara Federal – declaração de um deputado mineiro” / “Na Câmara Federal – declaração de um deputado mineiro” / “O exército e a política – declarações de um militar” / “Uma conferencia do general Gomes de Castro” / “Moção de Solidariedade” / “Em Minas – Telegrammas de solidariedade ao sr. Arthur Bernardes” / “Apreciações do “Diário de Minas” sobre a entrevista do senador Francisco Sá” e “O laudo do Club Militar e a candidatura do sr. Arthur Bernardes” (27/12/1921), são notas que mostram manifestações militares contrárias aos trabalhos periciais efetuados pelo club e militares e fiscais que abandonaram o processo

por terem motivos que os faziam crer que tal ação do Club ia resultar num resultado de apuração falso e manipulado.

“O caso da carta attribuída ao sr. Bernardes” (13/12/1921), “O exame pericial da carta – a comissão terminou os seus trabalhos” (22/12/1921), “No Rio - As últimas declarações do general Gomes de Castro provocam uma interpelação do Club Militar – A resposta daquelle official” (23/12/1921), “O Exame da carta” (24/12/1921) e “Uma declaração do general Bonifácio da Costa” (29/12/1921) que finaliza sua declaração afirmando que “as palavras que constituem meu discurso serão lidas por mim logo à noite, ‘custe o que custar’”, fazendo alusão ao slogan do candidato da dissidência, retratam os passos da apuração feita pelo Club Militar acerca das cartas atribuídas a Bernardes.

O resultado da apuração veio num laudo oficial do Club que afirma que as cartas são autênticas e que *O Estado de S. Paulo* retrata nas notas: “A assembléia do Club Militar – como decorreu a reunião – as moções apresentadas – a comissão considerou a carta com authentica – a curiosidade popular – conflitos entre “bernardistas” e “nilistas” – outras notas” (29/12/1921) que afirmam que na sessão do Club em que seria declarada o resultado da perícia sobre as cartas, grande multidão de nilistas e bernardistas aglomeravam no lado de fora do prédio. “De choque entre dois numerosos grupos de ‘bernardistas’ e ‘nilistas’ resultaram bengaladas, sendo effectuadas varias prisões”.

Finalizando os trabalhos, o Club atesta, através de suas análises que a carta é autêntica. Contudo, Bonifácio da Costa faz a seguinte ressalva entre outras declarações que “porque tem havido divergência não somente entre os peritos, não se chegando a um resultado concludente, propomos que o caso seja encerrado definitivamente, entregando-se o mesmo ao julgamento da nação”.

Essa declaração de Bonifácio da Costa foi mais um elemento que reforça a crença na falsidade das cartas e que aliada às várias manifestações de militares contra os trabalhos de perícia do Club, foi explorada pelos Bernardistas e foi o início de um movimento de apoio retratado pelo jornal através de diversas manifestações de apoio a Bernardes no chamado episódio das cartas.

“No Rio Grande do Sul – A carta – declarações do coronel Villa Lobos” (24/12/1921), “No Rio – Federalismo Riograndense e a candidatura Bernardes” / “Uma nota do Club Militar à imprensa” (25/12/1921), “Opinião de um advogado sobre o exame pericial da carta” (28/12/1921), “O voto do capitão Pedro Cavalvanti na assembléia do Club Militar” / “As discussões sobre o laudo na câmara – sessão tumultuosa – apartes violentos – a sessão é suspensa e em seguida reaberta – os discursos” (30/12/1921), “Em São Paulo – O gabinete –

de identificação de São Paulo e a carta atribuída ao sr. Arthur Bernardes – o sr. Washington Luis, em carta enviada ao sr. Afrânio de Mello Franco, dá sua opinião sobre o assumpto” / “O manifesto do sr. Arthur Bernardes á Nação – resposta do presidente de São Paulo a um telegramma do candidato da Convenção de junho” / “Telegramma ao dr. Arthur Bernardes” / “Manifestação de sympathia aos generaes Gomes de Castro e Barbosa Lima” / “O manifesto do sr. Arthur Bernardes” / “O laudo do Club Militar” / “A sessão do Club Militar – boatos de graves occorrencias no Rio” (31/12/1921), “O capitão de corveta Alencastro Graça e o caso da carta” / “Os militares e o sr. Arthur Bernardes” / “A opinião do general Tasso Fragoso sobre a carta” / “O laudo do Club Militar” / “O discurso do sr. Carlos de Campos na Câmara” (01/01/1922), “No Rio – Um communicado do sr. Barbosa Lima” (03/01/1922), “No Rio” / “Um telegramma do sr. Wenceslau Braz ao sr. Arthur Bernardes” / “Em Santa Catharina – A attitude dos militares em face da successão presidencial – um artigo do sr. Hercílio Luz no ‘República’” (04/01/1922), “O general Abílio Noronha e o candidato da Convenção” (08/01/1922), “O que há de novo - Aspectos do momento político – As esperanças da dissidência – illusão e realidade – no terreno das phrases e dos factos – militares a civis – o effeito do golpe da carta falsa” (11/01/1922), “Carta de um capitão do Exército ao sr. Arthur Bernardes” (13/01/1922), “O coronel Potiguara e o Club Militar” (07/02/1922), “Declarações do sr. Ruy Barbosa” / “O laudo do sr. Simões Correa” / “Carta do sr. João Luiz Alves á imprensa” / “No Paraná – A defesa da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (08/02/1922), “A opinião do sr. conselheiro Ruy Barbosa sobre a questão das cartas falsas” (11/02/1922), “Conferencia Política” (16/02/1922) são todos exemplos de manifestações de apoio a Bernardes, diretamente através de moções e declarações que acreditam que o político não escreveu a carta ou indiretamente através de personalidades políticas e militares que colocam em descrédito a transparência e legitimidade dos trabalhos e do resultado apresentado pelo Club Militar.

A nota “No Rio – Ainda a última assembléia do Club Militar – A attitude do Marechal Hermes” de 2 de fevereiro de 1922 indica que o Marechal tinha um discurso escrito para a última assembléia do Club que não foi lido a pedido de seus colegas. Ainda segundo a nota, no discurso, o marechal mantinha sua opinião em considerar as cartas falsas mesmo após o laudo.

No *Estado de S. Paulo*, apenas uma nota foi publicada informando que Bernardes perdera um aliado graças ao laudo do Club Militar. “A attitude do sr. Índio do Brasil” (08/01/1922) informa que o senador decidiu apoiar a candidatura de Nilo Peçanha baseado no laudo do Club Militar e outra nota “Em Pernambuco – Uma carta do general Cardozo de

Aguiar” (01/02/1922) traz uma carta do general Cardozo de Aguiar, tratando do orçamento da expedição militar contra os revoltosos da Bahia por ocasião da eleição do sr. Seabra. O general termina o documento que “é contrário à candidatura do sr. Bernardes, porque vê, no presidente de Minas, um ofensor aos brios do Exército e um olygarcha que quer dominar pela prepotência asphyxiando as liberdades do povo”.

“As discussões sobre o laudo na câmara – sessão tumultuosa – apartes violentos – a sessão é suspensa e em seguida reaberta – os discursos” (30/12/1921) informa que em dia tumultuado, entre apartes e interrupções por impossibilidade de ordem, a sessão da câmara discutiu o resultado do laudo do Club. Na sessão, os nilistas defenderam que, depois da declaração do Club atestando a autenticidade das cartas, fica insustentável a candidatura de Bernardes. Por outro lado, os bernardistas acreditavam que a análise do Club foi incoerente e insuficiente para atestar legitimidade. Em dado momento, sr. Carlos de Campos relaciona alguns fatos ignorados pelos peritos que invalidariam a análise do Club:

- a. a origem contestável por datas e locais dos documentos
- b. a evidente imitação da letra e da assinatura do remetente
- c. o falsificador teria ido a Minas vender o documento falso
- d. a negativa do autor
- e. a negativa do destinatário em tê-la recebido
- f. os afrontados no conteúdo da carta consideraram impossível sua autenticidade.

O episódio foi tratado ainda em várias outras ocasiões. Oldemar Lacerda, apontado pelos que defendiam Bernardes como o autor das cartas, teve várias publicações com seu nome no jornal paulista.

“Uma palestra entre o sr. Oldemar de Lacerda e um médico” (01/12/1922), “Na Bahia – Oldemar de Lacerda” / “O caso de Oldemar de Lacerda – a opinião de um juriconsulto” (02/12/1921), “Oldemar de Lacerda – Boatos sobre a sua prisão – um inquerito do governo” (08/12/1921), “Ordem de prisão contra Oldemar Lacerda – O paradeiro desse indivíduo” (09/12/1921) e “Denuncia contra Oldemar de Lacerda” (29/12/1921) acusam Oldemar Lacerda de ser falsário tanto das cartas atribuídas a Bernardes quanto de uma carta de Epitácio Pessoa e indicam uma ordem de prisão do político sob estas acusações. Mas o jornal não oferece em suas colunas, informações sobre o destino de Oldemar Lacerda.

“Apoio do Club Naval ao Club Militar” (14/12/1921), “A moção dos officiaes da Armada dirigida ao Club Militar” (15/12/1921) “No Rio – A planejada reunião do Club Naval – A convocação é recusada” (16/12/1921) retrata um episódio em que oficiais do Club Naval

enviaram uma solicitação aos dirigentes da agremiação para a organização de uma reunião que decidiria se o Club Naval apoiaria as atitudes do Club Militar em relação às cartas. Segundo as notícias veiculadas no *Estado de S. Paulo*, mesmo com a solicitação de um considerável número de oficiais da agremiação naval, tal petição não foi aceita pela diretoria e o Club Naval não se manifestou em apoio ao Club Militar no episódio das cartas atribuídas a Bernardes, o que significou que as forças armadas não estavam unidas em tal questão.

“A reunião do Club Militar – no conselho municipal” retrata uma reunião do conselho municipal em que se comentou sobre a assembléia do Club e França Leite declarou: “Agora é impossível manter-se a candidatura Bernardes”. Houve protestos “da maioria” que argumentavam que o presidente de Minas não seria capaz de escrever tal documento. E em “Declarações do Marechal Hermes” (30/12/1921) comentara a passividade da assembléia em que “tudo correu na melhor harmonia” e sobre o laudo final diz: “Meus collegas, acceitando como verdadeira a carta do sr. Bernardes, deram o caso á Nação para que esta o julgue [...] nada penso e em nada cogito [...] cada um agora que faça o que entender”.

“No Rio - Os debates políticos na Câmara – a attitude das classes armadas - os discursos” (10/12/1921), “No Rio – Um major do Exército contrário á attitude do Club Militar” / “Os officiaes do Exército e o laudo do Club Militar” / “No Rio - Intromissão dos militares na política partidária – telegrammas de altas patentes do exército ao marechal Hermes – a próxima sessão do Club Militar” (28/12/1922), “A attitude do Club Militar – um protesto” (29/12/1921), “No Rio – Uma entrevista com o general Carneiro da Fontoura” / “A decisão da commissão do Club Militar sobre a carta attribuida ao sr. Bernardes – declarações do commandante da região militar da Bahia” / “As classes armadas e a política” (01/01/1922), “Declarações de um oficial do Exército” (03/01/1922), “A repercussão do telegramma do general Abílio de Noronha” (08/01/1922), “Os militares e as lutas políticas” (22/01/1922), “No Rio – Os militares e as lutas políticas” (24/01/1922), “No Rio – Telegramma de censura ao Club Militar occultado” (05/02/1922), “Moção de desconfiança á directoria do Club Militar – Fundação de uma nova sociedade” (10/02/1922) e “Conferência no palácio Theatro – uma grande manifestação pró-Bernardes” (18/02/1922) são manifestações de oficiais das forças armadas, membros do Club Militar e de civis, condenando a intromissão do exército e afirmando que tal attitude só poderia ter fins políticos. Além disso, as notas congratulam os comandantes que mantêm seus oficiais longe de disputas eleitorais.

### 3.14. Uma nova análise das cartas

A pedido do sr. Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, as cartas foram analisadas por um perito francês, o sr. Edmund Locard. Tal processo é retratado pelo *Estado de S. Paulo* em “Na França – O exame da carta atribuída ao sr. Bernardes” (04/02/1922), “No Rio – O exame das cartas atribuídas ao sr. Arthur Bernardes no estrangeiro” (07/02/1922), “Em Pernambuco – a passagem do sr. Edmundo Bittencourt pelo Recife – declarações do jornalista carioca sobre o exame das cartas feito na França” (26/02/1922). O laudo final do perito concluiu que as cartas eram verdadeiras, contudo, “Laudo pericial do sr. Locard sobre as cartas apócrifas” (23/02/1922), um extenso artigo alega que o laudo do perito Locard que atesta a veracidade das cartas atribuídas a Bernardes é falho pois para o perito foram apresentadas duas cartas e o que se verificou foi que ambas foram escritas pelas mesmas mãos mas, nenhuma das duas caras foi feita por Bernardes pois segundo o artigo, o “original” apresentado por Edmundo Bittencourt para a comparação caligráfica do perito também era falso.

Ainda se tratando de perícias, “Ainda a Carta” (23/02/1922), “Ainda a Carta” (24/02/1922) e “Parecer do dr. Mendes Pimentel sobre as falhas da graphologia” (25/02/1922) dissertam sobre a imprecisão de perícias baseadas em grafologia e contestam os métodos utilizados por Locard. Segundo Pimentel constante no artigo de 25 de fevereiro, a grafologia por si só não se sustenta como evidência.

### 3.15. O Exército: desentendimentos dentro da corporação

Como reflexo dentro das forças armadas do episódio das cartas aliado à proximidade com o pleito presidencial, o jornal leva a seus leitores notas que retratam as discussões dentro das guarnições e grupos militares acerca do assunto.

“ No Rio – O telegramma da guarnição militar do Piauí ao chefe da dissidência – Uma nota do governo” (06/12/1921), “O caso da Guarnição Militar do Piauí na Câmara – Sessão tumultuosa – Os discursos” (09/12/1921), “No Piauí – Os militares e a política” (22/12/1921), “A nota do Cattete sobre a intromissão dos militares na política – uma ordem do dia do quartel general” (23/12/1921), “Prisão de Militares” (04/01/1922), “Um telegramma do ministro da guerra ao general Barbedo” (12/01/1922), “Na Bahia - O situacionismo bahiano e as candidaturas nacionais” (25/01/1922), “Dois sargentos presos por fazerem propaganda política” (29/01/1922), “No Rio – O general Luiz Barbedo foi severamente

repreendido pelo ministro da guerra” / “O sr. General Barbedo” (18/02/1922) e “Em Pernambuco – O afastamento do general Cardoso de Aguiar da Sexta Região” (22/02/1922) são notas e reportagens que trazem a informação de punição de militares, repreensão por parte do presidente às forças armadas, solicitações de punições à militares por terem se manifestado favoráveis a determinado candidato à presidência do país, com destaque para “No Rio – O general Luiz Barbedo foi severamente repreendido pelo ministro da guerra” (18/02/1922) que segundo artigo, o general foi repreendido pelo ministro Pandiá Calogeras por ter se manifestado acerca das candidaturas nacionais, contrariando assim, ordens do presidente da república que decretou proibição à manifestação de funcionários públicos de qualquer nível hierárquico sobre questões políticas mantendo assim, o livre partidarismo de todos. Além disso, o general declarou que se determinado candidato vencesse, o exército não permitiria sua posse, agravando ainda mais o seu caso diante do ministro. O general informou na nota seguinte que recorrerá à punição (“O sr. General Barbedo” de 18 de fevereiro).

Mas tais punições não impediam a manifestação de militares em relação às candidaturas como mostra “O exercito e as candidaturas presidenciaes – Uma declaração do commandante da região militar do Pará” (06/12/1921) em que o general Clodoaldo da Fonseca declara ser simpatizante da dissidência, contudo, faz tal afirmação como cidadão e não como militar, pois como militar tem o dever de acatar as ordens do estado. Acrescenta ainda que mantém relações cordiais com o situacionismo.

### **3.16. As declarações de Ruy Barbosa**

Contudo, a declaração mais importante e de maior repercussão no episódio das cartas foi a de Ruy Barbosa. Nem a carta aberta de Bernardes em que o próprio candidato negava ter escrito as cartas, mantinha-se na candidatura como forma de não admitir que uma farsa denegrisse sua imagem de homem íntegro e honroso e entregava o julgamento à nação no pleito de 1º de Março (“Em Minas – Manifesto do sr. Arthur Bernardes à nação” – 30/12/1922) teve tanto impacto quanto a manifestação do conselheiro baiano. “A opinião do sr. conselheiro Ruy Barbosa sobre a questão das cartas falsas” (11/02/1922) é uma transcrição que *O Estado de S. Paulo* faz da carta de Ruy Barbosa em que o conselheiro se coloca defendendo o político mineiro e colocando em dúvida a apuração da autenticidade das cartas sem ao menos se averiguar sua origem.

Essa manifestação fora anunciada em duas ocasiões: alguns dias antes em “Declarações do sr. Ruy Barbosa” (08/02/1922) em que entrevistado por um repórter em

relação à carta atribuída a Bernardes, o conselheiro, já naquele momento, afirmara que se tratava de carta inteiramente falsa, “classificando-a de ballela” e na mesma edição em que o jornal transcreve o manifesto, em algumas colunas antes “No Rio – O sr. Ruy Barbosa e a questão das candidaturas” (11/02/1922), uma nota informa que “é possível” que em breve o conselheiro se manifeste sobre a questão das candidaturas e também sobre as cartas através da imprensa. O “em breve” da nota durou apenas algumas colunas.

Ruy Barbosa, defendendo espontaneamente a figura de Bernardes provocou inúmeras reações nos envolvidos com as candidaturas presidenciais. Enquanto a dissidência procurava, em vão, colocar em descrédito as declarações de Ruy Barbosa, os correligionários da chapa da convenção festejavam e publicavam onde fosse possível a tal declaração e defendiam com unhas e dentes a integridade do interlocutor.

“Telegramma do sr. Francisco Valladares a Ruy Barbosa” (15/01/1922) é uma congratulação à manifestação de Ruy Barbosa em favor de Bernardes, “desfechando um golpe de morte contra a obra de iniquidade e de mentira contra o honrado presidente de Minas, e pondo por sua desinteressada intervenção, termo a mais baixa e audaciosa das explorações jamais tentada nesse país contra um homem público”.

“Em Minas – O dr. José de Souza Soares [...]” / “O parecer do sr. conselheiro Ruy Barbosa sobre as cartas falsas” / “A opinião do sr. senador Ruy Barbosa sobre as cartas falsas – apreciações do ‘Diário de Noticias’ sobre a attitude do ‘Correio da Manhã’” (15/01/1922), “Um artigo da ‘Tarde’” (17/01/1922), “Um telegramma do sr. Graccho Cardoso” (18/02/1922), “No Rio – Manifestação de officiaes do Exército ao sr. Ruy Barbosa” (21/02/1922) e “Manifestação de officiaes do Exercito ao sr. Ruy Barbosa” (23/02/1922) são manifestações de apoio à declaração de Ruy Barbosa e à sua atitude.

“No Rio – Manifestação ao sr. Ruy Barbosa” / “No Amazonas – Manifestação de desagrado ao sr. Nilo” (18/02/1922) são duas notas que informam sobre manifestações em defesa de Ruy Barbosa aos ataques que o conselheiro baiano vinha sofrendo da imprensa nilista, principalmente do *Correio da Manhã*. O Estado de S. Paulo publica “A carta do sr. Ruy Barbosa e o sr. Edmundo Bittencourt” (26/02/1922) em que o diretor do matutino carioca, em passagem por Recife, atacou fortemente “a honra do sr. conselheiro Ruy Barbosa” e que, regressando ao Rio, vai iniciar uma campanha contra o eminente brasileiro através do seu jornal.

E era tamanha a influência de Ruy Barbosa que o político baiano começou a fazer algo que ainda era inédito na campanha: apoiar uma chapa. Porém, a chapa aconselhada por Ruy

Barbosa era a Bernardes-Seabra: Arthur Bernardes, o candidato da convenção para presidente do Brasil e J. J. Seabra, o candidato dissidente para vice.

“Na Bahia – A dissidência bahiana e a candidatura do sr. Bernardes” (21/02/1922) é uma nota que reproduz telegrama de Miguel Calmon a Antonio Calmon em que este afirma que “de accôrdo com a orientação do nosso eminente chefe, sr. conselheiro Ruy Barbosa, devemos com todos os nossos amigos, votar nos srs. J. J. Seabra, para vice-presidente, e Arthur Bernardes, para presidente da República”. “O conselheiro Ruy Barbosa e as candidaturas presidenciaes” (22/02/1922) e “No Rio – A attitude do sr. Ruy Barbosa no caso da sucessão presidencial” (24/02/1922) tratam da recomendação do político baiano e das adesões à sua sugestão de sufrágio.

Ruy Barbosa foi também cogitado como uma terceira opção no pleito presidencial. “A candidatura do sr. Ruy Barbosa á Presidencia da Republica” (19/01/08) é um artigo que reproduz texto publicado no jornal baiano *O Dia* em que este lança a candidatura de Ruy Barbosa à presidência. “Já o nome do verdadeiro candidato do povo desponta no scenario político. O nome de Ruy Barbosa [...] surge como a realização de uma esperança [...] será o único presidente compatível com o momento [...] de um povo bom, que merece, quer e deve ficar livre das garras da politicalha”. “Carta do sr. Lauro Sodré ao sr. Epitácio Pessoa – O Exército e a questão presidencial – a candidatura Ruy” (22/01/08) trata do mesmo assunto – a candidatura de Ruy – e com justificativa para o “inevitável” terceiro candidato. O senador paraense Lauro Sodré dirige uma carta ao presidente Epitácio Pessoa explicando porque não pode apoiar nenhum dos candidatos disponíveis para a sucessão do seu cargo. Segundo o militar, o laudo do Club seria o suficiente para abandonar o apoio a Bernardes e combatê-lo, contudo, “o perito escolhido não tem autoridade indispensável para aquelle fim”, mas mesmo assim, não pode apoiar um candidato que dividiria o país. Por outro lado, não apoiaria o sr. Nilo, pois não resolveria a crise política nacional e sendo assim, só vê solução no lançamento da candidatura de Ruy Barbosa “o candidato da nação”.

### **3.17. O movimento propagandista dissidente**

O jornal paulistano também volta sua atenção às excursões de J. J. Seabra em campanha pelo Brasil. Notas informam saídas, chegadas, comícios e outras ações de campanha promovida pelo candidato dissidente.

“A segunda política do sr. Seabra” (31/12/1921), “A viagem do sr. Seabra a Juiz de Fora” (02/01/1922), “Viagem do sr. Seabra ao Rio” (05/01/1922), “A partida do sr. Seabra

para o Sul – agradecimentos ao sr. Eptácio Pessoa” (08/01/1922), “Em São Paulo – A viagem do Dr. J. J. Seabra” (14/01/1922), “No Rio - A viagem do sr. J. J. Seabra ao Sul” (16/01/1922), “Em São Paulo – Passagem do dr. J. J. Seabra por Santos” / “O sr. J. J. Seabra” (17/01/1922), “Em Minas - A viagem do sr. J. J. Seabra à Uberaba” / “No Paraná – A viagem do sr. Seabra ao Sul” (18/01/1922), “Chegada do sr. Seabra” / “No Paraná - A conferência do sr. Seabra” (19/01/1922), “A excursão do sr. Seabra” / “A excursão do sr. dr. J. J. Seabra” (21/01/1922), “Em São Paulo – Em viagem de propaganda[...]” / “A excursão do sr. Seabra” / “Em Minas – A visita do sr. J. J. Seabra á Uberaba” (22/01/1922), “Em São Paulo – O sr. J. J. Seabra” (25/01/1922), “No Rio – A chegada do sr. Seabra” (30/01/1922), “No Rio – Partida do sr. Seabra para a Bahia” (06/02/1922), “Na Bahia – O regresso do sr. Seabra” (09/02/1922) e “Partida do sr. Seabra para Sergipe” (11/02/1922) são notas que informam os passos de campanha dados pelo candidato à vice-presidência pela chapa da convenção. Já “Na Bahia – A viagem do sr. Seabra a Aracajú” (17/02/1922) indica que o candidato desistira de uma viagem à capital de Sergipe.

Mas *O Estado de S. Paulo* informa também que nem todas as excursões do candidato pelas cidades do sul e sudeste do país foram tranqüilas. “No Rio – A recepção do sr. J. J. Seabra – conflictos na avenida –vários feridos” (07/01/1922) é um artigo que relata a chegada de Seabra ao Rio de navio onde foi recepcionado pelo seu companheiro de chapa, Nilo Peçanha, por vários políticos e por um representante do presidente Eptácio Pessoa porém, no caminho para a casa de Nilo Peçanha, um tumulto tomou conta da carreato. Partidários de Bernardes gritavam vivas para o candidato da Convenção. Um incidente parecido ocorreu também em Conquista, Minas Gerais, conforme relatado em “Em Minas – A excursão do sr. J. J. Seabra” (24/01/1922).

O jornal paulistano escrevia e transcrevia notícias relativas às visitas do candidato da dissidência, procurando transmitir o impacto da passagem de J. J. Seabra nas cidades que percorreu. “Na Bahia – Commentarios sobre as últimas ocorrências no Rio” (09/01/1922), informa que os jornais baianos “occupam-se longamente do desembarque do sr. Seabra no Rio” e o jornal *A Tarde* classificou a visita do candidato ao Rio como sangrenta, referindo-se à recepção tumultuada do candidato no Distrito Federal. “No Rio - A viagem do sr. J. J. Seabra ao Sul” (16/01/1922) informa sobre a viagem de J. J. Seabra ao sul do país. Segundo a nota, debaixo de um forte esquema de segurança promovido pelo sr. Geminiano da França, chefe da polícia no Rio de Janeiro, o sr. Seabra, acompanhado do seu companheiro de chapa Nilo Peçanha embarcou sem problemas. O *Estado* conclui informando que “ao contrario do que era de suppor, não houve grande massa popular presente à partida do governador da

Bahia, não tendo sido pronunciado nenhum discurso”. “Na Bahia – A passagem do sr. Seabra pelo Estado de S. Paulo” (24/01/1922), o matutino paulista informa que o jornal *Diário da Bahia* publicou telegramas procedentes do Rio de Janeiro dizendo que a passagem de Seabra pelo Estado de S. Paulo tem sido um sucesso, porém, contrariando tal informação, *A Imprensa*, órgão do partido republicano no estado, publicou telegramas dizendo que o candidato foi vaiado em Campinas e Ribeirão Preto.

Ainda criticando a passagem de Seabra por São Paulo, “Os nossos colegas do ‘Correio Paulistano’[...]” (19/01/1922), é um extenso artigo que critica a chegada do candidato à vice-presidência da dissidência ao estado. Segundo o artigo, o candidato declara que regenerar o estado e questiona “regenerar o quê?” e ainda afirma: “O sr. J. J. Seabra vem para ensinar, vem para doutrinar, vem para orientar, mas elle conseguirá, apenas, aprender”.

O candidato J. J. Seabra também enfrentava várias notícias que traziam informações que procuravam afetar sua imagem política “O bombardeador da Bahia” (27/01/1922) é a transcrição de um artigo publicado na *Gazeta* que relata o episódio do “Bombardeio da Bahia” em que conterrâneos do estado bombardearam os prédios da cidade de São Salvador, e segundo o artigo, a mando do então senador J. J. Seabra que queria ser governador contra a vontade do povo. “Que pretende o sr. Seabra em São Paulo? [...] propaganda de sua candidatura e da do celebre negociista da Leopoldina? Poderá faze-lo a vontade, na terra generosa de todas as liberdades. Mas será em vão [...] o povo não dará nunca o seu apoio”. “Ataques ao sr. Seabra” é uma nota do *Estado de S. Paulo* que transcreve parte de um artigo do jornal baiano *A Tarde* em que este critica severamente J. J. Seabra e comenta sua excursão ao sul do país cercada de tumultos, agressões e violências. O articulista conclui a matéria perguntado ao sr; Seabra se “ainda são os mesmos os seus propósitos de intolerância política, de perseguições a adversários, de violências, atemptados e crimes” tal qual tem seguido o seu governo na Bahia e “Na Bahia - A política do sr. Seabra – um artigo da ‘Tarde’” (16/02/1922) é um artigo que reproduz reportagem do jornal *Tarde* em que o matutino baiano conta um caso de assassinato e procura fazer ligação com o modelo de governo instaurado pelo governador do estado e com o próprio governador.

Dada a atenção dispensada à sua imagem, Seabra teve o cuidado de desmentir um boato veiculado pelos jornais bernardistas. “Uma declaração do sr. J. J. Seabra”(24/02/1922) traz a notícia de que o candidato baiano telegrafou ao presidente de Sergipe sr. Pereira Lobo, desmentido notícia veiculada pela imprensa que este estaria disposto a invadir o território do referido estado para perturbar o pleito eleitoral.

E ainda houve algumas manifestações de apoio na passagem do candidato baiano como relatado em “Na Bahia – Um editorial do ‘Diário de Notícias’” (26/02/1922) que se trata de um comentário de um editorial do *Diário de Notícias* de São Salvador que informou que o sr. Seabra afirmou “categoricamente que quando em Petrópolis, o sr. Ruy Barbosa lhe assegurara que seriam para os candidatos da dissidência os votos dos seus fervorosos correligionários da Bahia” o que efetivamente o conselheiro baiano procurou fazer em suas sugestões de chapa, como visto anteriormente e, “No Rio – O sr. Paulo de Frontin” (12/01/1922) em que a nota indica reunião entre o ex-chefe da Aliança Republicana com o candidato J. J. Seabra em que o primeiro atesta seu apoio ao político da dissidência.

Esse apoio do sr. Paulo de Frontin é abordado com frequência no jornal paulista. Muitas notas retratam todo o processo da saída do sr. Frontin da Aliança Republicana, partido que apoiava a candidatura bernardista e a declaração do seu apoio à causa dissidente.

### **3.18. A Aliança Republicana**

“As candidaturas – Reunião da Aliança Republicana” (21/12/1921) é um artigo relata a reunião da Aliança que segundo o jornal, nada decidiu e frisa a irredutibilidade de Vicente Piragibe e Azeredo Lima, que são de opinião que a Aliança deve sustentar a candidatura Bernardes. A idéia é abrir a discussão e deixar aos chefes regionais a decisão de acordo com sua opinião pessoal. Contudo, “No Rio – A attitude da Aliança Republicana” (24/12/1921) nega que a Aliança tenha aberto a questão de apoio político conforme veiculado nos jornais. Segundo nota, a Aliança mantém os compromissos assumidos anteriormente com as candidaturas da convenção tal qual veiculado em “A Aliança Republicana e o sr. Bernardes” (24/12/1921), a Aliança declara, através do seu (ainda) presidente sr. Paulo de Frontin, que mantém seu apoio a Bernardes.

Mas o apoio de Frontin a Bernardes não duraria muito conforme publicado em “A attitude da Aliança Republicana – os boatos correntes” (29/12/1921) que informa que o sr. Frontin vai abandonar Bernardes, para isso, ele procura abrir a questão dentro do partido, colocando em votação a questão do apoio da aliança para um candidato à sucessão presidencial conforme atesta “A attitude da Aliança Republicana” (30/12/1921) e declara: “aquelles que têm compromisso com a candidatura do sr. Arthur Bernardes” que votem em seu nome.

Tal discussão vai ao Senado conforme veiculado em “No senado – uma alteração entre os srs. Álvaro de Carvalho e Paulo de Frontin” (30/12/1921) e “No Senado – discursos dos

srs. Irineu Machado, Miguel de Carvalho e Vespucio de Abreu” (31/12/1921) em que o jornal informa a retirada do apoio a Bernardes do senador Frontin e “A Aliança Republicana” (01/01/1922) informa que através de seus associados que possuem maioria absoluta na Câmara e nas paróquias, que vai intensificar a propaganda pró Bernardes. No final, a nota informa que Paulo de Frontin e Irineu Machado vão instituir um novo partido para apoiar Nilo.

“Aliança Republicana” (04/01/1922), “O sr. Sampaio Correa e a Aliança Republicana” (05/01/1922), “Homenagem aos representantes da Aliança Republicana” (12/01/1921), “O regresso para o Rio da comissão da Aliança Republicana” (14/01/1922), “No Rio – A Aliança Republicana e a candidatura do sr. Arthur Bernardes” (17/01/1922), “Manifesto da Aliança Republicana” (18/02/1922) tratam do apoio da Aliança Republicana a Bernardes, homenagens e manifestações ao candidato mineiro e o reconhecimento do candidato ao movimento em favor da sua eleição.

Evidenciando a falta de apoio que enfrentou o senador Frontin, “A retirada do sr. Frontin da Aliança Republicana – o que dis o sr. Vicente Piragibe” (05/01/1922) é uma entrevista do membro da Aliança Republicana, sr. Vicente Piragibe, em que ele ressalta as qualidades do ex-presidente do partido, o sr. Frontin e declara que “até agora a retirada do sr. Frontin muito pouco ou mesmo quase nada parece ter influído contra a candidatura que defendemos”. Segundo ele, as convicções do antigo presidente não convenceram a maioria do partido e desse modo, a Aliança continua a apoiar a candidatura de Bernardes. Termina afirmando que a vitória de Bernardes é certa no dia 1º de Março.

### **3.19. Maurício de Lacerda, um dos coordenadores de Nilo**

Outra personalidade nilista que teve seu nome publicado em várias edições do *Estado de S. Paulo* foi Maurício Lacerda. Coordenador de campanha da chapa dissidente, Lacerda teve várias notícias relativas às suas excursões em propaganda pelo país.

“Propaganda da chapa Nilo-Seabra” (21/01/1922), “Rio – Viagem do sr. Mauricio de Lacerda a Minas” (22/01/1922), “Em Minas – As garantias ao Sr. Mauricio de Lacerda” (28/01/1922) e “No Rio – O regresso do sr. Mauricio de Lacerda” (29/01/1922) tratam das viagens feitas por Maurício de Lacerda em propaganda para os candidatos da convenção. Retratando a preocupação por parte do governo de Minas Gerais de que o político dissidente sofresse algum atentado em seu estado, “Em Minas – As garantias ao Sr. Mauricio de Lacerda” (28/01/1922) transcreve carta do governo de Minas que seria publicada nos jornais

do dia seguinte. Segundo a carta, assim que os oficiais mineiros tomaram conhecimento da visita do sr. Mauricio de Lacerda à Juiz de Fora, por ordem do próprio presidente do estado, Arthur Bernardes, foram tomadas providências que garantissem total segurança ao propagandista em sua visita ao estado. Contudo, segundo a carta, um manifestante mais exaltado jogou uma pedra na direção do sr. Maurício, atingindo-o e também um guarda que estava ao seu lado, causando ferimentos leves em ambos.

Então, a polícia encaminhou o sr. Lacerda para o hotel e impediu que os populares se aproximassem para que fosse garantida a integridade do visitante. Depois, o oficial Mello Franco encaminhou o sr. Lacerda à estação para que retornasse ao Rio de Janeiro “cercado de todas as garantias”.

O atentado sofrido por Maurício Lacerda teve repercussão por todo o país. “No Piauí – Manifestação de desagravo ao sr. Maurício de Lacerda” (07/02/1922) e “Na Bahia – Ecos da agressão sofrida pelo sr. Maurício de Lacerda em Juiz de Fora” (11/02/1922) são notas informando sobre manifestações de desagravo à atitude dos mineiros em relação ao propagandista dissidente.

“Em Minas – Ainda a agressão sofrida pelo sr. Maurício de Lacerda em Juiz de Fora – troca de telegramas entre os srs. Seabra, Eptácio Pessoa e Arthur Bernardes” (08/02/1922) é um artigo que transcreve três telegramas acerca da passagem de J. J. Seabra por Minas. O primeiro telegrama, de Seabra a Eptácio Pessoa, informa ao presidente que devido à recepção de Maurício de Lacerda em Juiz de Fora, o político baiano cancelou sua excursão ao estado por saber através de fontes confiáveis que é planejado um atentado semelhante contra sua pessoa. Além disso, afirma que retornará à Bahia pelo mar pois teme que afrouxem os trilhos da via que liga Minas à Bahia visando o descarrilamento do carro que embarcar em viagem. Solicita ao presidente que tome providências em relação à segurança das suas viagens contra indivíduos que, influenciado por paixões partidárias podem tomar medidas que colocaria em risco sua vida.

Em resposta, Eptácio Pessoa afirma que tal atitude contra Maurício Lacerda foi responsabilidade de um indivíduo e que tal atitude não condiz com a personalidade do povo mineiro e sugere ainda, que talvez tal atitude tenha sido uma forma de represália motivada pela recepção dada ao candidato da Convenção em outubro na cidade do Rio de Janeiro, em ocasião da leitura da sua plataforma de governo na cidade.

Contudo, o presidente garante que tomará medidas para que sua passagem por Minas seja segura, inclusive com a ordem ao governo local que coloque agentes em toda a extensão da linha de trem para que tal atitude temida pelo candidato não se concretize.

No telegrama de Bernardes a Epitácio, o governador de Minas agradece ao presidente que lhe encaminhou tais telegramas para seu conhecimento e que tudo o que ele puder fazer ele fará para garantir que a viagem do candidato da dissidência em todo o território mineiro corra com a mesma segurança e liberdade “do que segundo o seu próprio testemunho, acaba de fazer à cidade de Uberaba”.

Em “Requerimento do sr. Mauricio de Lacerda ao Supremo Tribunal” (14/02/1922) o jornal paulistano informa que o sr. Maurício de Lacerda requereu providencias do governo federal para que lhe seja assegurado segurança em suas excursões em conferências no estado de Minas Gerais. Mas a nota “As excursões políticas dos srs. Nilo Peçanha e Maurício de Lacerda” (18/02/1922) informa que ambos os políticos desistiram de suas excursões aos estados de São Paulo (Nilo) e Minas (Maurício) com medo de ataques violentos da população.

Mas a dedicação de Lacerda não durou até o dia da eleição. “O sr. Maurício de Lacerda e a Reacção Republicana” (25/02/1922) é uma nota que informa que Maurício de Lacerda desligou-se da campanha de Nilo Peçanha pelo fato de haver o partido situacionista carioca indicado para a vaga existente de deputado pelo terceiro distrito fluminense o capitão Vasconcellos, genro do general Barbedo e não o próprio político Lacerda.

### **3.20. A estreita relação de Edmundo Bittencourt e Nilo Peçanha**

Um personagem que não era exatamente um correligionário de Nilo Peçanha mas nas páginas dos jornais (principalmente no seu) demonstrou-se inimigo número 1 da candidatura de Bernardes foi Edmundo Bittencourt, diretor do matutino carioca *Correio da Manhã*.

No *Estado de S. Paulo*, Edmundo é citado em vários episódios eleitorais principalmente nos que se opunham à candidatura de Bernardes. Sempre defendendo a legitimidade das cartas atribuídas a Bernardes, era perseverante em sua campanha a ponto de encomendar ele próprio uma perícia das cartas com um perito Francês procurando autenticá-las publicamente.

Além das notícias já relacionadas neste texto e que mencionam a participação de Edmundo, destaca-se uma publicação que depunha contra sua convicção eleitoral em 1922. “O Reprobo – Artigo do sr. Edmundo Bittencourt (contra o sr. Nilo Peçanha)” (18/02/1922) é uma republicação feita pelo *Estado de S. Paulo* de um artigo veiculado pelo *Correio da Manhã* em 4 de abril de 1913 em que o diretor do matutino carioca faz acusações de descrédito à figura do sr. Nilo Peçanha.

O artigo fala das passagens do político pelo poder, sempre evidenciando suas mazelas. Cita o episódio do “capim de Pendotiba” e afirma que sempre que Nilo Peçanha exclui seu nome das candidaturas presidenciais todos riem “com malícia” pois sabem que tal postura é absolutamente falsa. E conclui que “desgraçadamente no Brasil, escasseiam os homens capazes para a suprema magistratura do país. Poucos há que a poderiam ocupar com vantagem e dignidade; mas, apesar dessa fallencia moral que por ahi anda, **sempre existe gente mais limpa que o Nilo** [grifo da fonte]”.

O *Correio da Manhã* jornal que dirigia, foi constantemente atacado por correligionários de Bernardes que delegavam ao jornal uma campanha que assolava o país, de infâmia e calúnias contra homens decentes como o candidato mineiro. Tais manifestos são retratados em “No Rio - O sr. Afrânio de Mello Franco e os ataques do “Correio da Manhã” – O caso da Sul Mineira na câmara” (02/12/1922) e “Campanha Criminosa” (06/01/1921) que traz uma carta de Mário Pinto Serva que disserta contra o que ele chama de campanha que o *Correio da Manhã* está promovendo contra a candidatura de Arthur Bernardes. Segundo o autor, o tumulto que se tornou a campanha presidencial, se deve às atitudes do jornal, a “campanha movida contra o mesmo [Arthur Bernardes] pelo ‘Correio da Manhã’”, e que sem tal campanha, nada teria havido contra a candidatura bernardista.

Além disso, o autor ressalta que estas atitudes do matutino carioca vêm desde sua origem: “desde a presidência de Campos Salles, época em que se fundou, [o jornal] tem vivido exclusivamente de fazer a sua popularidade atassalhando a reputação de todos os homens honestos deste país, inclusive o próprio Campos Salles, que “quasi foi lynchado no Rio”, graças às campanhas difamatórias do ‘Correio da Manhã’”.

O autor também cita os códigos penais que foram violados pelo jornal como: abertura de correspondência alheia, publicação de correspondência particular e obtenção de documento particular, além de criticar a atitude do Club Militar dizendo que analisando as cartas, o Club está compactuando com a criminalidade: “o que o Club Militar deveria ter feito era aconselhar o ‘Correio da Manhã’ a respeitar o Código Penal e não violal-o escandalosamente” e conclui afirmando que o Club foi seduzido pelo *Correio da Manhã*.

Mário Pinto ressalta também as qualidades do candidato da Convenção e por fim, o autor convoca os brasileiros a sufragarem o nome de Bernardes nas eleições presidenciais.

O jornal carioca, por atacar com franqueza e constância a população e políticos mineiros, encontrou no estado de Bernardes vários inimigos que viam no jornal uma ameaça ao estado e a nação republicana. “Protesto dos bernardistas contra a campanha do ‘Correio da Manhan’” (24/12/1921) retrata tal revolta mineira informando que a população do interior do

estado de Minas “continua a devolver” as edições do jornal carioca em protesto contra a campanha que o jornal vem movendo contra Arthur Bernardes.

### 3.21. A imprensa na imprensa

Dada a importância do único meio de comunicação disponível no período, o assunto “jornal” era bastante discutido dentro das páginas do *Estado de S. Paulo*.

O jornal paulista estampou publicações que tratam de trocas de acusações entre órgãos da imprensa nacional como “Em Pernambuco – Ainda o comício do dia 24 de novembro – a discussão na imprensa” (09/12/1921), “Em São Paulo” / “A remoção do coronel Jansen Júnior de Juiz de Fora para Diamantina” (15/12/1921) que é um artigo esclarece os fatos em torno do militar para que seja “desfeita mais uma exploração da dissidência” pois, segundo o artigo, “Há dias que a imprensa dissidente, proseguindo na sua campanha de mentiras falsidades e intrigas, vem afirmando” que o coronel fora removido em perseguição por não ter comparecido a homenagens, “Em Minas – Protestos de solidariedade a candidatura do sr. Arthur Bernardes” (16/12/1921) informa que o jornal *Minas Gerais* publicou várias manifestações de apoio à candidatura de Arthur Bernardes e uma manifestação de Três Pontas, indicando que foram devolvidos em sinal de protesto os jornais *Imparcial*, *Correio da Manhã* e *A Noite*, todos órgãos da imprensa nilista. E por fim, demonstrando a influência política da imprensa, em “Um telegramma ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa” (24/12/1921) a Associação de Imprensa de Juiz de Fora solicitou ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa que solicite a presença de um representante nilista na cidade a fim de conferir o respeito à liberdade de voto que reina na cidade, contrariando as injúrias veiculadas pelos jornais cariocas.

Outras notícias veiculadas no *Estado de S. Paulo* evidenciavam a atuação da imprensa no meio político como “Um inquérito no Ministério da Guerra” / “Em Pernambuco – A política pernambucana e o sr. Arthur Benrnardes” (14/12/1921), “Na Bahia – A propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (22/12/1921) que utilizou a frase utilizada em campanha pelo candidato da dissidência publicando: “Haja o que houver, o sr. Arthur Bernardes sera candidato a presidencia da Republica [...] para a honra do Brasil, para a honra da Republica, para a honra do povo, para a honra do exército e da armada, será candidato á presidencia da Republica. Não se illudam os falsificadores da dissidência”, “Na Bahia – Commentarios do “Imparcial” sobre as declarações do general Gomes de Castro” (23/12/1921), “A conferencia do general Gomes de Castro no Theatro S. Pedro –

Acclamações ao sr. Bernardes – Os jornaes nilistas vaiados pelo povo” (25/12/1921), “Em Minas – As notas do ‘Estado de S. Paulo’” (03/01) e “Em Minas – uma nota do governo do estado” (29/01/1921). Tais notícias tinham o intuito de indicar candidaturas, condenar candidatos e criticar outros órgãos de imprensa tal qual “Commentarios da “Imprensa” sobre as candidaturas presidenciaes” (18/02/1922) que é uma nota que reproduz comentários do jornal baiano *Imprensa* acerca das adesões aos candidatos da convenção: “[...] os signatários são políticos de real prestígio e cuja resolução de se collocarem ao lado do bernardismo há de ter trazido amargura ao coração do sr. Seabra [...]”

O *Estado de S. Paulo* publicava inclusive notas que faziam referências ao próprio jornal paulista. “As ‘notas’ do ‘Estado’” (05/01/1922) informa que os jornais da capital inserem trechos de uma nota publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo* sobre a questão militar “salientando a optima impressão que a mesma despertou em todo o paiz”.

### 3.22. Os ataques ao estado de São Paulo

E, procurando defender São Paulo dos ataques da imprensa nilista, principalmente a carioca, o jornal veiculou duas matérias extensas em dias consecutivos que repreendia tais publicações.

“Secção Livre – Ataques a S. Paulo – Que júizo forma do nosso Estado a imprensa do sr. Nilo Peçanha” (16/02/1922) é uma extensa matéria reproduz publicação do *Imparcial* que ataca com veemência a coligação São Paulo-Minas: “‘O Imparcial’, que andou movendo tal campanha [contra São Paulo, Minas e os cidadãos dos referidos estados] evidencia, em a maior parte dos seus artigos, uma ignorância completa das coisas do nosso Estado”. O artigo é permeado por comentários do *Estado de S. Paulo* que questiona a coerência do texto e a verossimilhança dos fatos.

Da mesma forma “Secção Livre – Ataques a S. Paulo – Que júizo forma do nosso Estado a imprensa do sr. Nilo Peçanha” (17/02/1922) reproduz nova publicação do *Imparcial* que ataca mais uma vez a coligação São Paulo-Minas: O artigo é permeado por comentários do *Estado de S. Paulo* que comenta os fatos levantados pelo jornal e os questiona procurando colocando em dúvida o raciocínio apresentado pelo jornal na matéria. “Não surtiram e não surtirão efeito insultos dirigidos aos paulistas pela imprensa orientada pelo sr. Nilo Peçanha” pois, segundo o *Estado de S. Paulo* são ataques coléricos sem poder utilizados como velhos métodos utilizados pelo político fluminense.

Era comum também a fundação de órgãos da imprensa para o uso exclusivo no período eleitoral. Tais meios de comunicação eram concebidos em favor de algum candidato, conforme é retratado pelas notas do *Estado de São Paulo*:

“Na Bahia – Novo jornal” que indicava a circulação do jornal *A Imprensa* de São Salvador “que defenderá e apoiará a candidatura do sr. Arthur Bernardes” / “Na Bahia – Novo Jornal Bernardista” (12/12/1921) indica a circulação do primeiro número do referido jornal. Segundo nota, na inauguração estavam presentes vários simpatizantes e eleitores da causa bernardista e foram aclamados os nomes de Eptácio Pessoa, Arthur Bernardes, Urbano dos Santos e vivas aos estados de Minas e São Paulo. “Novo Jornal” (17/02/1922) informa a publicação de mais um jornal que tem por objetivo apoiar a candidatura da convenção nacional: *A Feira* em Feira de Santana.

Em “Novo Jornal Político” (17/01/1922), é indicada a circulação do primeiro número do jornal *A Noite* “que vae fazer a propaganda da candidatura do sr. Nilo Peçanha à presidencia da República”.

### **3.23. O processo eleitoral**

O *Estado de São Paulo* traz notas que procuram situar os candidatos em relação ao seu eleitorado e antever os resultados da eleição.

“Em Minas – O alistamento eleitoral” (09/12/1921) indica que no município de Conquista já existem 1000 eleitores cadastrados, “O alistamento eleitoral” (17/12/1921) indica o alistamento em Bocayuva de 1250 eleitores “que sustentarão a chapa da Convenção”, “Na Bahia – o pleito de 1º de Março” (15/02/1922) informa que o sr. dr. Ramiro Herbert político baiano “declarou ser garantida a Victoria da chapa da convenção nacional” e “O pleito em Minas – telegramma recebido pelo sr. Sampaio Vidal” (26/02/1922) coluna que transcreve um telegrama de Raul Soares enviado para Washington Luis em que o político mineiro afirma que já passa de 300 mil os eleitores que votarão nos candidatos da convenção e que a oposição não terá mais que 10% dos comparecimentos no estado.

O processo eleitoral também é bastante discutido nas páginas do matutino paulista como “A campanha a pelejar” (26/01/1922) em que Mário Pinto Serva assina um artigo em que o autor defende maior clareza no processo eleitoral, defende o voto secreto e o fim do senzalismo. “A soberania das urnas devia ditar os governantes que bem entendêssemos. É o contrario o que succede no Brasil actual: as urnas constituem uma machina de falsificar a

vontade nacional [...] todos os homens de caracter deviam levantar-se no Brasil e exigi a decretação imediata do voto secreto”.

E descreve o que ele chama de processo ideal de votação:

o eleitor recebe do presidente da mesa um envelope aberto, de typo official, igual para todos. Com esse envelope, é o eleitor introduzido num compartimento secreto, especialmente preparado para esse fim. Encerrado nesse compartimento, uma vez sozinho, sem ser visto por pessoa alguma, o eleitor só então escolhe a cédula que preferir ou toma a que trouxe feita e a fecha no envelope official recebido só depois, o eleitor volta a sala publica onde depôs na urna o envelope fechado. Com o dispositivo do envelope official, igual para todos, impede-se que se reconheça o voto pelo involucro externo

em que combina o invólucro para o eleitor (conhecida hoje como cabine de votação) e o envelope official para depósito do voto.

O jornal paulista retrata a situação de pressão vivida por eleitores na proximidade do pleito. “No Rio – O Estado do Rio e a questão das candidaturas” (09/02/1922) nota traz a declaração de que o “o governo daquele Estado [Rio] está exercendo illegítima coacção sobre o eleitorado, impedindo-o de votar livremente, como demonstram as demissões de várias autoridades do referido município, que se manifestaram favoráveis à candidatura nacional”, “No Rio - Comícios de propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes no Rio Grande do Sul” (16/02/1922) informa que “o governo riograndense já começou a exercer pressão sobre o eleitorado de várias localidades do interior com o intuito de diminuir os suffragios da opposição, cuja propaganda cresce, à medida que se aproxima a realização do pleito presidencial” e “Telegramma do sr. Nilo Peçanha ás comissões estaduaes de Propaganda da Reacção Republicana” (15/02/1922) Nilo afirma que o Tribunal Federal “há dias considerou o Estado de Minas sob o regime de coerção”.

Um episódio retratado pelo *Estado de S. Paulo* foi a de Cachoeira, cidade baiana, em que o jornal bernardista *O Norte* estaria sendo ameaçado de “empastelamento pelos adversários políticos não sendo menos perigosa a situação dos partidários da candidatura do sr. Arthur Bernardes, conforme relatado em “A situação em Cachoeira” (15/02/1922). “A situação em Cachoeira agrava-se” (17/02/1922) informa que a pressão sobre a imprensa bernardista na cidade baiana esta ainda mais grave com as constantes perseguições políticas movidas pelos seabristas. Em “Na Bahia – Propaganda da candidatura do sr. Arthur Bernardes” (18/02/1922) o jornal paulista afirma que o sr. Ubaldino seguirá viagem para Cachoeira, prestar ajuda aos correligionários locais que estão sendo ameaçados por correligionários de Seabra.

“Pressão de elementos dissidentes contra o eleitorado” (18/02/1922), “Pressão dos governistas sobre o eleitorado” (22/02/1922) e “Na Bahia – A attitude dos Bernardistas” (24/02/1922) trazem evidências de pressão exercida no eleitorado tanto por correligionários de Bernardes quanto de Nilo Peçanha.

“A compressão do eleitorado na Bahia” (25/02/1922) nota traz notícias baianas de que o governo estaria pressionando o eleitorado para votarem em favor da causa da Reação Republicana e falsificando atas eleitorais a fim de terem duplicatas e prejudicarem a votação da oposição estadual.

Por outro lado, “Em Minas – Uma nota do ‘Diário de Minas’” (24/02/1922) é uma transcrição de uma nota do *Diário de Minas* em que o jornal afirma que no estado não está havendo compressão do eleitorado em favor da candidatura de Bernardes como vem apregoando a imprensa nilista.

Garantindo também a livre votação, “No Paraná – A liberdade das urnas no dia 1º de Março” (09/02/1922) indica a emissão de uma circular em para todos os comandos policiais do interior do estado para que estes garantam a segurança e liberdade no pleito vindouro.

O matutino paulista retratou também um atentado contra a sede de um diretório de Arthur Bernardes. “Attentado á dynamite contra a sede de um directorio bernardista” (25/02/1922) e “Attentado contra a sede de um directório bernardista” (26/02/1922) trazem a notícia de que Barra Mansa foi acordada com um forte estampido que abalou a cidade. Segundo apuração, o atentado foi no prédio onde funciona igualmente a redação do jornal *Sul Fluminense* e o diretório partidário de Arthur Bernardes. O segundo artigo revela que no dia seguinte, nenhuma providência havia sido tomada sobre tal atentado.

Mais distante do clima de atentados, mas muito próximo do assunto eleições, o jornal traz notícias relacionadas à execução de músicas partidárias pelo país como “A canção ‘Seu mé’” (09/02/1922) que é uma nota informando que os jornais do país censuram a execução por bandas militares da canção “Seu mé” argumentando que se trata de um “desrespeito ao candidato da convenção nacional em que incorrem, dessa maneira, as autoridades militares, consentindo na execução daquela canção pelas bandas de música” e “Em Pernambuco – Comício pró candidatura Nilo Peçanha” (15/02/1922) informa que o sr. Gonçalves Maia convocou um comício pró candidatura de Nilo Peçanha e que após o comício, os manifestantes fizeram uma passeata pelo centro da capital cantando “Ai seu mé” e a “Vassourinha”.

E por fim, no último dia antes das eleições e com o intuito de informar os eleitores, o *Estado de S. Paulo* publicava avisos oficiais, com instruções e relações de diretórios eleitorais

na comarca de São Paulo, tais como “O pleito presidencial – Instruções para as eleições federaes” e “Eleição Presidencial” de 28 de fevereiro.

### **3.24. Considerações**

O jornal paulista procurou manter em suas colunas, uma postura bastante neutra sobre a eleição presidencial, ao contrário do “apaixonado bernardista” *Diário de Minas* e do inquieto *Correio da Manhã*, abordados nesta dissertação.

Suas colunas retratavam com equilíbrio as manifestações de ambos os lados da disputa presidencial tanto nas reportagem que transcreviam declarações de partidários quanto nos artigos que relatavam fatos e acontecimentos acerca das candidaturas e campanhas dos políticos.

Contudo, o jornal buscou defender São Paulo de excessos praticados pela imprensa partidária que afrontavam tanto o estado quanto os paulistas mas sempre mantendo a discussão na esfera social sem pender, declaradamente, para questões eleitorais.

## 4. Tabelas e gráficos

### 4.1. Tabelas e gráficos comparativos dos jornais

Para um maior efeito didático da dissertação, segue abaixo uma tabela comparativa dia-a-dia dos jornais analisados.

Na tabela estão contabilizadas todas as notícias de todos os números dos jornais do período pesquisado (dezembro de 1921, janeiro e fevereiro de 1922) com exceção dos números indicados na tabela por um hífen, que mostra uma das seguintes situações: número não legível, número que não constava no acervo ou número que originalmente não veiculava no dia indicado.

Buscando uma maior precisão, estabelecemos algumas categorias que totalizam as notícias veiculadas nos jornais.

As notícias foram separadas por Unidade de Informação, como descrita por Marques de Melo (2003) e seguem os seguintes critérios de classificação:

1. *Notícias favoráveis à Chapa da Convenção*: Esta categoria engloba toda e qualquer unidade de informação que trazia notícias e informações benéficas à campanha de Bernardes e de Urbano dos Santos, tal como manifestações populares e particulares em seu favor, manifestações em favor de correligionários de campanha, manifestações favoráveis dos meios de comunicação e notícias que defendiam o candidato no episódio das cartas insultuosas ao exército.
2. *Notícias favoráveis à Chapa da Dissidência*: Esta categoria contabiliza toda e qualquer unidade de informação que trazia notícias e informações benéficas à campanha de Nilo Peçanha e de J. J. Seabra, tal como manifestações populares e particulares em seu favor, manifestações em favor de correligionários de campanha e manifestações favoráveis dos meios de comunicação.
3. *Notícias desfavoráveis à Chapa da Convenção*: Nesta categoria são contabilizadas as unidades de informação que traziam notícias e informações prejudiciais à imagem dos candidatos Bernardes e Urbano e de seus aliados.

4. *Notícias desfavoráveis à Chapa da Dissidência:* Da mesma forma que a anterior, nesta categoria são contabilizadas as unidades de informação que traziam notícias e informações prejudiciais à imagem dos candidatos dissidentes e de seus aliados.
  
5. *Notícias de Caráter Neutro:* Esta categoria englobará as notícias que não tinham o objetivo explícito de apoio ou ataque aos candidatos de ambas as chapas e seus correligionários.

**Tabela 2: Notícias Veiculadas em Dezembro de 1921**

D.M.= Diário de Minas / C.M.= Correio da Manhã / E.S.P.= O Estado de S. Paulo (Totalização em U.I. – Unidades de Informação)

DIA	Favoráveis à Convenção			Favoráveis à Dissidência			Desfavoráveis à Convenção			Desfavoráveis à Dissidência			Caráter Neutro		
	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P
1	-	-	1	-	-	1	-	-	0	-	-	2	-	-	1
2	2	-	2	0	-	2	0	-	0	2	-	1	0	-	2
3	1	-	1	0	-	0	0	-	0	2	-	0	0	-	2
4	4	-	2	0	-	2	0	-	1	1	-	2	0	-	0
5	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0
6	-	0	0	-	0	1	-	4	0	-	0	0	-	0	1
7	6	0	-	0	0	-	0	6	-	1	0	-	0	0	-
8	-	-	3	-	-	2	-	-	1	-	-	2	-	-	1
9	5	0	-	0	4	-	0	2	-	3	0	-	0	0	-
10	1	-	4	0	-	4	0	-	0	3	-	0	0	-	0
11	0	0	-	0	0	-	0	4	-	2	0	-	0	0	-
12	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	0
13	2	0	0	0	1	2	0	2	0	1	0	0	0	0	1
14	5	-	4	0	-	2	0	-	3	3	-	0	0	-	0
15	3	0	0	0	1	0	0	3	2	2	0	3	0	0	0
16	-	0	3	-	0	2	-	5	2	-	0	0	-	0	1
17	-	-	5	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-	-	0
18	-	-	1	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-	0
19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20	2	-	-	0	-	-	0	-	-	2	-	-	0	-	-
21	-	0	1	-	1	0	-	3	2	-	0	0	-	0	1
22	-	0	4	-	1	1	-	5	0	-	0	0	-	1	2
23	-	0	0	-	0	0	-	2	1	-	0	3	-	0	2
24	2	0	4	0	0	0	0	5	2	1	0	2	0	0	1
25	-	0	5	-	1	0	-	5	0	-	0	2	-	0	0
26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27	2	0	2	0	1	0	0	7	0	1	0	0	0	0	0
28	4	0	4	0	0	2	0	8	0	1	0	2	1	0	1
29	-	0	4	-	0	0	-	2	0	-	0	1	-	0	2
30	4	0	6	0	1	0	0	10	2	1	0	0	0	1	1
31	2	0	13	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>81</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>73</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>19</b>

**Tabela 3: Notícias Veiculadas em Janeiro de 1922**

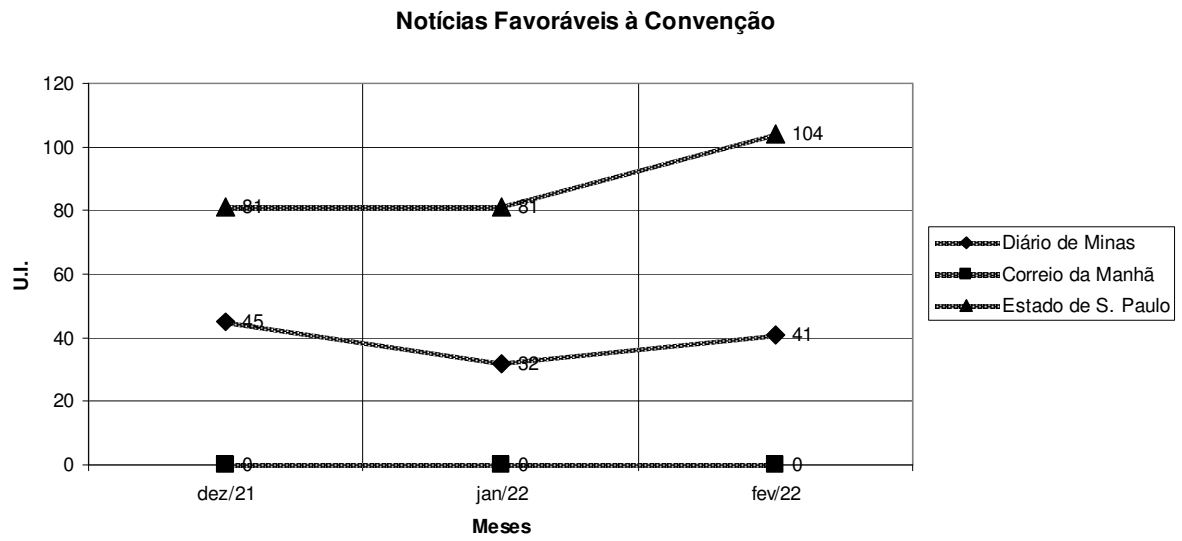
D.M.= Diário de Minas / C.M.= Correio da Manhã / E.S.P.= O Estado de S. Paulo (Totalização em U.I. – Unidades de Informação)

DIA	Favoráveis à Convenção			Favoráveis à Dissidência			Desfavoráveis à Convenção			Desfavoráveis à Dissidência			Caráter Neutro		
	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P
1	3	0	9	0	1	0	0	4	0	1	0	0	0	0	1
2	-	0	6	-	0	0	-	2	0	-	0	0	-	0	0
3	-	0	4	-	1	1	-	1	0	-	0	0	-	0	1
4	-	-	7	-	-	0	-	-	1	-	-	0	-	-	0
5	8	0	8	0	1	0	0	4	0	0	0	1	0	0	1
6	3	-	0	0	-	0	0	-	0	1	-	1	0	-	0
7	2	0	0	0	6	0	0	6	1	2	0	0	0	0	0
8	2	-	4	0	-	1	0	-	1	2	-	2	1	-	0
9	-	0	0	-	2	0	-	2	0	-	0	1	-	0	0
10	4	-	4	0	-	0	0	-	0	1	-	0	0	-	0
11	-	0	0	-	3	0	-	1	0	-	0	1	-	1	0
12	-	0	5	-	7	2	-	3	0	-	0	0	-	1	0
13	0	0	3	0	0	0	0	4	0	2	0	1	0	0	0
14	1	0	3	0	0	1	0	3	0	1	0	0	0	0	0
15	1	0	-	0	3	-	0	3	-	1	0	-	0	0	-
16	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-	-	1	-	-	0
17	-	0	5	-	3	2	-	6	0	-	0	0	-	0	2
18	-	-	2	-	-	4	-	-	0	-	-	0	-	-	0
19	-	-	5	-	-	1	-	-	0	-	-	1	-	-	2
20	-	0	-	-	6	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-
21	1	-	3	0	-	3	0	-	0	1	-	1	0	-	0
22	-	-	1	-	-	3	-	-	0	-	-	0	-	-	3
23	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0
24	-	0	1	-	7	3	-	1	0	-	0	1	-	0	1
25	0	-	2	0	-	0	0	-	0	0	-	1	1	-	1
26	4	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	1	0	0	1
27	-	0	0	-	0	0	-	1	0	-	0	1	-	0	0
28	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	1
29	1	0	4	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	0	2
30	-	-	0	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-	0
31	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>81</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>49</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

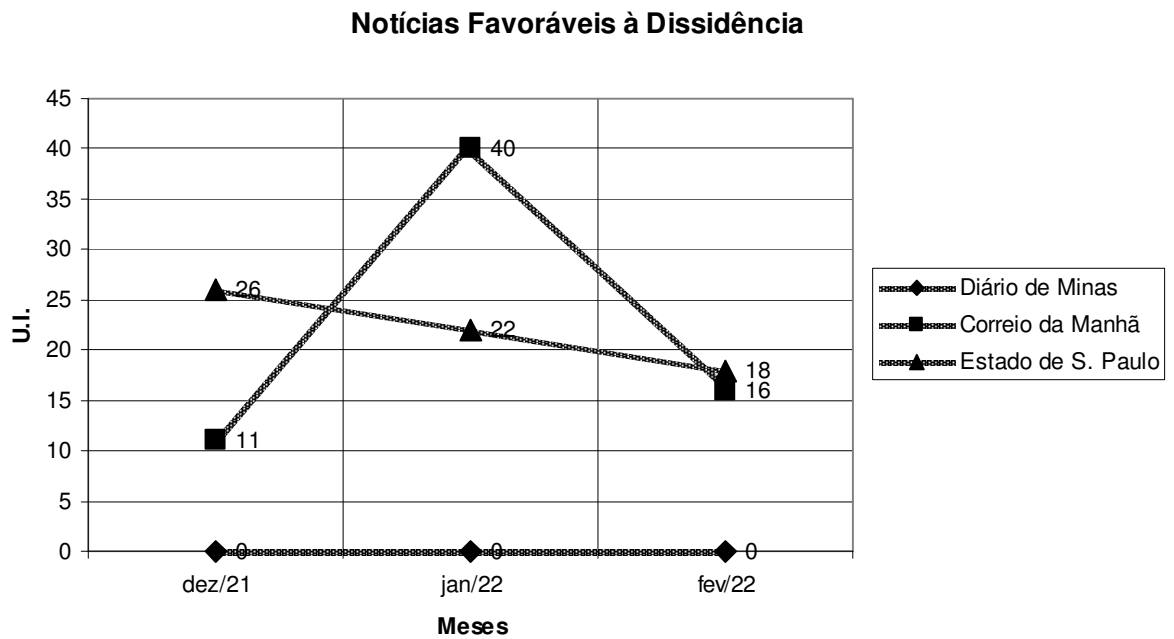
**Tabela 4: Notícias Veiculadas em Fevereiro de 1922**

D.M.= Diário de Minas / C.M.= Correio da Manhã / E.S.P.= O Estado de S. Paulo (Totalização em U.I. – Unidades de Informação)

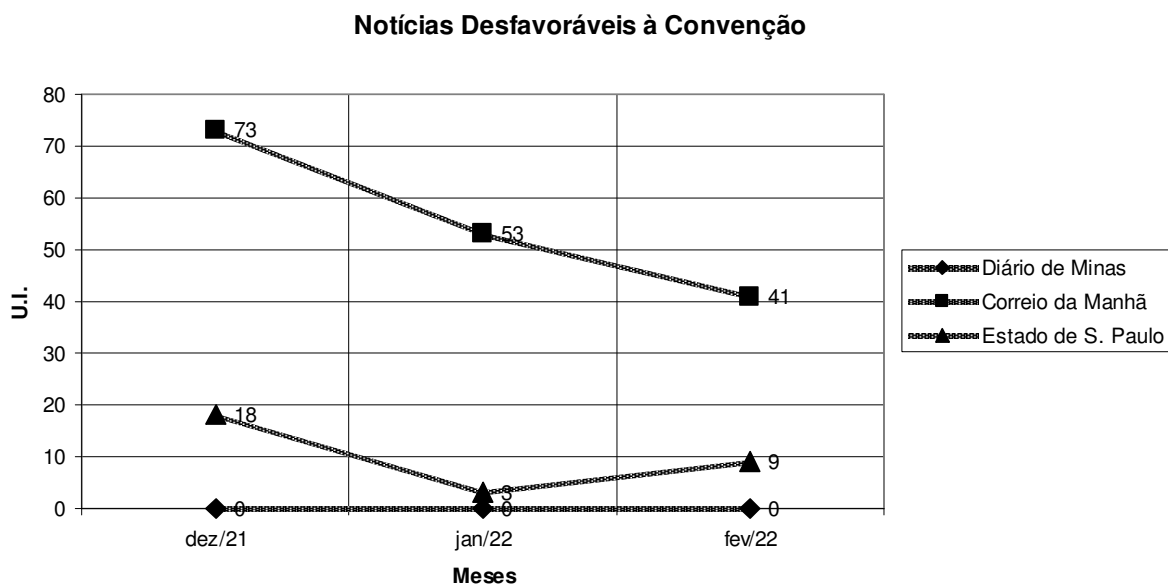
DIA	Favoráveis à Convenção			Favoráveis à Dissidência			Desfavoráveis à Convenção			Desfavoráveis à Dissidência			Caráter Neutro		
	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P	D.M.	C.M.	E.S.P
1	-	-	3	-	-	1	-	-	2	-	-	0	-	-	0
2	2	-	2	0	-	0	0	-	0	1	-	0	0	-	0
3	1	0	1	0	6	0	0	6	0	0	0	0	0	0	1
4	-	-	1	-	-	0	-	-	0	-	-	1	-	-	1
5	2	-	1	0	-	0	0	-	0	1	-	1	0	-	0
6	-	0	0	-	0	0	-	1	0	-	0	0	-	0	1
7	-	0	5	-	2	1	-	6	1	-	1	0	-	0	0
8	0	0	8	0	0	1	0	5	0	1	0	0	0	0	0
9	0	0	4	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	1
10	3	-	5	0	-	1	0	-	0	2	-	0	0	-	0
11	2	-	8	0	-	3	0	-	0	0	-	1	0	-	0
12	1	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	3	0	4	0	2	0	0	7	1	1	0	0	0	0	1
15	-	-	12	-	-	2	-	-	0	-	-	2	-	-	0
16	6	-	9	0	-	0	0	-	0	1	-	3	0	-	0
17	2	-	-	0	-	-	0	-	-	2	-	-	1	-	-
18	6	-	6	0	-	0	0	-	1	2	-	2	0	-	2
19	-	0	7	-	0	1	-	4	1	-	0	3	-	0	0
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	1	-	3	0	-	1	0	-	0	0	-	0	0	-	1
22	-	-	4	-	-	0	-	-	0	-	-	1	-	-	1
23	6	0	7	0	1	0	0	1	1	3	0	0	0	0	0
24	-	-	5	-	-	1	-	-	0	-	-	3	-	-	0
25	-	-	4	-	-	0	-	-	0	-	-	3	-	-	2
26	3	0	4	0	0	1	0	3	2	2	0	2	0	0	2
27	-	0	-	-	5	-	-	6	-	-	0	-	-	0	-
28	3	-	1	0	-	4	0	-	0	1	-	1	0	-	2
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>104</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>15</b>



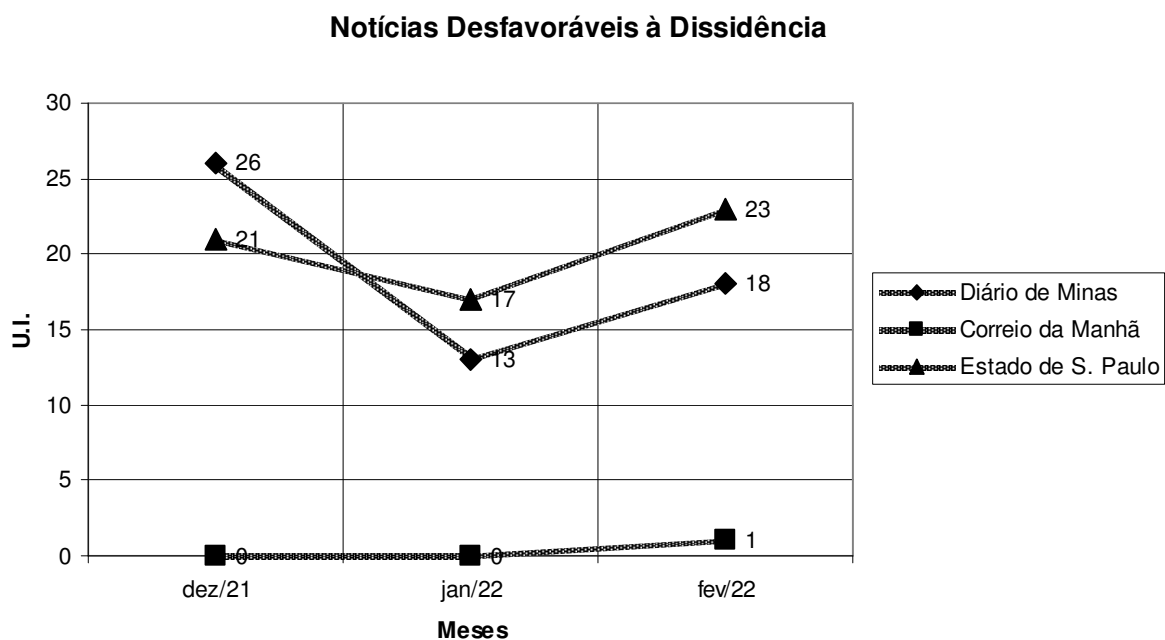
**Gráfico 1:** Gráfico comparativo das notícias favoráveis aos candidatos da convenção veiculadas nos jornais analisados



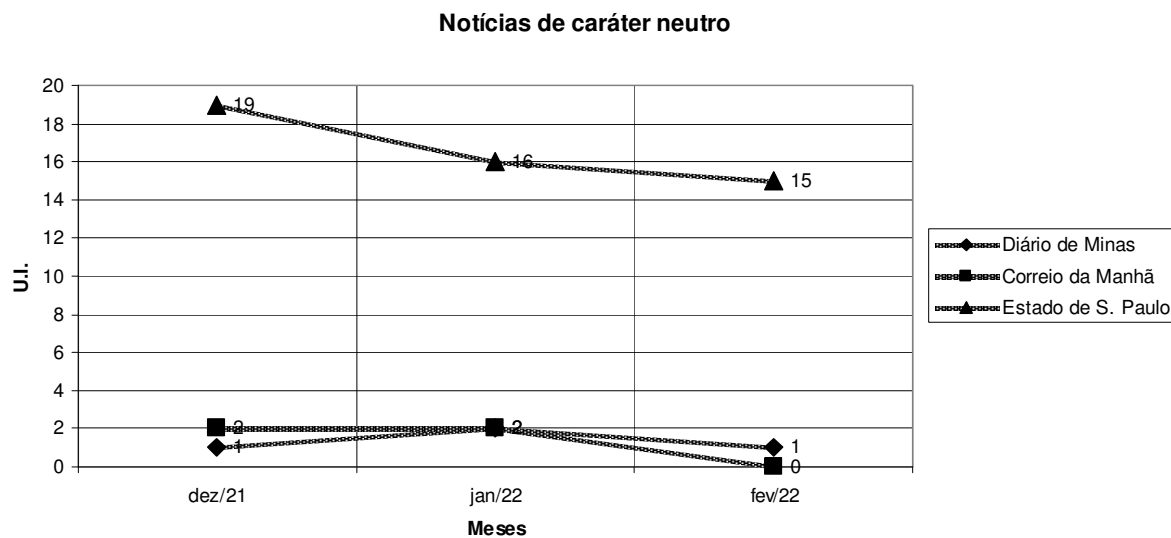
**Gráfico 2:** Gráfico comparativo das notícias favoráveis aos candidatos da dissidência veiculadas nos jornais analisados



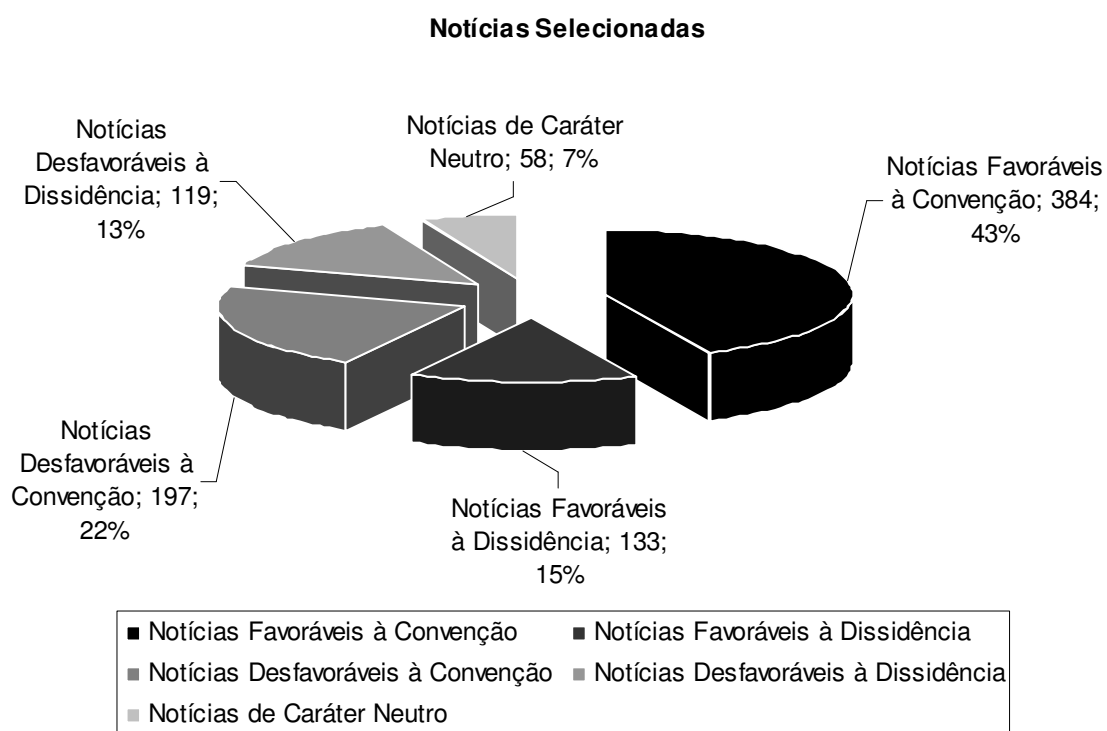
**Gráfico 3:** Gráfico comparativo das notícias desfavoráveis aos candidatos da convenção veiculadas nos jornais analisados



**Gráfico 4:** Gráfico comparativo das notícias desfavoráveis aos candidatos da dissidência veiculadas nos jornais analisados



**Gráfico 5:** Gráfico comparativo das notícias de caráter neutro veiculadas nos jornais analisados



**Gráfico 6:** Gráfico com a totalização das notícias veiculadas pelos jornais

#### 4.2. Tabela cronológica

Procurando contextualizar a dissertação acerca dos acontecimentos que extrapolam o período pesquisado nos jornais, segue abaixo uma tabela em ordem cronológica de eventos significativos relativos às eleições de 1922.

DIA	EVENTO
08/07/1921	Realiza-se a Convenção do Partido Republicano em que são definidos os nomes de Arthur Bernardes e Urbano dos Santos como candidatos do partido para concorrer às próximas eleições presidenciais
16/07/1921	É criada a Reação Republicana que se opunha aos candidatos definidos na convenção. Tinha o apoio de candidatos e setores descontentes tanto com a política do café-com-leite como com a nomeação de Bernardes e de Urbano
10/10/1921	O <i>Correio da Manhã</i> publica a primeira carta insultuosa ao Exército atribuída a Bernardes
13/10/1921	O <i>Correio da Manhã</i> publica a segunda carta insultuosa ao Exército atribuída a Bernardes
15/10/1921	Arthur Bernardes apresenta sua plataforma de governo no Distrito Federal, onde é vaiado pela população presente
02/12/1921	O <i>Diário de Minas</i> publica pela primeira vez o jargão utilizado por Nilo Peçanha na campanha: “Custe o que custar”. Na mesma edição, publica uma declaração de Bernardes em que este utiliza a palavra de ordem: “Haja o que houver” em contraposição à criada por Nilo.
28/12/1921	Publicação do laudo do Club Militar em que, segundo perícia efetuada por Serpa Pinto, as cartas são autênticas.
04/02/1922	O conselheiro Ruy Barbosa declara-se contrário às declarações de autenticidade das cartas atribuídas à Bernardes, publicadas pelo Club Militar
06/02/1922	O perito francês Edmund Locard, em análise encomendada por Edmund Bittencourt, declara que as cartas atribuídas à Bernardes são autênticas
08/02/1922	Um novo laudo é apresentado por Simões Corrêa que afirma ser falsas as cartas atribuídas à Bernardes.
24/05/1922	Oldemar Lacerda admite ter escrito as cartas atribuídas à Bernardes, procurando favorecer a candidatura do general Hermes da Fonseca

**Tabela 5:** Cronologia dos Eventos

## CONCLUSÃO

Seguindo os princípios de marketing político, propaganda política e controle ideológico estabelecidos no primeiro capítulo deste trabalho juntamente com o conhecimento e reconhecimento das forças políticas atuantes no período eleitoral em questão, podemos analisar com bases teóricas, as notícias coletadas na pesquisa dos jornais que compõem a segunda parte desta dissertação.

Analisando os documentos disponíveis relacionados a Bernardes e sua campanha de 1922 à presidência, é evidente a preocupação com os jornais atuantes no período. É evidente também a importância do veículo, visto que era o único meio de comunicação de massa existente e o único meio de publicidade de grande alcance disponível para a veiculação de informações e declarações relativas aos candidatos. Era através dos jornais que as forças (políticas e sociais) se comunicavam com outras e com seu eleitorado.

Em se tratando de forças políticas, nota-se que os candidatos procuravam manter um relacionamento cordial, senão subserviente em relação às Forças Armadas e em especial ao Exército, visto que, conforme a pesquisa bibliográfica acrescenta, sem o apoio dos militares, nenhum presidente poderia se considerar eleito apenas com a apuração das urnas.

Tal relacionamento, ou tentativa de relacionamento, entre política e militares, é constantemente retratada nos jornais, principalmente e excepcionalmente nesta eleição, em que a principal arma dos adversários de Bernardes eram justamente cartas ofensivas ao Exército.

Os jornais mostraram que seus adversários utilizaram tal expediente para provocar uma ruptura entre o Exército e Bernardes o que certamente levaria ao fracasso completo da sua candidatura. Nas páginas dos matutinos houve declarações de militares acreditando que as cartas vinham de Bernardes e conseqüentemente condenando sua postura perante as Forças Armadas posição que, se encontrasse eco suficientemente representativo dentro da instituição, destruiria as chances de posse do mineiro.

Por outro lado, os jornais também deixaram claro que os correligionários de Bernardes viram no episódio das cartas a oportunidade de maior aproximação do candidato com os militares visto que os diálogos entre os mesmos deveriam permanecer estreitos e abertos durante todo o processo de apuração de tais documentos, por toda a campanha, em que Bernardes se declarou inocente e foi absolvido, mesmo que tardiamente, de tais acusações.

Se havia militares que acreditavam em tais cartas, muito maior foi o número de publicações de declarações de militares que, além de apoiarem Bernardes e se mostrarem descrentes com a veracidade de tais documentos, condenaram com veemência a atitude do Club Militar em envolver-se em questões que, segundo eles, eram absolutamente politiqueras.

Da imprensa, via-se por um lado a pressão exercida pelos jornais e personalidades dissidentes no eleitorado, com inúmeras notícias diárias que procuravam convencer as pessoas de que as cartas eram autênticas e que Bernardes não era um candidato com o apoio e a simpatia do exército. Por outro lado, a pressão dos órgãos de imprensa e personalidades simpáticos à candidatura da Convenção a qual tinha como objetivo também o convencimento, mas de que Bernardes era vítima, que tinha o apoio militar à sua candidatura e que assumiria sim o cargo de presidente caso fosse eleito.

Tais abordagens são fatos que podem ser analisados sob a ótica do controle ideológico disposto na obra Garcia (1982, p.54) em que o autor afirma que “exercendo pressões constantes para que os receptores não tenham condições psicológicas de julgar, analisar e avaliar as idéias que recebem” fazendo com que a audiência dos jornais aderisse às idéias veiculadas em suas páginas.

A eficácia deste método fica clara quando é feita uma leitura com o intuito de imersão nos jornais *Diário de Minas* e *Correio da Manhã*. Mesmo tendo a posição privilegiada no tempo, onde é conhecido o resultado da verificação das cartas e das eleições em questão, em alguns momentos o *Correio da Manhã*, com sua estratégia de bombardear os leitores com notícias que corroboram com sua tese, transmite tanta certeza em suas afirmações de que as cartas eram autênticas que é possível duvidar do resultado histórico da admissão da culpa feita por Oldemar Lacerda, em que este assume ter escrito tais documentos.

Podemos verificar também nas notícias dos jornais, inúmeras manifestações de indivíduos e de grupos de pessoas apoiando as candidaturas. Essas declarações de apoio, através da sua constância, do prestígio dos remetentes e do número de eleitores que representavam, procuravam convencer o leitor do apoio a determinado candidato.

Tais manifestações, tanto de dissidentes quanto situacionistas, tinham um só objetivo: convencer a opinião pública sobre determinada verdade em detrimento das declaradas pelos jornais e manifestações contrárias.

A propaganda utiliza várias formas de pressão com o intuito de neutralizar o senso crítico da sua audiência. Garcia (1982, p.57) quando trata da pressão psicológica exercida pela propaganda, afirma que “as pessoas, em condições normais, ao receberem informação ou

assistirem a um fato, procuram compreender a situação, analisar os prós e contras [...] É o que se chama senso crítico”. Contudo, o autor ressalta que em determinadas ocasiões como “envolvimento emocional, tensão nervosa, temor, cansaço físico e mental os indivíduos tendem a ter o seu senso crítico diminuído” ficando mais suscetíveis às afirmações que ouvem, recebendo-as passivamente.

O autor toma as grandes manifestações populares como uma das principais armas de pressão psicológica utilizada pela propaganda. Nas grandes concentrações de massas,

as marchas, as músicas e cânticos ampliados por alto-falantes, as luzes, o lançamento de folhetos e papéis, [...] os discursos inflamados, tudo reflete sobre os presentes. Envolvem as pessoas com tal intensidade que, quase hipnotizadas, tornam-se mais sugestionáveis às mensagens que recebem. (GARCIA, 1982, p.57 e 58)

Evidenciando tal mecanismo propagandista, os jornais pesquisados anunciavam com frequência considerável, a realização de comícios, jantares, manifestações de apoio, conferências e reuniões. As notas e artigos relacionados a estas manifestações eram convites à população para comparecerem com data, hora e local do evento. Outras notícias relatavam as reuniões ocorridas, transcreviam discursos e quando possível, ressaltavam o público que esteve presente que, em alguns casos, contavam com mais 2000 pessoas.

Tais notícias serviam para demonstrar o apoio recebido pelo candidato, a quantidade de pessoas que aderiam à sua candidatura e as personalidades que a apoiavam. A respeito das reuniões, segundo os jornais, eram sempre promovidas por um nome relevante no meio em que eram realizadas e contavam com discursos inflamados e a aclamação dos presentes, apoiando as idéias expostas pelo palestrante.

Apesar do grande número de reuniões anunciadas nos jornais, eram poucas as ocorrências promovidas pessoalmente pelos candidatos ou com a sua presença, fato que pode ter diferentes interpretações. Uma delas é que os candidatos não tinham tanta facilidade de locomoção, o que os obrigava a delegar seus comícios aos promotores de sua candidatura e a outra interpretação é a que os candidatos assumiam uma posição mais passiva em relação a tais manifestações, dando um ar de “aclamação pelas massas” aos seus nomes e de estarem cumprindo um desejo da população com a sua candidatura. Tais interpretações são válidas levando em consideração os relatos dos jornais, porém, analisando os documentos, telegramas e cartas recebidas por Bernardes durante sua campanha, percebe-se que as manifestações eram organizadas com o seu conhecimento e aval, o que contraria a imagem de manifestações ocasionais e espontâneas apregoada pelos jornais.

Outro recurso utilizado pelos candidatos e que apóia a teoria de Garcia da ampliação da mensagem para as massas, eram as músicas. As marchinhas carnavalescas eram comuns no período, pois a campanha realizada em janeiro e fevereiro, coincidia com o período das festas populares em que eram promovidas manifestações em clubes e agremiações, que acabavam por popularizar as músicas de campanha. Contudo, não há evidências de que tais músicas eram jingles ou encomendadas pelos candidatos, fato que nos leva a concluir que estas manifestações musicais eram autenticamente originárias do povo e oportunamente disseminadas pelos jornais militantes.

“Ai seu mé” e “Club do Mé” eram marchinhas compostas por simpatizantes de Nilo Peçanha que traziam em seu conteúdo, não propaganda da campanha dissidente, mas ataques ao candidato Bernardes. Tais marchinhas foram citadas no *Correio da Manhã* e a segunda foi transcrita na íntegra no jornal com o objetivo de que os leitores conhecessem e reproduzissem a letra nos bailes de carnaval.

“Goiabada”<sup>36</sup> também é uma marchinha de ataques, mas, ao candidato derrotado Nilo Peçanha, composta após a vitória de Bernardes nas eleições.

As composições utilizavam os apelidos dados aos candidatos em que Bernardes era o “Seu Mé” e “Rolinha”, Nilo era a “Goiabada Estragada” e os estados eram “Queijo” e “Leite” (Minas), “Café” (São Paulo) e “Goiabada” (Rio de Janeiro) mostrando ser comum utilizar como denominação dos estados e seus representantes, os alimentos que mais produziam.

Nas eleições de 1922, as palavras de ordem adotadas pelos candidatos ilustram a teoria da codificação proposta por Garcia (1982, p.44 a 51). Tais palavras de ordem procuravam estabelecer uma ideologia que seria carregada pelos candidatos durante a campanha.

Estas palavras de ordem tiveram origem numa declaração de Nilo Peçanha em que o candidato afirmou que “seremos o governo da República, custe o que custar”. A fração “custe o que custar” foi tomada como palavra de ordem pelos dissidentes ecoando em vários discursos em defesa de Nilo Peçanha. Porém, o *Correio da Manhã*, órgão dissidente, não deu qualquer publicidade à frase visto que a mesma pareceu bastante arrogante e ameaçadora ao processo democrático, pois possuía em sua origem, a ameaça de golpe militar numa possível vitória Bernardista.

Bernardes, em resposta à manifestação de Nilo Peçanha, utilizou as palavras de ordem “Haja o que houver!”. Tal declaração, foi publicada pelos jornais que apoiavam sua candidatura no começo de dezembro de 1921: “Haja o que houver não abandonaremos a luta,

---

<sup>36</sup> Ver letra na íntegra no anexo 6 e música no DVD anexo na pasta “Musicas”, arquivo “goiabada.mp3”

haja o que houver temos confiança plena na victoria eleitoral, haja o que houver, vencerá finalmente a nação contra os deturpadores do regimen” (*O Estado de S. Paulo*, 02/12/1921).

Essa declaração colocava Bernardes, tal qual o tratamento dado pelos bernardistas ao episódio das cartas, na posição de “provocado” e não de “provocador” e teve mais êxito que seu opositor no aspecto eleitoral já que fora publicada em diversos jornais que o apoiavam sem qualquer questionamento à sua legitimidade democrática.

Temos então que, mesmo pertencendo à um recorte de tempo distante dos atuais com tecnologias distintas das que conhecemos hoje, elementos da propaganda política e ideológica são evidenciados através das páginas dos jornais contemporâneos às eleições de 1922.

Esta dissertação, além de evidenciar a relação da comunicação do período pesquisado e do contemporâneo, mostra-se um documento de pesquisa composto por vários elementos comprobatórios das características do personagem político Arthur Bernardes e de sua campanha.

Além da pesquisa contida neste texto, o DVD anexo contém vários documentos relevantes relacionados com a campanha de 1922 como plataforma de governo de Arthur Bernardes, telegramas, cartas e panfletos selecionados no Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte, fração dos filmes, músicas e todas as imagens dos jornais que compõem a análise (*Diário de Minas* originário da Hemeroteca de Belo Horizonte, *Correio da Manhã* vindo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e *O Estado de S. Paulo*, colecionado pelo Arquivo Público de São Paulo) as resenhas de suas notícias selecionadas e as imagens de outros jornais de menor relevância para a pesquisa (descontinuados, sem representatividade histórica à campanha, que tenha sido documentada ou que simplesmente não agregariam elementos novos à pesquisa).

Dada sua coleção considerável de documentos relacionados ao candidato da Convenção e de sua campanha eleitoral, esta dissertação torna-se uma fonte de pesquisa rica em informações sobre a comunicação, marketing político e as ferramentas de persuasão do período de 1922 e dos seus protagonistas políticos e sociais, no entanto, todos os arquivos constantes no DVD são apenas ilustrações para fins de pesquisa científica e devem respeitar sua respectiva legislação para reprodução com outras finalidades.

## REFERÊNCIAS

1930 – TEMPO DE REVOLUÇÃO. Direção de Eduardo Escorel. Produção da Secretaria do Estado da Cultura do Governo de São Paulo. Edição de João Henrique Jardim. Roteiro de Sérgio Augusto. Texto de Sérgio Augusto e Eduardo Escorel. Narração de Edwin Luisi. São Paulo. Brasil. 1990. 1 DVD (48 min), som, color, português.

AMORA, Paulo. **Bernardes** – o estadista de Minas na República. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução á metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BELANGA, Tatiana P. C. & MARSON, Michel Deliberali. **Indústria Mineira e Paulista na Década de 1930: Concentração com integração**. In: XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, MG: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A071.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A071.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2007.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola et al. **Folhas do Tempo** – Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CERVO, Amado A & BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIFRANTIGA. Ai, seu mé. Disponível em: <[cifrantiga3.blogspot.com/2006/04/ai-seu-m.html](http://cifrantiga3.blogspot.com/2006/04/ai-seu-m.html)>. Acesso em: 10 jan.2007.

DOMENACH, Jean-Marie. **A Propaganda Política**. 2 ed. Tradução de Ciro T. de Pádua. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

\_\_\_\_\_. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão. In: **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p.11-41

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda Ideológica**. Coleção Primeiros Passos – Vol. 77. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HISÓRIA DO BRASIL – Grandes Personagens, a vida e a obra dos homens que fizeram a história. **Arthur Bernardes** – o começo do fim da República Velha. Fascículo 48. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

KOIFMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil** (de Deodoro à FHC). 1 ed. Rio de Janeiro: Rio, 2002.

LASSWELL, Harold & KAPLAN, Abrahan. **Poder e Sociedade**. 2 ed. Tradução de Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa. Brasília: UnB, 1998.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **A imprensa em Belo Horizonte**. Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano VIII, Fascículos I e II. Imprensa Oficial de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Janeiro a Junho de 1903.

\_\_\_\_\_. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte (1895-1954)**. Coleção Centenário. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais - Editora UFMG, 1995.

LINS DA SILVA, Carlos E. **O marketing eleitoral**. Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2002.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa** – uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes** – Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros. Volume 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

MANHANELLI, Carlos A. **Estratégias eleitorais** - Marketing Político. São Paulo: Summus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Eleição é guerra**: marketing para campanhas eleitorais. São Paulo: Summus, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MÁRIO Rodrigues. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio\\_Rodrigues](http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Rodrigues)>. Acesso em: 28 jun. 2007.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo** – Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3 ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e manipulação política no Brasil**: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 à 1998. In: Comunicação & Política. n.s., v.XI, n. 2, 1998, p. 119-137.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

NONO Período de Governo Republicano. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/Infger\\_07/presidentes/artur\\_bernardes.htm](http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/artur_bernardes.htm)>. Acesso em: 18 jul.2006

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PETERS, Ana Paula. O regional, o rádio e os programas de auditório: nas ondas sonoras do Choro. **Revista Eletrônica de Musicologia**. Vol. VIII. S.l.: Dez 2004. Disponível em: <<http://www.rem.ufpr.br/REMr8/regional.html>>. Acesso em: 18 jun.2006.

PICOLIN, João Carlos. **As metas e o plano: Juscelino para presidente do Brasil** – as estratégias de comunicação política que ajudaram a eleger JK em 1955. 2001, 245 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

QUEIROZ, Adolpho. A evolução do conceito de marketing político no continente Latino Americano. In: MARQUES de MELO, José; GOBBI, Maria Cristina (Orgs). **Pensamento comunicacional Latino-Americano** – da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico. São Bernardo do Campo: UMESP – Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2004. p. 179-190.

\_\_\_\_\_. Voto, mídia e pesquisa: propaganda política no Brasil. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: UMESP, n.30, p. 105-140, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.). **Na Arena do Marketing Político** – Ideologia e Propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras. São Paulo: Summus, 2006.

REVOLUÇÃO DE 30. Direção de Sylvio Back. Produção, roteiro, pesquisa iconográfica e seleção de Sylvio Back. Brasil. 1980. 1 DVD (35 min), som, color, português.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social** – Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROMANINI, Maurício G. Prudente de Moraes: a visão singular como sustentáculo do fenômeno coletivo. In: QUEIROZ, Adolpho (org.). **Na Arena do Marketing Político** – Ideologia e Propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras. São Paulo: Summus, 2006. p.99-122.

RUBIM, Antonio A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, H. **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo, Scritta, 1994.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 26 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SANTA RITA, Chico. **Batalhas Eleitorais** (25 anos de Marketing Político). 3 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das palavras, além das formas. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola et al. **Folhas do Tempo** – Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Hélio. **Arthur Bernardes** – 12º Presidente do Brasil 1922-1926. Série Os Presidentes. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TAVARES, Débora Cristina. **Estratégias Políticas Para Campanhas Presidenciais** - um estudo de doze dissertações de mestrado da Umesp sobre Marketing Político. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação Social) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

TORQUATO, Gaudêncio. Prefácio. In: QUEIROZ, Adolpho (org.). **Na Arena do Marketing Político** – Ideologia e Propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras. São Paulo: Summus, 2006. p.7-11.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Comunicação Social e Política**. São Paulo: Thomson, 2002.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. Coleção História Popular número 5. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

## **ANEXO 1 - Biografia de Arthur Bernardes**

Vários são os adjetivos atribuídos a Arthur Bernardes, tanto pelos que lhe foram simpatizantes, quanto pelos seus adversários políticos e pessoais. Contudo, a maioria dos retratos feitos deste personagem, elegem o período pós-presidencial, como o melhor aspecto da sua carreira política, sobrepondo indubitavelmente, ao seu quadriênio como Presidente da República.

Este capítulo trará os principais aspectos da vida de Bernardes. Será retratada sua trajetória profissional, política e familiar. Suas origens, lutas e conquistas pessoais e públicas.

Notam-se alguns aspectos do personagem, que formam um consenso na maioria dos textos que procuram traçar seu perfil: Bernardes era um homem inteligente e bem informado, que impressionava pelo rigor da linguagem, obstinado na dedicação ao trabalho e bastante religioso.

Amora (1964, p.25) descreve Arthur Bernardes, mostrando uma grande intimidade, como segue:

Alto, esguio, de nariz aquilino, testa larga. Olhos castanhos, pequenos e inquietos lhe boiavam no rosto comprido. [...] Apenas sorria, não ria. [...] Vestia-se com esmero e certo requinte de elegância. Porte erecto, atitude impecável, em qualquer circunstância. A sua prosa era agradável, porém severa, a dicção perfeita, escandindo bem as palavras, a voz cheia. Não admitia gíria. [...] Possuindo dom inato de comando, não gaguejava, e transmitia ao interlocutor absoluta confiança.

Arthur da Silva Bernardes nasceu no dia 8 de agosto de 1875 em Viçosa, Minas Gerais, filho do português Antonio da Silva Bernardes e de Maria Aniceta Bernardes, descendente da família Vieira de Souza que foram os fundadores da cidade de Rio Casca, na região de Viçosa. Seus bisavôs maternos eram Manuel Vieira e Maria de Souza, os patriarcas da importante família Vieira de Souza.

Seu pai começou a vida profissional como comerciante e depois, em meados do século XIX, sendo chamado de “coronel”, ocupou a função de solicitador, que era o nome dado a advogados que não eram diplomados, em várias comarcas da Zona da Mata Mineira. Faleceu em 1910, quando Bernardes era deputado federal no Rio de Janeiro e sua mãe em 1918, quando o filho já havia se tornado presidente de Minas Gerais.

Desde cedo, mais precisamente a partir dos 14 anos, Bernardes começou a trabalhar para ajudar no orçamento da família que na época, atravessava por um período de dificuldades financeiras.

Estudou em Viçosa até os 12 anos e depois disso, 2 anos no rigoroso Colégio da Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. Após este período, foi obrigado a abandonar a instituição e os estudos e retornar à sua cidade natal, pois a família não podia mais arcar com os custos.

Segundo Koifman (2002, [s.n.]) o primeiro emprego de Bernardes foi à empresa Pena e Graça. Aos 18 anos já era contador (guarda-livros, como era chamado na época) na firma de Adriano Teles, em Rio Branco, também em Minas Gerais. Em 1897, alistou-se no Batalhão Patriótico Bias Fortes, em Ouro Preto onde, neste período, Bernardes trabalhava e estudava.

No mesmo ano, Bernardes prestou os exames para entrar<sup>37</sup> no segundo período da Faculdade Livre de Direito, onde era aluno ouvinte desde o ano anterior. Foi aprovado nas avaliações do primeiro ano e integrado efetivamente à turma do segundo ano, de onde em 1899 transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo onde se formou advogado em dezembro de 1900. Ainda neste ano, Bernardes voltou à Viçosa e montou seu escritório de advocacia no qual trabalhou por dois anos.

Ainda segundo Koifman (2002, [s.n.]), no período em que estudou em São Paulo, Bernardes trabalhou como revisor do Correio Paulistano<sup>38</sup> (braço do Partido Republicano Paulista), estafeta<sup>39</sup> dos Correios e Telégrafos e também como fiel de cartório de notas.

Além dos trabalhos que acumulava “Seu domínio do idioma, de que era sempre zeloso, valeu-lhe um lugar como professor de Latim e Português no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, ao qual chegou mediante concurso” (KOIFMAN, 2002, [s.n.]).

Com 28 anos, no dia 15 de julho de 1903, Bernardes iniciou um casamento que durou 52 anos com Clélia Vaz de Melo, filha do líder político Carlos Vaz de Melo que várias vezes havia ocupado o cargo de deputado-geral do Império.

Em seu casamento, Bernardes teve oito filhos: Clélia, Arthur, Maria da Conceição, Dhalia, Rita, Sylvia, Geraldo e Maria de Pompéia.

Para esclarecer a importância que Carlos Vaz de Melo teve na vida política de Arthur Bernardes, as páginas iniciais do fascículo da História do Brasil (1970, p.153) que retrata sua vida, dedicam seus primeiros parágrafos para esclarecer os meandros políticos que na época regiam os municípios:

---

37 Em 1894, um decreto do presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, passou a permitir o acesso ao externato do Colégio Mineiro por meio de concurso. Bernardes, disposto a retornar aos estudos, abandonou o emprego em Viçosa e mudou-se para Ouro Preto, onde começou a freqüentar um curso particular com o objetivo de obter os diplomas secundários e estudar para os exames preparatórios de admissão ao curso superior. (KOIFMAN, 2002, [s.n.]).

38 Fundado em 1854, o Correio Paulistano foi um dos mais importantes noticiosos do Estado. Circulou até 1963.

39 Entregador de telegramas

Política era um negócio de família. Ao anoitecer, na sede das fazendas ou nos casarões dos povoados, reuniam-se os proprietários de terra, o dono do empório, o advogado, o médico, o farmacêutico e o padre do lugar. Eles eram a Câmara Municipal e o prefeito, um deles o deputado: todos juntos formavam o partido. [...] Fora do grupo, não havia carreira política possível. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.153)

Como um dos homens de maior prestígio político da Zona da Mata Mineira, Carlos Vaz de Melo conseguiu transferir parte deste comando a Bernardes que, após a morte do sogro em 1904, assumiu o controle político de Viçosa em seu lugar e a partir daí, adquiriu prestígio próprio.

Iniciou-se então, uma carreira política meteórica,

Até chegar ao Palácio do Catete, Arthur Bernardes passou pela Presidência da Câmara de Viçosa, em 1906; foi deputado federal eleito em 1909; secretário de finanças de Delfim Moreira da Presidência de Minas, de 1914 a 1918, sucedendo-o no cargo no período seguinte. Ao terminar seu mandato no governo mineiro, em 1922, saiu para assumir a Presidência da República. (KOIFMAN, 2002, [s.n.])

Atuando como Secretário das Finanças de Viçosa, procurou atender as necessidades básicas da população como luz elétrica, rede de esgotos, calçamento de ruas, escolas e estrada de ferro.

Assumindo a presidência de Minas Gerais em 1918, com o apoio do Partido Republicano Mineiro (PRM)<sup>40</sup>, Arthur Bernardes foi cogitado como sucessor do presidente Rodrigues Alves, que morrera antes de assumir o cargo.

De acordo com a constituição de 1891, o vice, Delfim Moreira, convocara novas eleições. No período 1894-1930 a aliança São Paulo-Minas elegeu todos os presidentes da República (à exceção de Hermes da Fonseca). Tratava-se, portanto de iniciar as negociações entre os dois grandes estados para decidir quem seria o presidente empossado em 1919. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.156)

---

<sup>40</sup> No período em questão, não havia no país partidos políticos de âmbito nacional o que dava lugar a partidos políticos que exerciam influência em âmbito estadual. Cada estado possuía seu grupo dominante – as “oligarquias” – e os mais poderosos eram o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). O jogo político federal dava-se do entendimento dos partidos estaduais, onde prevaleceu, no período de 1894 a 1930 as imposições feitas pela aliança São Paulo – Minas. Em Minas Gerais, como na maioria dos outros estados, o candidato que fosse indicado pelo PRM poderia se considerar eleito. Para isso, se necessário, o partido se valia da utilização do voto de cabresto e da apuração a bico de pena. HISTÓRIA DO BRASIL (1972, p.154-156)

Como o presidente paulista Altino Arantes era um nome inviável pois enfrentava forte oposição dentro do próprio estado, restava aos simpatizantes da política do café-com-leite indicar o presidente de Minas, Arthur Bernardes.

Este por sua vez recusou a indicação alegando inexperiência para o cargo. Amora (1964, p.43) relata que Bernardes tomou esta decisão pois achava que os “compromissos com o povo de Minas não haviam ainda cessado” mas o autor ressalva, citando frase de Gilberto Amado, que Bernardes “queria e amava o poder em sua plenitude e não por metade” provavelmente insinuando que preferia usufruir até o fim o cargo conquistado.

Esta atitude de Arthur Bernardes, considerada escrupulosa, aliada à falta de opção razoável dentro dos próprios estados, forçou paulistas e mineiros a promoverem a candidatura do indicado pelo Rio Grande do Sul, o paraibano Epiácio Pessoa, considerado simpatizante do eixo café-com-leite. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.156).

Paralelamente, Bernardes enfrentava grandes pressões de “coronéis” mineiros e da comissão do PRM (apelidada de Tarasca), que esperavam, como ocorrera em outras administrações, “semicontrolar” o governo estadual. Contudo, essa era uma posição que Bernardes não aceitava. “Se os ‘coronéis’ e o partido eram poderosos, ele tinha em suas mãos a máquina do Estado” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.157). Partidários que ocupavam cargos na administração foram demitidos, exigiu dos membros do governo fidelidade à ele e não à Tarasca, assumiu a chefia do PRM, deixando a comissão executiva em uma posição secundária. Mostrando pulso firme e decisões fortes, Arthur da Silva Bernardes se tornou o inquestionável chefe de Minas Gerais.

Porém, a autoridade de Bernardes em Minas afetaria negócios de âmbito nacional. “Enquanto Bernardes ia-se firmando no governo e submetendo seus opositores, Epiácio Pessoa, na presidência da República, aceitava as proposta de Percival Farquhar, assinando com a companhia inglesa Itabira Iron Ore um contrato para a exploração do ferro brasileiro.” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.157). O contrato firmado possuía características unilaterais e deixou a opinião pública intrigada. Os termos do contrato rezavam que:

- A empresa possuiria estradas de ferro e portos privativos além de estar isenta de impostos de importação por sessenta anos;
- A empresa não era obrigada utilizar matéria prima nacional, nem mesmo o carvão, que seria trazido da Inglaterra;
- Era dada a concessão das jazidas de Minas à Itabira sem qualquer pagamento ao Tesouro brasileiro.

Em suma, o governo federal permitia que fosse extraído o ferro das reservas de Minas Gerais sem que a Itabira pagasse absolutamente nada aos cofres públicos. Este contrato foi negado pelo Tribunal de Contas da União, mas Epitácio Pessoa ignorou a decisão e determinou que efetivassem o acordo.

Porém, para que o contrato tivesse efeito, era necessária a aprovação do estado em que se localizavam as jazidas, Minas Gerais.

Bernardes recusou-se a assinar. Fez mais. Denunciou o acordo como antipatriótico e declarou-se nacionalista, ou seja, defendeu que os contratos com empresas estrangeiras fossem feitos deixando manifestos os benefícios que trariam ao país, e só fossem sancionados quando tais benefícios demonstrassem ser realmente de valor. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.157)

Segundo Belaga & Marson (2006, p.7 e 8), a efetivação do negócio faria com que a Itabira extraísse e comercializasse ferro mais barato do que as pequenas empresas que já estavam instaladas nas jazidas mineiras. Contudo, essa atitude rendeu-lhe inimizades que lhe causariam transtornos em breve.

Em 8 de julho de 1921, a cúpula mineira e paulista do Partido Republicano, reuniu-se e decidiu pela nomeação de Arthur Bernardes como seu candidato à presidência do Brasil. Desta vez, aceitando a incumbência que lhe era novamente oferecida, Arthur Bernardes ingressou numa campanha bastante acirrada. A disputa iniciou-se já na escolha do seu vice, tendo como candidatos autoproclamados J. J. Seabra (presidente da Bahia) e José Bezerra (presidente de Pernambuco). Depois de uma grande disputa, decidiu-se por um terceiro nome: Urbano dos Santos, presidente do Maranhão.

Seus oponentes viriam da união dos candidatos descartados (J. J. Seabra e Bezerra), Borges de Medeiros (presidente do Rio Grande do Sul), Nilo Peçanha (que até então dava apoio declarado à campanha de Arthur Bernardes) e setores insatisfeitos da sociedade brasileira, incluindo Percival Faqurar. Formou-se então a chapa Nilo-Seabra que por sua vez deu origem à Reação Republicana.

Um dos fatos mais marcante da campanha foi a publicação pelo jornal carioca *Correio da Manhã* de cartas ofensivas às forças armadas brasileiras e que eram atribuídas a Arthur Bernardes. Este episódio quase resultou no seu afastamento da campanha, mas acabou sendo esclarecido no dia 24 de maio de 1922, com a confissão dos falsários.

Contudo, esta revelação veio tardiamente, pois, no dia 1º de março de 1922, Arthur da Silva Bernardes se tornou o 12º Presidente do Brasil eleito com 466.877 votos, equivalentes à 56% dos votos válidos. A representatividade do eleitorado não chegou a 3% da população

total do país. Seu adversário, Nilo Peçanha, recebeu 317.714 votos. (KOIFMAN, 2002, [s.n] e SILVA, 1984, p.32).

Epitácio Pessoa, no fim do seu mandato, desentendeu-se com o Marechal Hermes da Fonseca e, para fazer valer sua autoridade, o advertiu e em seguida mandou prendê-lo. Esta atitude gerou a revolta do Forte de Copacabana comandada por integrantes do Exército, em 5 de julho de 1922, onde

saíram às ruas, seriam dezoito, 28 ou ainda menos – o número é impreciso-, para enfrentar tropas que lhes eram infinitamente superiores. Caíram [quase] todos sob a metralha das forças fiéis ao governo [...] Fora um gesto romântico, heróico, corajoso, abnegado e inútil. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.161)

Esta revolta, apesar de não haver influenciado significativamente a população, obrigou o Congresso a decretar estado de sítio, regime que vigorava enquanto Arthur Bernardes, que não havia tido nenhuma responsabilidade por este episódio, assumia a presidência da República no dia 15 de novembro de 1922.

Como sua campanha eleitoral, seu quadriênio como presidente da república foi igualmente tumultuado, para não dizer desastroso, a ponto de ter recebido de seus desafetos mais um apelido: Bernardes, “O Calamitoso”, e apesar de Amora (1964, p. 78) não crer que o estado de sítio é que lhe garantiu terminar o seu governo, nota-se que na sua trajetória presidencial, Bernardes fez uso constante dos poderes que lhe era concedido em tal regime, quer seja para abrandar as rebeliões ou para castigar seus desafetos.

Seu governo foi permeado por revoltas e batalhas, tanto declaradas como as travadas no âmbito pessoal. Conforme narra História do Brasil (1974, p.161), um de seus primeiros atos como presidente foi de fechar o Correio da Manhã. Valendo-se do estado de sítio, Bernardes, convencido de que o vespertino havia compactuado com a falsificação e publicação das cartas, prendeu o diretor do jornal Edmundo Bittencourt.

Em seguida cometeu abusos que serviram de combustível à crescente desaprovação do presidente. Interveio nos Estados, primeiro forçando a vitória de seu aliado candidato à presidência do Rio de Janeiro, até mesmo sob protesto escrito de Raul Soares, então presidente de Minas Gerais, que em uma carta julga a atitude desacertada e afirma que é um “ato de força que repugna ao nosso espírito legalista” (apud SILVA, 1984, p. 70) e em segundo, Bernardes garantiu a derrota do candidato ao governo baiano, J. J. Seabra (que havia sido candidato à vice-presidência na chapa de Nilo Peçanha). Além disso, expulsou vários inimigos que faziam parte do Congresso nacional.

A primeira crise que enfrentou iniciou no Rio Grande do Sul em 1923, quando Borges de Medeiros, que havia participado de forma direta na campanha de Nilo Peçanha, é eleito presidente daquele estado e, contra seu opositor Assis Brasil, travou batalha armada, que só terminou quando Bernardes enviou o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho para intermediar uma solução.

Em seguida, em 1924, a segunda e mais séria revolta, teve origem em São Paulo. Segundo Koifman (2002, [s.n.]) militares antibernardistas liderados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo comandante da Força Pública de São Paulo Miguel Costa, com o apoio da população, depuseram o presidente paulista Carlos de Campos e tomaram o poder estadual. Bernardes respondeu violentamente, destruindo a cidade bombardeando-a durante um mês, inclusive através de aviões, causando inúmeras mortes. Daí surgiu a união entre os revoltosos do Rio Grande do Sul, onde já havia iniciado a preparação da Coluna Prestes<sup>41</sup> e esta rumava em direção ao sudeste para o encontro com os rebeldes de São Paulo em abril de 1925, e daí seguir até o norte do país.

A Coluna Prestes que possuía em torno de 1000 soldados e tinha como objetivo derrubar o governo de Arthur Bernardes marchou 25.000 quilômetros pelos sertões do Brasil durante um ano, levando seu apelo revolucionário e desviando das grandes cidades, até chegar na Bolívia em março de 1926 onde encerrou sua jornada. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.163).

Por todo o período o Congresso permaneceu aberto, e todas as manifestações que seus opositores promoviam na tribuna, eram disseminadas pela imprensa que sofreu com a censura imposta no período.

Bernardes promoveu grandes avanços na agricultura do país, defendeu os interesses da nação contra a exploração internacional, deu início ao processo de implantação de férias aos trabalhadores e no fim do seu mandato, estabilizou a situação econômica do país. Silva (1984, p.151) afirma que “não foi um mau governo, como administração” contudo, politicamente enfrentou por anos uma onda de impopularidade.

A grande marca do seu governo, segundo Koifman (2002, [s.n]) acabou sendo o chamado bernardismo que se sintetizava características do seu governo como

o estado de sítio, a forma vingativa como resolveu as revoltas militares, os casos difíceis do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro os rebeldes, o seu modo de acertar as contas com seus opositores, [...] além da sua

---

<sup>41</sup> Grupo de militares revoltosos do Rio Grande do Sul que recebeu este nome por estar sob o comando do Tenente Luís Carlos Prestes. (HISTÓRIA DO BRASIL, 1974, p.161)

convivência com as prisões e os espancamentos da polícia do Rio de Janeiro [...].

Num ponto de vista mais ameno que Amora (1964, p. 77) apresenta quando conclui um capítulo de sua obra dedicado aos erros cometidos pelo presidente, atestando que Arthur Bernardes assumiu como responsabilidade exclusiva dele, todos os atos bons, ou maus, originários do seu governo e para o autor, “êste fato calou favoravelmente no seio da opinião pública, que soube apreciar, destarte, a personalidade do homem público”.

Contudo, é inegável a remissão das falhas de Arthur Bernardes como presidente graças aos seus feitos nos anos que seguiram o fim do seu quadriênio no cargo. Koifman (2002, [s.n.]) relata uma autocrítica de Bernardes publicada no jornal Última Hora em 17 de novembro de 1967, em que ele dizia entre outras coisas que “como presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia”.

Uma tradição que a República herdou e manteve do Império, foi a de garantir aos ex-presidentes, uma cadeira no senado. E assim foi feito com Bernardes que assumiu seu cargo em 1927 e segundo Koifman (2002, [s.n.]),

no dia em que desembarcou no Rio de Janeiro para assumir o mandato, o ex-presidente foi agredido por uma multidão que lhe atirava todo tipo de objetos. Um grupo de estudantes o recebeu com o coro: ‘Presidente Clevelândia<sup>42</sup>. Era a manifestação popular contra a brutalidade do governo recém-concluído.

Porém, neste momento começava sua luta em defesa dos interesses nacionais, e a defesa da constituição, que lhe proporcionou o resgate de seu prestígio político, inclusive contanto com apoio de antigos desafetos.

Filiou-se à Aliança Liberal e em 1932 procura articular em Minas, um movimento de apoio aos revolucionários paulistas que lutavam pela rápida reconstitucionalização do país, que o levou à prisão. Segundo História do Brasil (1974, p.167) nos depoimentos que prestou, Bernardes assumiu toda a responsabilidade pelo levante e que tinha como objetivo apoiar a revolução paulista.

Decretado seu exílio, Bernardes teria que partir com sua família para Portugal. Já no cais, pronto para o embarque no navio que levaria todos para a Europa, foi vítima de um atentado em que foi ferido seu filho, Bernardes Filho. Contudo, a distância não significou sua aposentadoria. De lá, conforme Koifman (2002, [s.n.]) Bernardes continuava a se

---

<sup>42</sup> Referência à outra medida impopular do presidente Arthur Bernardes que construiu um presídio na Amazônia com o nome de Clevelândia e que seus desafetos consideravam o mais tétrico dos campos de concentração da época.

corresponder com seus correligionários e quando Vargas convocou a Assembléia constituinte em 1934, ele regressou, foi eleito deputado federal a tempo de “participar da discussão da nova Carta Magna” e assumiu a presidência do Partido Republicano Mineiro.

Em 1937, o golpe ditatorial instituiu o Estado Novo, o Parlamento foi fechado, Bernardes perdeu seu mandato e só pode voltar à vida política após a queda de Getúlio. Contudo, neste período, continuou combatendo os projetos da Itabira Iron que ainda tentavam aprovação em Minas Gerais.

Quando Getúlio foi deposto, Bernardes conquistou novamente a vaga de deputado federal no quadro parlamentar que elaboraria a constituinte de 1946.

Depois de aprovada a nova Constituição, Bernardes dedicou-se à criação da Petrobrás pois, segundo História do Brasil (1974, p.168), ele defendia a criação de uma companhia que estritamente nacional para a exploração do petróleo no país e “preservar, contra a cobiça das potências estrangeiras, a riqueza natural do Brasil”. Esta batalha foi vencida em 1953 com a criação da Petrobrás.

Em 1950 retornou à Câmara como suplente e em 1954 teve seu último mandato com quase oitenta anos e lutou contra a criação do Instituto da Hiléia Amazônica pois achava que o projeto internacionalizaria a Amazônia.

Segundo Koifman (2002, [s.n.]), no dia 23 de março de 1955 por volta das oito da manhã, Arthur Bernardes queixou-se de dores em uma das pernas, o que lhe provocou falta de equilíbrio, naquele momento, ele sofrera o primeiro infarto. Após ser atendido pelo seu clínico particular Dr. Couto e Silva, recuperou a consciência e solicitou que um padre fosse chamado.

O autor ainda relata, baseado em documentos da família, que quem compareceu à casa de Bernardes o frei capuchinho Cassiano de Vila Rosa, que foi logo indagado: “Estou pronto?”. Ao que frei respondeu “Pronto para a vida e para a morte”. Bernardes voltou a descansar sua cabeça no leito e pronunciou as suas últimas palavras “Então, deixem-me descansar”. Enquanto dormia, um segundo infarto provocou sua morte exatamente às 13h45m.

Recebendo as honras póstumas num funeral com a presença de familiares, ilustres políticos e com o cortejo acompanhado por aviões da Força Aérea Brasileira, um símbolo dos seus anos de presidente do Brasil incomodamente lembrava a controversa vida pública que acompanhara o político: uma coroa de flores com uma faixa onde constava a assinatura: “sobreviventes de Clevelândia”.

Silva (1974, p.152) nas últimas páginas da sua obra, procura esclarecer o personagem Arthur Bernardes acreditando que

o povo dissocia Arthur Bernardes, o campeão do nacionalismo, do bernardismo, que grassou em torno de si, no seu governo, e do qual, afinal, foi a maior vítima. [...] Não foi um ditador, mas um presidente autoritário, em uma conjuntura em que ele e os políticos de sua formação punham a ordem acima de tudo. Foi à ordem que ele serviu, até mesmo quando se insurgiu contra a autoridade constituída que pareceu exorbitar de suas atribuições. No julgamento severo da história, Arthur Bernardes será o homem que defendeu a siderurgia nacional e tornou possível o seu desenvolvimento por Getúlio Vargas. O defensor da Amazônia, contra a invasão das multinacionais. Por isso merece o respeito e a gratidão do povo brasileiro.

Vê-se portanto o consenso que se forma em torno deste personagem tão admirado e controverso que é Arthur Bernardes.

A despeito de todas as atitudes rigorosas que tomou em seu governo, tanto no âmbito de estadista que era, quanto no âmbito pessoal, sua imagem perpetuada na história, recebe contornos nacionalistas e atributos de um homem inteligente, bem informado e acima de tudo democrata.

Um político que achava que tinha como missão representar sua sociedade, seu meio e defender o seu país. Atitudes que influenciaram inclusive seus filhos, que cada um à sua forma, procurou seguir os princípios deixados pelo pai.

**ANEXO 2 - Ai, Seu Mé**

*(Freire Júnior e Careca)*

O Zé Povo quer a goiabada Campista  
Rolinha desista / Abaixei esta crista  
Embora se faça uma "bernarda"  
A cacete / Não vais ao Catete  
Não vais ao Catete

Ai seu Mé / Ai Mé Me  
Lá no Palácio das Águias, olé  
Não há de pôr o pé

O queijo de Minas tá bichado  
Seu Zé / Não sei porque é  
Não sei porque é  
Prefira bastante apimentado, Yayá  
O bom vatapá / O bom vatapá

**ANEXO 3 – Primeira carta publicada pelo *Correio da Manhã*, atribuída a Arthur Bernardes**

Belo Horizonte, 3-6-921

Am.º Raul Soares

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, êsse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com tôda sua energia, de acôrdo com as minhas últimas instruções, pois essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente êsses ousados, prendendo os que saíram da disciplina, e removendo para bem longe êsses generais anarquizadores. Se o Epitácio com mêdo não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os bordados e *gallões*. [grifo do autor]

Abraços do  
Arthur Bernardes

**ANEXO 4 – Segunda carta publicada pelo *Correio da Manhã*, atribuída a Arthur Bernardes**

Minas, 6-6-921

Meu caro Raul Soares

Saudações afetuosas

Ciente dos dizeres da última carta, fico inteirado dos compromissos tomados para o resultado seguro da Convenção. Todavia desacordo com outra prorrogação porque ela devia ter sido realizada antes da chegada do Nilo, pois, como V. disse, êsse moleque é capaz de tudo. Remova tôda dificuldade como bem entender, não olhando despesas, o que já fiz ver ao João Luiz.

Das classes armadas nada devemos temer devido aos compromissos assumidos pelo Epitácio agindo com tôda energia.

Da política mineira só tenho a adiantar que os elementos do Salles estão sendo trabalhados tenazmente para abandoná-lo e que a sua candidatura à presidência do Estado está garantida porque obrigaremos os políticos recalcitrantes, sob pena de perderem as suas posições e V. quando me suceder continuará a levar na devida verba o que falta das grandes despesas que estamos fazendo, para que depois não venha a se dar *escando*. [grifo do autor]

Abraços do

Arthur Bernardes

## ANEXO 5 – Club do Mé

(Autor não citado)

Do Carnaval na folia,  
Não há quem não faça fé  
Na vastidão da alegria  
Do alegre Club do Mé.

Desde o Amazonas ao Prata  
E em Minas Geraes, até,  
De outra coisa não se trata  
Senão do Club do Mé.

É um Club forte e catita,  
Que mastiga o seu filé  
Com o auxílio do tio Pita  
E as verbas gordas do Mé.

O Souza Castro, com arte.  
Atrás do Lauro Sodré,  
É o bello porta-estandarte  
Do grupo fino do Mé.

O Urbano santos, (que sina!)  
Cabeça de catelé.  
Traz a espingarda assassina  
Das suas lutas pró-Mé.

Em posa nobre e perfeita  
Montado num pangaré,  
Felix Pacheco se ageita,  
Cantando lōas ao Mé.

O Serpa, torvo e sinistro  
Chegou de Baturité  
Pensando já ser ministro  
Na presidência do Mé.

Um portador gatigado,  
Que andou seis mezes a pé,  
Trouxe ao Chaves um recado  
Do Eloy de Souza, que é mé...

A Parahyba entra em scena,  
Diz-se neutra mas não é:  
Do tio Pita ao Lucena.  
Tudo ali é mé e mé.

Pernambuco eriça a coma,  
Commandado por José;  
Levana-se um pouco e toma...  
O pulso fraco do Mé.

Fernandes Lima, em surdina  
Soprando num oboé,  
Toca a marcha super-fina  
Do Ai, seu Mé, Ai, seu Mé!...

Mauricio Graccho Cardoso  
Com gestos de olé, olé,  
Grita, babando de gozo:  
- Eu sou mé, fui sempre mé!

Solene, vivo, ladino,  
Desdenhoso da ralé,  
Vem, logo após, o Aurelino,  
Com um cheque em branco do Mé.

Solenne, vivo, ladino,  
Desdenhoso da ralé,  
Vem, logo após, o Aurelino,  
Com um cheque em branco do Mé.

O rabula Heitor de Souza  
Rotundo como um pagé,  
Dizer com fé não mais ousa  
Que a carta não é do Mé.

Carrega Joaquim Moreira  
Bananas de São Thomé,  
Adquiridas na feira,  
P'ra a sobremesa do Mé...

O Vicente Piragibe  
Em Cascadura e Sapé,  
Inutilmente se exhibir,  
A cabalar pelo Mé.

Por uma estrada paulista,  
Viajando de cabriolé,  
O Estradeiro faz a lista  
Dos que não gostam do Mé.

O senador Olegário,  
Puxando o Ramos Jube  
Torna Goyaz solidário  
Com a causa infame do Mé.

Em Matto Grsso, o Murtinho,  
Fungando no seu rapé,  
Não deixa o Annibal sosinho  
Colher as graças do Mé.

Faz Hercílio (coisa feia!)  
Santa Catarina ré,  
Na causa que elle pleiteia  
Por conta e em nome do Mé.

Affonso Lopes Camargo  
Foi beber seu capilé  
E acceitou, feliz, o engargo  
Do secretário do Mé.

Em Porto Alegre e Pelotas  
No Rio Grande, em Bagé,  
Cabeda calça as botas  
E montou, firme, no Mé.

Por fim, o carro aparece  
Onde o resto de um bebé  
Logo o disfarce offerece  
Da propria cara do Mé.

Eis o cordão sondroso  
Que o Mé apresentar quis  
Com o Libanio Generoso  
E o generoso João Luiz.

## **ANEXO 6 – Goiabada**

*(Eduardo Souto)*

Não há mais goiabada  
Que seja boa para se comer  
Ficou tão estragada  
Que o português já não quer vender

Seu aquele  
Pra que tanto estrilo  
Foi você  
Quem fez tudo aquilo  
Meu benzinho  
Caladinho escuta  
A goiaba  
Nunca foi boa fruta

Não há como o bom queijo  
Que não puderam falsificar  
Então com bom café  
Ai que delícia! Que paladar!

O arroz de Pendotiba  
Nunca chegou aqui ao mercado  
Nem mesmo lá em riba  
O tal arroz nunca foi achado

O queijo finalmente  
Sempre foi bom, nunca foi bichado  
E isso toda a gente  
Já sabe bem, pois ficou aprovado

*Fala:*

Ah! Que coisa gostosa!

## **ANEXO 7 – Relação de Documentos**

Abaixo a relação dos documentos anexos no DVD. Fração dos filmes, músicas, imagens e resenhas dos jornais, imagens oriundas do acervo do Arquivo Público Mineiro e esta pesquisa em formato digital.

No caso dos documentos do Arquivo Público Mineiro, as pastas criadas no DVD seguem a mesma organização da lista abaixo que por sua vez segue a organização utilizada pelo Arquivo Público Mineiro.

### **1. Pasta Dissertação**

Contém o arquivo em formato PDF desta dissertação.

### **2. Pasta Documentos**

Contém subpastas nomeadas pela mesma organização utilizada no Arquivo Público Mineiro, como por exemplo “AB-PI-Cx.04 Doc.49” e os documentos relacionados abaixo:

---

#### *Série 2: Produção Intelectual*

1921/06/08

Plataforma de governo apresentada por Arthur Bernardes no banquete oferecido aos candidatos da convenção de 8 jun.1921. Rio de Janeiro.

AB-PI-Cx.04 Doc.49

[1922]

Reportagem intitulada “O Futuro Presidente de Minas,” contendo uma entrevista com Arthur Bernardes.

AB-PI-Cx.04 Doc.53

[1922]

Entrevista com Arthur Bernardes sobre seu programa de governo.

AB-PI-Cx.04 Doc.54

---

#### *Série 3: Panfletos e Volantes*

1920/11/20 a 1954/09/07

Panfletos e volantes com propaganda eleitoral. Vários locais. 27 docs.

AB-PV-Cx.07 Doc.123

---

*Série 4: Recortes (R)*

*Sub-Série 1: Em pasta (P)*

AB-RP Cx 10 Doc 160

Pasta organizada sob os títulos "Sucessão de Epitácio Pessoa" "Cartas Falsas", com recortes de jornais

1921/12/13 a 1922/05/18

Páginas: 1 a 5; 7 a 15; 18 a 20; 28 a 57; 59; 63 a 69; 71 a 82; 85; 92

---

*Série 6: Presidente de Minas Gerais*

1920/07/17 a 1922/11/03

Cartas, cartões e telegramas enviados a Arthur Bernardes e outros relativos à "Sucessão Epitácio Pessoa na Presidência da República" - "Cartas Falsas" Vários locais. 1292 docs.

AB-PMG- Cxs.40 a 48 Doc.271

AB-PMG Cx40 Doc 146

AB-PMG Cx40 Doc 148

AB-PMG Cx40 Doc 150

AB-PMG Cx40 Doc 163

AB-PMG Cx40 Doc 171

AB-PMG Cx41 Doc 276

AB-PMG Cx41 Doc 278 (3 documentos)

AB-PMG Cx41 Doc 280

AB-PMG Cx41 Doc 288 e 310 (2 documentos)

AB-PMG Cx41 Doc 314 A

AB-PMG Cx41 Doc 322 e 323 (3 documentos)

AB-PMG Cx41 Doc 312

AB-PMG Cx41 Doc 364

AB-PMG Cx42 Doc 453 (3 documentos)

AB-PMG Cx42 Doc 459

AB-PMG Cx42 Doc 460 (2 documentos)

AB-PMG Cx45 Doc 870 (2 documentos)

AB-PMG Cx45 Doc 933

AB-PMG Cx45 Doc 934

AB-PMG Cx45 Doc 941

AB-PMG Cx45 Doc 944 (3 documentos)

AB-PMG Cx45 Doc 962 (3 documentos)

AB-PMG Cx 46 Doc 968

---

Livros

Arquivo Privado

324.81 C186

1922 - Campanha para a Sucessão de Arthur Bernardes e o vespertino paulista A Capital  
843/01

Coelho, Olegário Dias

Campanha política em pról da candidatura de Arthur Bernardes ... A Gazeta do Povo

### **3. Pasta Filmes**

Possui trechos dos filmes: *Revolução de 30* de Sylvio Back. (Produção, roteiro, pesquisa iconográfica e seleção de Sylvio Back. Brasil. 1980. 1 DVD, 35 min, som, color, português) e *1930 – Tempo de Revolução* com direção de Eduardo Scorel (Produção da Secretaria do Estado da Cultura do Governo de São Paulo. Edição de João Henrique Jardim. Roteiro de Sérgio Augusto. Texto de Sérgio Augusto e Eduardo Scorel. Narração de Edwin Luisi. São Paulo. Brasil. 1990. 1 DVD, 48 min, som, color, português) que retratam as filmagens feitas na ocasião da visita de Bernardes ao Rio de Janeiro em outubro de 1921.

### **4. Pasta Jornais**

Esta pasta possui duas subpastas: Imagens e Resenhas. A primeira contém todas as imagens adquiridas na Hemeroteca de Belo Horizonte, no Arquivo Público de São Paulo e na Biblioteca Nacional além de imagens de outros jornais que não fizeram parte da análise desta

pesquisa. A segunda subpasta possui as resenhas dos jornais *Diário de Minas*, *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, que foram a base para a organização e análise dos meios impressos que compõem o Capítulo III desta pesquisa.

### **5. Pasta Músicas**

Esta pasta contém as músicas produzidas no período da campanha e pós-campanha citadas no texto: “Ai, seu mé” e “Goiabada”.